

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA GABRIELA CAMATTA ZANOTELLI

**UM PÉ NA TERRA, OUTRO NO TRIBUNAL:
UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR DO
COLETIVO MARGARIDA ALVES**

**VITÓRIA
2018**

ANA GABRIELA CAMATTA ZANOTELLI

UM PÉ NA TERRA, OUTRO NO TRIBUNAL:
UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR DO
COLETIVO MARGARIDA ALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Professora orientadora: Dra. Cristiana Losekann

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

Z33p Zanutelli, Ana Gabriela Camatta, 1990-
Um pé na terra outro no tribunal : um estudo sobre a proposta
de assessoria jurídica popular do Coletivo Margarida Alves / Ana
Gabriela Camatta Zanutelli. – 2018.
115 f.

Orientador: Cristiana Losekann.
Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Assitência judiciária. 2. Advogado e cliente. 3. Movimentos
sociais. 4. Direito e política. 5. Sociologia jurídica. I. Losekann,
Cristiana. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

ANA GABRIELA CAMATTA ZANOTELLI

**UM PÉ NA TERRA OUTRO NO TRIBUNAL: UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA
DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR DO COLETIVO MARGARIDA ALVES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Cristiana Losekann (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão

Prof. Dr. Igor Suzano Machado (UFES)
Examinador Interno

Prof. Dr. Frederico Normanha Ribeiro de
Almeida (UNICAMP)
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não se limitam àqueles que se fizeram presentes durante o Mestrado, nos últimos dois anos, mas se estendem a todos os seres, espaços, tempos e momentos que me trouxeram até aqui. Sou grata a todos aqueles que contribuíram nesse processo (constante e infindável), e deixaram um pouquinho de si pelo (meu) caminho.

À minha família: nunca serei capaz de agradecer o suficiente. Vocês são responsáveis por todos e cada um dos meus êxitos. Mãe, pai, obrigada por tanto amor e cuidado e por, mesmo sem entenderem bem para onde estou indo, virem junto comigo.

Aos meus amigos: obrigada por estarem presentes e por me ajudarem a carregar minhas incertezas com um sorriso no rosto. Com vocês tudo fica mais leve; vocês são lindos e eu sou extremamente grata. Obrigada!

À Cris, minha orientadora: muito obrigada por acreditar em mim. Trilhar esse caminho, tão novo, seria impossível sem você. Obrigada por me ajudar a enxergar melhor esse mundo; você me inspira!

À FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo), obrigada pelo financiamento à minha pesquisa.

Ao Coletivo Margarida Alves: cruzar com vocês nessa jornada foi um grande privilégio. Muito obrigada por me apoiarem e confiarem em mim desde o princípio! Sem o suporte, o abrigo, a companhia e a paciência de vocês esse trabalho não seria possível. Vocês são maravilhosos! Muitíssimo obrigada!

A todos aqueles com quem troquei indicações, conhecimentos, conversas, informações, experiências. A todos aqueles que me ofereceram café, frutas, suco, cuscuz, tapioca, feijão, farofa. A todos aqueles que me contaram suas histórias e abriram suas casas e suas vidas. A todos aqueles com quem dividi o quarto, a rua, a praça, o ônibus. A todos aqueles que me emocionaram, que me deram a mão, um sorriso ou um abraço. Obrigada!

*“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”,
anunciou Margarida Alves em um discurso de
comemoração pelo 1º de Maio (Dia do Trabalhador), três
meses antes de ser assassinada.*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e caracterizar a advocacia popular, tendo em vista a crescente busca da arena judicial por movimentos sociais no contexto de lutas políticas. A partir do estudo de um caso específico, o Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Margarida Alves, localizado no município de Belo Horizonte, buscaremos compreender como essa atividade organiza-se internamente e projeta-se no cenário de confronto. Partindo da teoria do confronto político e da teoria da mobilização do direito, analisaremos o Coletivo a partir de seu repertório de atuação, constituído por performances plurais, tanto políticas quanto jurídicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa apreender como o Coletivo constitui-se como ator no contexto de confronto em que se insere, a partir sobretudo das percepções pessoais e coletivas dos advogados acerca do direito e do sistema de justiça e das relações que estabelecem com os demais atores, tanto aliados quanto opositores. Tendo em vista as especificidades da advocacia popular, marcada pela valorização da afetividade, horizontalidade e solidariedade na relação com os assistidos, nota-se um processo de deslocamento entre o plano institucional e não institucional, em que as práticas aliam características tanto da assessoria jurídica popular latino-americana, voltada a um uso subversivo, crítico e transformador do direito na busca pela emancipação social, quanto da *cause lawyering* norte-americana, pragmática e estratégica, que utiliza os instrumentos jurídico-legais disponíveis em confrontações judiciais por direitos.

Palavras-Chave: Advocacia popular. Mobilização do direito. Movimentos Sociais. Confronto Político.

ABSTRACT

The present study aims to analyze and characterize the public interest lawyering, in view of the growing use of the judicial arena by social movements in the context of political struggles. Through a case study, the *Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Margarida Alves* (a collective of lawyers that offer judicial work for marginalized groups), located in the city of Belo Horizonte, Brazil, we seek to understand how this activity is internally organized and projected in a scenario of confrontation. Via the contentious politics theory and the legal mobilization theory, we analyze the collective of lawyers from its repertoire of action, constituted by plural performances, both political and juridical. It consists on a qualitative research that seeks to understand how the collective constitutes itself as an actor in a context of confrontation, through lawyer's personal and collective perceptions about the Law and the Justice System, and the relationships they establish with other actors, both allies and opponents. In view of the specificities of the public interest lawyering, characterized by the valorization of affectivity, horizontality and solidarity in the relation to those assisted, there is a process of displacement between the institutional and non-institutional levels. Their practices combine characteristics of both Latin American public interest lawyering, focused on a subversive, critical and transformative use of the Law in the quest for social emancipation, as well as of the pragmatic and strategic North American cause lawyering, which uses available legal instruments in judicial confrontations for rights.

Keywords: Cause Lawyering. Legal Mobilization. Social Movements. Contentious Politics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	METODOLOGIA.....	14
2	A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COLETIVO MARGARIDA ALVES ...	19
2.1	OS CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE E O SURGIMENTO DO COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR.....	20
2.2	PAUTAS POLÍTICAS E DEMANDAS JUDICIAIS: O CRESCENTE USO DO DIREITO POR MOVIMENTOS SOCIAIS.....	25
2.3	A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA	29
2.3.1	Os repertórios de ação coletiva no contexto de confronto: abordagens estruturalistas e culturalistas.....	29
2.3.2	A mobilização do direito	38
3	A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA E UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.....	42
3.1	<i>CAUSE LAWYERING</i> NOS ESTADOS UNIDOS: A ADVOCACIA DE INTERESSE PÚBLICO NA LUTA POR DIREITOS CIVIS	45
3.2	A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR: BRASIL E AMÉRICA LATINA E O IDEAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	47
3.2.1	Elementos característicos da assessoria jurídica popular latino-americana	51
3.2.2	A assessoria jurídica popular latino-americana e a advocacia de causa norte-americana: diferentes contextos, diferentes experiências	53
3.3	A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO MARGARIDA ALVES.....	57
4	APROXIMAÇÕES E FRONTEIRAS: AS RELAÇÕES E PAPÉIS DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR	73
4.1	ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CMA: DILEMAS E POTENCIALIDADES	74
4.2	A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES: O CMA E OS DEMAIS ATORES NO CONTEXTO DE CONFRONTO POLÍTICO.....	78
4.2.1	A relação com movimentos sociais	79
4.2.2	A relação com aliados.....	86
4.2.3	A relação com o Poder Judiciário	91

4.3	O COLETIVO MARGARIDA ALVES COMO ATOR HÍBRIDO: PERCEPÇÕES, AFETAÇÕES E ATIVAÇÃO DE FRONTEIRAS.....	96
4.3.1	O CMA como ator em construção: afinidades e distinções internas	96
4.3.2	Performances institucionais e não institucionais: ativação e dissolução de fronteiras	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1 INTRODUÇÃO

Como vocês a compreendem, entretanto, a resistência não é unicamente uma negação: é um processo de criação; criar e recriar, transformar a situação, participar ativamente do processo, isso é resistir [...]

Sim, é assim que eu definiria as coisas. Dizer não constitui a forma mínima de resistência. Mas, naturalmente, em certos momentos este não se torna extremamente importante. É preciso dizer não e fazer deste não uma forma de resistência decisiva.

Michel Foucault¹

O Coletivo Margarida Alves² surge no ano de 2012 na cidade de Belo Horizonte fortemente influenciado por um contexto de subversão, desobediência e insubordinação que estremecia as estruturas estabelecidas em torno da ocupação do espaço urbano. A reformulação e ressignificação da cidade como experiência de luta pela cidadania, deficientemente provida pelo Estado, ocorre principalmente por meio das ocupações urbanas, e alcança a esfera jurídica, onde o enfrentamento ganha novos contornos. A resistência, fenômeno que se articula em torno da cidade, ambiente de fluxos, de ruptura e contradições, remodela-se quando atinge a institucionalidade, espaço onde forças antagonistas desproporcionais manifestam-se segundo um padrão e ordem determinados por meio de um processo moroso, tortuoso e ardiloso. Quando inseridos no jogo normatizado, aos grupos vulneráveis cabe defender-se, persistir e enfrentar os interesses sociais, políticos e econômicos dominantes. É nesse contexto de oposição e negação da ordem estabelecida por meio de instrumentos impostos institucionalmente que se inserem os advogados populares, objeto da pesquisa aqui proposta.

A presente dissertação busca analisar a experiência da advocacia popular nos dias atuais a partir de suas práticas, do contexto em que se insere e das relações que estabelece em um processo amplo de confrontação e mobilização do direito. Para tal, selecionamos um caso típico de assessoria jurídica popular no Brasil, o Coletivo Margarida Alves, a fim de explicitar como ocorre a formação e desenvolvimento da atividade em questão, e como os advogados se percebem e se projetam no ambiente político do local em que se encontram. O problema aqui colocado é como o Coletivo Margarida Alves, que se constitui em um contexto de crescente

¹ Foucault, M. (2004). Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson. *Verve*, 5, pp. 260-277.

² Doravante chamado de CMA.

uso do direito por movimentos sociais, se configura como ator, no âmbito político, social e jurídico, tendo em vista as relações por ele estabelecidas e as práticas exercidas.

Nossos objetivos, portanto, consistem em apreender como o direito é mobilizado pelos atores analisados, ou seja, como se dá a construção do repertório específico de mobilização do direito pelos advogados populares; compreender no que consiste a assessoria jurídica popular latino-americana, a partir da revisão de literatura sobre o tema e pesquisa de campo em profundidade com um caso típico brasileiro; analisar como o Coletivo Margarida Alves organiza-se internamente e relaciona-se com os demais atores no processo de confronto político, e como esses fatores determinam suas performances estratégicas; e, finalmente, entender como o Coletivo se constitui como ator político no contexto local em que se insere, e quais os papéis por ele desempenhados neste cenário de luta político-social, tendo em vista seus dilemas internos, afetações, percepções, potencialidades e deslocamentos entre a institucionalidade e a não institucionalidade.

O trabalho insere-se em duas agendas de pesquisa que estão intrinsecamente conectadas: a abordagem da *legal mobilization theory*, ou mobilização do direito, e no estudo sobre *cause lawyering*, ou advocacia de causa, ambas vertentes norte-americanas de estudo que vêm sendo nos últimos anos recepcionadas pela literatura nacional dedicada às confluências entre direito e sociedade. Estas duas abordagens são mobilizadas a partir da teoria do confronto político (MCADAM, TILLY, TARROW, 2005), a qual fornece as bases para a compreensão analítica das performances e repertórios construídos pelos advogados no contexto de confronto, tendo em vista o crescente processo de judicialização da política e uso da arena judicial por movimentos sociais.

Conforme salienta Engelmann (2017), as últimas décadas foram marcadas por um crescente interesse, no escopo da sociologia do direito, pela abordagem da mobilização política do espaço judicial por movimentos sociais e grupos de interesse. Esse estudo, que visa estreitar relações entre a esfera jurídica e política, “originou-se no objetivo de denunciar o distanciamento do direito e dos juristas da realidade dos grupos sociais excluídos socialmente, apontando o formalismo legal tanto das doutrinas jurídicas, quanto dos ritos do Poder Judiciário” (ENGELMANN, 2017, p. 23). Nesse sentido, impulsionaram-se as pesquisas acerca do acesso à justiça, penetração das leis na esfera cultural, econômica e social, advocacia socialmente engajada e mobilização do direito.

A abordagem da *legal mobilization* abandona a perspectiva prescritiva e busca explicar porque esse fenômeno social acontece, compreendendo, assim, a possibilidade do uso criativo e estratégico do direito como instrumento de luta e resistência social. Muitos estudos políticos

e sociológicos, com destaque para as perspectivas marxistas, defendem que o direito consiste em um instrumento manipulado institucionalmente com fins de garantir a ordem estrutural estabelecida e o *status quo*. Segundo a abordagem de McCann (2006a), aqui adotada, porém, o direito tem um papel contingente, e como ele servirá aos anseios e ao fortalecimento de movimentos sociais depende do contexto e do tipo de luta em que estes estão envolvidos.

Vale salientar que a teoria da mobilização do direito, segundo McCann (2006a), facilita a aproximação entre as contribuições sobre movimentos sociais – fundadas no modelo do processo político – e sobre o direito, comprometendo-se com uma perspectiva interpretativa que rejeita entendimentos positivistas tradicionais e entende o direito como “núcleo de tradições particulares de conhecimento e prática comunicativa”. Nesse sentido, o direito é entendido como sendo um recurso que os cidadãos empregam para estruturar as relações com os demais, para alcançar objetivos na vida social, para formular reivindicações legítimas, e para negociar disputas onde interesses, demandas ou princípios colidem. O direito prevê, assim, tanto princípios normativos, quanto recursos estratégicos para a condução da luta social.

Dentro da perspectiva da agenda da mobilização do direito, que busca explorar as convergências entre a sociologia da ação coletiva e a sociologia jurídica, adotamos abordagens de autores como Aks (2004), Andersen (2008), Burstein (1991), Hunt (2006), Losekann (2013, 2015, 2016), Maciel (2002, 2011, 2015), McCann (2006, 2010) e Vanhala (2011), os quais encontram-se dispersos nos capítulos do trabalho, fundamentando e enfatizando diferentes aspectos relacionados à influência do direito sobre os processos de constituição do repertório de ação coletiva.

Entendendo que a instrumentalização crítica do direito a favor das camadas populares é possibilitada a partir de um repertório específico de práticas construídas estrategicamente por profissionais comprometidos com anseios de mudança social, o estudo da advocacia de causa ou advocacia popular apresenta-se como fundamental à abordagem da mobilização do direito aqui proposta. Os advogados populares ocupam posição importante tanto com a expertise necessária à transformação de ideários de justiça em demandas judiciais, quanto na interpretação de *frames* - ou quadros interpretativos -, que apontam as situações de injustiça, as oportunidades legais e suas dimensões culturais e simbólicas. A noção de *cause lawyers* (advogados de causa) desenvolvido por sociólogos do direito – com destaque para Sarat e Scheingold (1998, 2001, 2006) – aponta, de forma analítica, o crescente uso de instrumentos judiciais por movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX nos Estados Unidos com base na atuação de advogados socialmente engajados.

Essa discussão chega à América Latina assumindo novos contornos e características, tendo em vista principalmente o contexto de redemocratização política e fortalecimento de novos movimentos sociais entre as décadas de 1960 e 1980. A, aqui majoritariamente denominada advocacia popular, é tida como um serviço legal inovador que possui um forte caráter emancipatório, à medida que consiste em uma atividade crítica que visa alterar a realidade social baseando-se em uma “visão de mundo antidogmática, que possibilita um agir qualificado pela tomada de consciência dos sujeitos históricos de sua realidade humana, individual ou coletiva para além da alienação (coisificação) de sua existência” (LUZ, 2014, p. 125). Ou seja, diferente da advocacia tradicional, o trabalho de assessoria jurídica popular caracteriza-se pela relação direta e horizontal entre advogados e assistidos, afastando-se de uma postura paternalista e hierárquica, questionando as estruturas sócio-legais e defendendo um uso criativo do direito.

Para desenvolver a perspectiva da assessoria jurídica popular latino-americana e suas especificidades em relação à experiência norte-americana foram utilizados autores que analisam a prática do sul global desde fora, como Meili (1998, 2001), Ellmann (1998) e Sarat e Scheingold (2001), e autores que trabalham tal perspectiva a partir de pesquisas empíricas e bibliográficas realizadas na América Latina, como Luz (2014), Junqueira (1996, 2002, 2013), Campilongo (2011), Almeida e Noronha (2015), Vértiz (2013), Carlet (2010), Hurtado (2016, 2017) e Sá e Silva (2010, 2015). Tais debates trazem uma maior profundidade sobre o tema para que seja possível compreender mais amplamente como ocorrem as práticas emancipatórias de compreensão e exercício do direito em âmbito local.

Entende-se que a relevância do trabalho aqui proposto reside não apenas na revisão bibliográfica realizada a respeito dos temas atualmente em voga na agenda sobre direito e sociedade, ainda incipiente no Brasil, mas sobretudo na análise da contribuição de atores específicos, os advogados populares, na construção da ação coletiva de movimentos sociais a partir da perspectiva da mobilização do direito, que envolve não apenas a proposição de ações judiciais diante de Tribunais, mas uma pluralidade de estratégias voltadas à defesa e reconhecimento de direitos dos mais vulneráveis.

O trabalho foi organizado de forma a incorporar todas as diferentes abordagens aqui assinaladas a partir de um caso específico, o Coletivo de Assessoria Jurídica Popular Margarida Alves. O primeiro capítulo aborda a formação do Coletivo, contextualizando seu processo de constituição em âmbito local, a partir das lutas e resistências travadas no município de Belo Horizonte. Busca-se localizar seu surgimento no processo amplo de desenvolvimento de redes transnacionais de ativismo judicial, que ganha contornos específicos no cenário nacional no

período pós-ditadura. Para tal, foram adotadas principalmente as perspectivas de Dezalay e Garth (2001), Meili (2001) e Engelmann (2006). Em seguida, abordaremos a teoria da mobilização do direito, localizando-a na perspectiva do confronto político, a fim de explorar o conceitos de repertórios de ação coletiva, e a influência das abordagens das oportunidades políticas e legais (MCADAM, TILLY, TARROW, 2005; ANDERSEN, 2008), bem como da abordagem culturalista (JASPER, 1997) e dos *frames* (VANHALA, 2011) na definição das estratégias de ação pelos atores.

O segundo capítulo é dedicado à análise da advocacia de interesse público, a partir da *cause lawyering*, um tema já amplamente estudado no norte global. Traça-se um paralelo entre a experiência norte-americana e a latino-americana, a fim de compreender suas aproximações e disparidades – estas amplamente influenciadas pelos diferentes contextos político-institucionais e jurídicos em que se desenvolvem cada uma delas. A partir da tipificação da advocacia popular latino-americana, como conceito e prática, passamos a abordar como o Coletivo Margarida Alves pode ser localizado nesta discussão, tendo em vista suas características internas e sua projeção externa. Observa-se que o Coletivo, como um ator em construção e em constante reinvenção, enquadra-se como uma experiência latino-americana que agrega a suas performances atributos tratados pela literatura da advocacia de causa.

A partir da compreensão do CMA com base na discussão sobre assessoria jurídica popular latino-americana, aliando a revisão bibliográfica sobre o tema ao exame dos dados qualitativos coletados, passaremos, no último capítulo, a pormenorizar os aspectos que tornam possível enquadrar o Coletivo como ator específico no contexto de confrontação. Primeiramente, analisaremos a organização interna do CMA, por entender que tais características são essenciais à compreensão da relação dos advogados entre si e à forma como coordenam suas ações e se projetam socialmente e politicamente. A seguir, passaremos ao exame de suas relações com os demais atores inseridos no contexto de confronto, a fim de evidenciar a formação de redes, a dinâmica de atuação do Coletivo e a maneira que constrói suas performances no cenário de luta. Por fim, tendo em vista o deslocamento constante do CMA entre a perspectiva institucional e não institucional, traçaremos algumas conclusões acerca da identificação do Coletivo como ator específico no contexto local, evidenciando seu esforço em diferenciar-se de alguns atores e aproximar-se de outros.

1.1 METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, que consistem na compreensão da advocacia popular a partir dos papéis desempenhados no contexto de confronto político, caracterizaremos o Coletivo Margarida Alves por meio das performances por ele empregadas, das relações estabelecidas e das concepções individuais e compartilhadas dos advogados acerca do direito e do sistema de justiça. Para tal, partiremos das abordagens teóricas acima assinaladas, aproximando a perspectiva da mobilização do direito à perspectiva da advocacia de causa, a fim de demonstrar como instrumentos jurídicos de ação vêm sendo utilizados na prática de forma inovadora e estratégica por advogados em seu repertório específico de mobilização do direito no contexto brasileiro.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que pretende aprofundar processos e fenômenos empíricos, bem como captar os sentidos que os próprios atores dão a suas práticas no contexto de ação coletiva. Busca-se, por meio dos métodos de observação participante e de entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, evidenciar os fundamentos por trás da ação dos atores envolvidos, a partir de suas práticas, valores, dilemas, dificuldades, motivações e vivências pessoais, acadêmicas e profissionais.

A análise recairá sobre o Coletivo Margarida Alves, entendido como um caso típico de assessoria jurídica popular no Brasil e América Latina. Tal escolha metodológica justifica-se ante a necessidade de se apontar as especificidades da atividade desenvolvida – prática esta que requer uma análise e observação atenta e sistemática de um número limitado de atores selecionados. Segundo Seawright e Gerring (2008, p. 296), estudo de caso consiste em uma “análise intensiva (qualitativa ou quantitativa) de uma única unidade ou pequeno número de unidades (os casos), no qual o objetivo do observador é entender uma classe maior de unidades similares (uma população de casos)” (tradução nossa)³. A perspectiva adotada na presente pesquisa, portanto, parte da escolha de um caso do tipo típico, que, segundo os autores, tem um uso confirmatório, com fins de demonstrar mecanismos causais que confirmem ou não uma teoria. “O estudo de um caso típico foca em um caso que exemplifica uma relação estável entre casos. Por construção, o caso típico pode também ser considerado um caso representativo, de

³ Versão original: “the intensive (qualitative or quantitative) analysis of a single unit or a small number of units (the cases), where the researcher’s goal is to understand a larger class of similar units (a population of cases).”

acordo com os termos em que o modelo de caso cruzado é empregado” (Idem, p. 299; tradução nossa)⁴.

O Coletivo Margarida Alves vem, desde o ano de 2012, atuando em importantes casos de violação de direitos em defesa de grupos vulneráveis, movimentos sociais e outras coletividades, mobilizando mecanismos nacionais e internacionais de proteção, e projetando-se como ator relevante no cenário de assessoria jurídica popular não apenas no município de Belo Horizonte, mas em todo o país. Esse aspecto decorre justamente do modo como a advocacia popular tradicionalmente se organiza: por meio de redes de atuação, que conectam e põem em contato profissionais que se dedicam a esta atividade marcada pela resistência e contestação. Destaca-se, no Brasil, o trabalho da RENAP (Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares), que se empenha na realização de encontros anuais de advogados populares de todo país para discussão, troca de experiências e construção conjunta de frentes de trabalho. Trata-se de uma rede fluida e heterogênea que conta com a participação de diversos advogados, ligados aos mais diversos organismos, como sindicatos, Comissão Pastoral da Terra, Coletivos, escritórios de advocacia, ONGs, Fundações, etc. A ausência de uma organicidade e organização interna, portanto, dificultaria uma pesquisa sistemática que recaísse sobre o trabalho da RENAP, motivo pelo qual optou-se por um grupo específico, ordenado, estabelecido e relevante no cenário, capaz de ilustrar a realidade da assessoria jurídica popular praticada atualmente no Brasil.

O Coletivo Margarida Alves conta, no presente, com quatorze membros, todos advogados, e mobiliza uma ampla rede de atuação, com mais de cinquenta profissionais de variadas áreas do conhecimento, os quais atuam de forma colaborativa em âmbito local, nacional e global em defesa de demandas populares de movimentos sociais e outras coletividades. Os membros da rede comunicam-se entre si por meio de grupos em redes sociais (como Whatsapp e Facebook), e colaboram, segundo suas possibilidades pessoais e profissionais, ao avanço das causas nas quais o CMA envolve-se.

Os métodos adotados buscaram apreender tanto o perfil dos advogados membros do Coletivo, quanto a estruturação do trabalho realizado, sua forma de organização, sua relação com os demais atores, principalmente os movimentos assessorados, e a forma como equalizam suas perspectivas ideológicas com suas práticas profissionais.

⁴ Versão original: “The typical case study focuses on a case that exemplifies a stable, cross-case relationship. By construction, the typical case may also be considered a representative case, according to the terms of whatever cross-case model is employed.”

Atualmente o CMA conta com a participação de dez mulheres e quatro homens, alguns recém-formados, outros já há alguns anos na carreira. As idades variam entre 25 e 35 anos. A maioria deles dedicam-se a outros trabalhos fora do Coletivo e nove advogados estão envolvidos na Academia, em cursos de Mestrado e Doutorado na área de Direito, Arquitetura, Sociologia e Ciência Política. Além disso, interessante ressaltar, nesse primeiro momento, que todos os advogados se encontram implicados de alguma forma em movimentos sociais e organizações políticas, seja como apoiadores e simpatizantes, seja como membros. Todos esses pontos serão pormenorizados no desenvolvimento do trabalho à medida que se tornarem interessantes à análise da temática.

Foram realizadas dez entrevistas, com nove advogados do Coletivo⁵. A primeira entrevista foi realizada de forma não estruturada com duas advogadas, a fim de levantar dados iniciais, compreender como o CMA funciona e se estrutura, como surgiu, em que causas se envolve e quem o compõe. A partir dos dados coletados, foi elaborado um guia de entrevista semi-estruturada, organizada em três blocos que chamaremos de: (1) aspectos individuais; (2) trabalho no e do Coletivo Margarida Alves; (3) percepções individuais. Cada um desses blocos explorou diferentes variáveis, úteis para a caracterização dos advogados e do Coletivo, e para o alcance dos objetivos propostos na presente pesquisa. O bloco 1 apresentou as seguintes variáveis: (a) trajetória acadêmica; (b) trajetória profissional; (c) socialização política; (d) motivações na assessoria jurídica popular; (e) dificuldades na assessoria jurídica popular. O bloco 2 trouxe: (a) surgimento do CMA; (b) causas em que atua junto ao CMA; (c) organização interna do CMA; (d) atividades, atuações e projetos do CMA; (e) aliados; (f) relação com os assistidos. Por fim, o bloco 3 abordou: (a) no que consiste o CMA; (b) o que é ser advogado popular; (c) o que é e qual a importância do direito; (d) o que é e qual a importância do Poder Judiciário; (e) quais as influências teóricas e doutrinárias dos advogados. Estas variáveis fracionam-se em várias outras subvariáveis (pontos mais específicos) que serão abordados oportunamente durante o trabalho. Também é importante salientar que, por se tratar de entrevista semi-estruturada, cada entrevistado a conduziu de seu modo, tendo explorado cada uma das variáveis de modo particular, inclusive abordando pontos distintos, mas muitas vezes complementares, em cada uma das questões levantadas.

Além das entrevistas, as variáveis foram observadas em campo, a partir de observações-participantes realizadas em quatro diferentes momentos: (1) o primeiro campo foi realizado em novembro de 2016, durante uma arena itinerante realizada pelo Organon - Núcleo de Estudo,

⁵ Os nomes dos advogados entrevistados foram alterados no decorrer do trabalho, a fim de resguardar sua identidade e privacidade.

Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES, na qual uma das advogadas do CMA participou com fins de conhecer as violações e problemas enfrentados pelos atingidos pelo crime da Samarco que vivem às margens do Rio Doce no Espírito Santo; (2) o segundo campo ocorreu na cidade de Belo Horizonte, em março de 2017. Nessa ocasião, foi possível observar a atuação dos advogados durante uma manifestação em prol dos direitos das mulheres, que percorreu o centro da cidade e envolveu diversos movimentos sociais e partidos políticos; conhecer o Espaço Comum Luiz Estrela, uma ocupação cultural localizada em um casarão em Santa Efigênia e assessorada pelo CMA; participar de uma reunião do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua, no qual o CMA ocupa uma cadeira destinada à sociedade civil, prestando serviço de assessoria ao movimento; assistir uma roda de conversa na Escola de Enfermagem da UFMG acerca do caso das “mães órfãs” (mães em situação de vulnerabilidade social que vêm tendo seus bebês retirados abusivamente pelas autoridades estatais do Município), ao qual o CMA dedica-se juntamente com a Clínica de Direitos Humanos da UFMG; participar de um evento de formação realizado pelo Coletivo em sua sede sobre Sistema de Justiça e questões de gênero, raça, etnia e sexualidade, o primeiro de uma série de encontros sobre Advocacia Popular e Feminista promovidos pelo CMA durante o ano de 2017; (3) o terceiro campo também foi realizado em Belo Horizonte, no mês de agosto de 2017. Nessa ocasião, visitamos as ocupações Vitória, Rosa Leão e Esperança, que fazem parte da ocupação Izidora, assessorada pelo CMA desde sua origem, e conversamos com alguns moradores e líderes comunitários acerca da resistência travada no território e das dificuldades, violações, motivações e desafios que encaram na luta por moradia; (4) no quarto e último campo, participamos do XXII Encontro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), com o tema “Nenhum direito a menos”. O encontro, que ocorreu em Belo Horizonte entre os dias 06 a 10 de setembro de 2017, reuniu advogados populares de todas as regiões do Brasil, entre eles os advogados do CMA - os quais, inclusive, foram responsáveis pela organização do evento - e discutiu a conjuntura atual no que tange à defesa de direitos de grupos vulneráveis, a organicidade da rede, os desafios futuros, temas jurídicos em voga na prática da advocacia popular e segurança e autoproteção no desempenho do trabalho.

A observação participante foi realizada com o mínimo de intervenção por parte do pesquisador. Durante a pesquisa de campo, buscou-se captar as relações dos advogados com os membros dos movimentos assessorados, a forma como constroem suas práticas estratégicas, a maneira como envolvem-se nas causas, o que discutem e como relacionam-se entre si. Entende-

se que o método de observação participante foi fundamental à apreensão do vínculo entre advogados e assistidos, marcado por forte afetividade e intimidade. As performances empregadas pelo Coletivo, ademais, vão muito além da litigância e da atuação judicial, sendo possível captá-las e explorá-las a partir da observação e participação em eventos, oficinas e reuniões realizadas e presenciadas pelos advogados.

Além disso, foram utilizados dados provenientes da observação de redes sociais utilizadas para comunicação por membros do coletivo e colaboradores (grupo da rede de colaboradores no Whatsapp e no Facebook). Participamos, durante mais de um ano, do grupo de Whatsapp dedicado à comunicação da rede Margarida Alves, sendo possível constatar como os membros coordenam suas ações, trocam experiências, compartilham conteúdos, realizam convites, e discutem demandas. Em menor medida, também foi adotada a técnica de análise de conteúdo de documentos, como notícias jornalísticas sobre o trabalho do coletivo, cartilhas, artigos acadêmicos publicados e outros materiais produzidos pelos advogados.

2 A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO COLETIVO MARGARIDA ALVES

O Coletivo Margarida Alves, sobre o qual recai a análise do presente trabalho, nasceu a partir da reunião de seis advogados que enxergaram a necessidade de se constituir de forma autônoma e orgânica para se dedicar a demandas populares e tornar-se referência para os movimentos sociais e outras coletividades locais. Os advogados que participaram da fundação do Coletivo já trabalhavam com assessoria de movimentos e comunidades, seja como advogados simpatizantes das causas ou como ativistas das Brigadas Populares⁶ e outros movimentos, e faziam parte da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP)⁷, que conta com mais de vinte anos de existência. No início, o Coletivo encontrava-se vinculado às Brigadas, funcionando inclusive em sua sede, e, no decorrer de suas atividades, enxergou a necessidade de se constituir de forma autônoma, estruturando-se juridicamente como associação sem fins lucrativos no ano de 2014. A criação do Coletivo está relacionada à necessidade de se promover apoio jurídico contínuo aos movimentos sociais de Belo Horizonte e região metropolitana, entendendo que a articulação enquanto rede, que vinha sendo realizada até então, carecia da segurança necessária àqueles que buscavam suporte técnico e legal constante. Conforme explica uma das advogadas entrevistadas:

O coletivo surgiu junho de 2012, mas não com esse nome ainda, né. Na verdade nós éramos um grupo de advogados populares. A gente sempre foi advogado popular. E muitos de nós já faziam parte da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, que é uma articulação ampla, né, que existe há mais de 20 anos, e tudo. Mas a gente sentia sempre a necessidade..., muitos de nós também já assessorávamos também movimentos sociais, alguns inclusive participavam de movimentos enquanto militantes, mas a gente sentiu a necessidade de ter uma estrutura mesmo, né, um corpo, enfim, se estruturar enquanto um coletivo, porque a gente entendia que a articulação enquanto rede ela é muito fluida e nos casos de emergência você não tinha muito com quem contar, e tudo, e a gente queria era, enfim, se tornar uma referência para os movimentos nesse sentido. Aí o coletivo surgiu com seis pessoas inicialmente, cinco meninas e um menino, e a gente tinha uma discussão, né, se a gente seria um...O que a gente seria, se seria um escritório, se seria uma associação. Aí depois de uma longa discussão a gente decidiu se estruturar juridicamente como associação, porque a gente entendia que tinha mais a ver né. E a gente se inspirou muito em outros coletivos de assessoria jurídica popular que já existiam no país, né, como por exemplo o Coletivo Mariana Crioulo do Rio de Janeiro, a Terra de Direitos, que é uma ONG também, né, que existe em algumas partes do país. E, enfim, a gente tem essas referências assim no campo da advocacia popular. E uma grande referência pra nós também em termos de advocacia popular era o professor Fábio [Fábio Alves dos Santos], que já é falecido,

⁶ As Brigadas Populares constituem-se como uma organização política que tem por fim ampliar a capacidade de intervenção política do povo brasileiro, a partir de quatro diretrizes: (i) Auto-organização dos/as oprimidos/as; (ii) Democracia e participação popular; (iii) Ponto de partida na situação da vida do povo; (iv) Relação intrínseca entre lutas imediatas e lutas políticas. <<https://brigadaspopulares.org.br/metodos-de-trabalho/>> Acesso em setembro de 2017.

⁷ Informações: <<https://www.renap.org.br/>>. Acesso em novembro de 2017.

mas ele foi advogado, nordestino, e atuava nas causas em BH, né, das ocupações, que sempre foram um foco muito grande do Coletivo, em prol dos moradores de rua, indígenas, enfim. Então essas foram umas das nossas referências. O Coletivo surge mais ou menos nesse contexto aí. Em 2014 a gente estruturou a associação, fez o estatuto, registrou e tudo, então hoje, juridicamente, o Coletivo é uma associação sem fins lucrativos, né. Com esse objetivo, de prestar assessoria popular, orientação, formação em direitos humanos, tudo que você imaginar (ROBERTA, maio de 2016).

Hoje, o Coletivo, que se autodenomina um Coletivo de assessoria jurídica popular, conta com quatorze membros orgânicos (que participam cotidianamente da estrutura do CMA), bem como uma rede formada por mais de cinquenta advogados e demais profissionais, a Rede Margarida Alves, que funciona de forma colaborativa. Conforme salienta uma advogada membro do CMA, não é necessário ser advogado para se tornar membro do Coletivo, uma vez que o trabalho de assessoria engloba diferentes atuações, que vão muito além do mero peticionamento judicial. Hoje, todos os membros orgânicos do CMA são advogados, mas a rede conta com a colaboração de comunicadores, psicólogos e arquitetos e urbanistas, por exemplo. Trata-se de uma perspectiva de trabalho voltada à multidisciplinaridade e ao reconhecimento da importância de uma atuação que englobe as diversas searas em disputa pelos movimentos e territórios.

2.1 OS CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE E O SURGIMENTO DO COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

Os anos de 2007 e 2008 foram marcados por uma euforia no mercado imobiliário brasileiro, momento em que grandes empresas capitalizadas disputavam os melhores lotes a partir de grandes ofertas em dinheiro. Porém, a crise econômica internacional em 2008, que teve início no mercado imobiliário norte-americano, repercutiu no Brasil e gerou incertezas no setor econômico. Nesse período, com a queda das ações das empresas construtoras na bolsa de valores, o Governo Federal passou a investir fortemente no setor habitacional, principalmente a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (CAMPOS, MENDONÇA, 2013).

O período pós crise foi acompanhada por tempos áureos no mercado imobiliário brasileiro, que testemunhou uma crescente oferta e procura de unidades habitacionais e comerciais e a valorização dos preços, principalmente até o ano de 2011⁸. Na cidade de Belo Horizonte, especificamente, o *boom* imobiliário ocorreu nos anos de 2010 e 2011⁹, e decorreu

⁸Fonte: <<http://g1.globo.com/especial-publicitario/zap/imoveis/noticia/2016/04/o-auge-e-queda-do-mercado-imobiliario-em-uma-decada.html>> Acesso em novembro de 2017.

⁹ Fonte: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/ap%C3%B3s-boom-bh-v%C3%AA-queda-no-lan%C3%A7amento-de-im%C3%B3veis-1.785299>> Acesso em novembro de 2017.

do grande aumento do crédito imobiliário, em especial com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, caracterizando-se “pela expansão territorial, incorporação de novos segmentos de mercado e disseminação da tipologia apartamento em municípios antes caracterizados pela moradia do tipo casa”. (CAMPOS, MENDONÇA, 2013, p. 77). Neste período, Márcio Lacerda (PSB) – eleito em 2008, e reeleito em 2012 – ocupava o cargo de prefeito municipal. Além da questão econômica e habitacional, caracterizada pelo grande avanço das imobiliárias no município, seu mandato foi marcado por ações higienistas, com a retirada compulsória de pessoas em situação de rua de vias públicas e recolhimento de seus pertences, entre outras constantes violações de direitos, decorrentes sobretudo da atuação inadequada e violadora da Polícia Militar¹⁰. É nesse plano de fundo que surgem importantes resistências na capital mineira, acompanhadas pela constituição de novos atores, atentos às recentes dinâmicas urbanas paulatinamente construídas na cidade.

Belo Horizonte é uma cidade projetada, no final do século XIX para ser altamente racionalizada e organizada de forma a abrigar uma zona urbana, uma suburbana e uma rural. Em seu projeto inicial, a sede administrativa do Estado de Minas Gerais não previa unidades habitacionais voltadas aos contingentes populacionais, e tal segregação socioespacial levou a inúmeros episódios de expulsão de pobres e operários de suas moradias. Apesar das investidas do Estado no sentido de implementar um recorte elitista à cidade, Belo Horizonte vem, desde o século passado, presenciando experiências de construções improvisadas de moradias e ocupações em seu território urbano e rural (RODRIGUES, 2016). Com o passar dos anos, o que se observa é a alteração da proposta inicial da cidade – pensada para ser um centro industrial – e o crescente adensamento e expansão da periferia. Segundo Rodrigues (Idem), a cidade, inclusive, expandiu-se para além do que havia sido planejado inicialmente, alterando fronteiras e causando tensões entre moradores, Estado e empresas. Nesse contexto, já na década de 1910, a atividade de produção espacial de Belo Horizonte é parcialmente terceirizada pela Prefeitura para as companhias imobiliárias.

Nos anos 1960 e 1970, com o avanço das pautas dos movimentos sociais, a questão da reforma urbana ganha maior repercussão, e é marcada por um crescimento significativo das vilas e favelas de Belo Horizonte. Nas décadas seguintes, a valorização imobiliária das áreas centrais caminha juntamente com o adensamento das favelas e periferização das áreas faveladas, principalmente nas regiões industriais da cidade (Idem). Mais recentemente, o que se observa é

¹⁰ Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/14/belo-horizonte-e-acusada-de-praticar-acao-higienista-contra-moradores-de-rua.htm>>; <<https://www.revistaforum.com.br/2012/06/05/verticalizacao-higienizacao-e-entristecimento-de-belo-horizonte>> Acesso em novembro de 2017.

o revigoramento de uma luta enraizada na história de Belo Horizonte. A luta por moradia é marcada pela ocupação de terrenos ociosos e prédios abandonados no centro urbano da cidade, e se “iniciou a partir de uma ‘dissidência’ do processo participativo para habitação (Orçamento Participativo de Habitação - OPH) definido a partir do Orçamento Participativo criado pelo prefeito petista Patrus Ananias, em 1993” (LOPES, 2016, p. 31).

Além da obstrução de canais de diálogo entre movimento popular e Estado durante o governo Lacerda, a baixa oferta de habitação de interesse social e o aumento dos preços médios de aluguéis corrobora com o processo de segregação socioespacial experimentada por parte da população de Belo Horizonte. A ocupação urbana, portanto, mostra-se como uma alternativa ante a ausência de políticas habitacionais na cidade (RODRIGUES, 2016). Os anos de 2006 a 2015 foram marcados pelas ocupações urbanas, as quais, apesar de guardarem diferenças em relação ao número de moradores, organização e mobilização interna, encontram-se unidas por um mesmo contexto de enfrentamento social, político e jurídico. Hoje, mais de 400.000 pessoas moram em ocupações irregulares em Belo Horizonte, sendo 10.400 nos “novos acampamentos” ou ocupações urbanas mais recentes. São elas: Camilo Torres, em Barreiro (2008), Dandara, no bairro Céu Azul (2009), Irmã Dorothy, em Barreiro (2010), Eliana Silva, em Barreiro (2012), Rosa Leão, Esperança e Vitória, na Granja Werneck ou Izidora (2013), além da Ocupação Cafezal, no Aglomerado da Serra, Zilah Spósito, na região Norte e duas ocupações denominadas Nelson Mandela (uma delas datada de 2014) (NASCIMENTO, BITTENCOURT, 2016).

A ocupação Dandara destacou-se por unir em sua defesa diversos movimentos sociais e grupos de Universidades, e por ter delineado seu arruamento e espaços públicos de acordo com a legislação municipal, de forma integrada entre arquitetos e moradores. Trata-se de um marco importante na luta por moradia na cidade de Belo Horizonte (chamado de “efeito Dandara”), que inspirou o movimento crescente em torno desta pauta (RODRIGUES, 2016, p. 37), e influenciou as ocupações posteriores, como por exemplo as realizadas na Izidora. Hoje, as ocupações da Izidora, marcadas por serem espontâneas – e não encabeçadas por movimentos – consistem em uma das maiores disputas urbanas do mundo, tendo sido inclusive escolhidas pelo Tribunal Internacional dos Despejos¹¹ como um dos sete casos mais emblemáticos no mundo no que se refere a conflitos fundiários urbanos, em outubro de 2016. Em âmbito judicial, a área ocupada é objeto de quatro ações de reintegração de posse, propostas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pela empresa Granja Werneck S.A. e pelos seus proprietários (NASCIMENTO, BITTENCOURT, 2016). O caso envolve a alegação de vícios na tramitação

¹¹ O Tribunal Internacional dos Despejos fica localizado em Quito, Equador, e é formado por organizações da sociedade civil para discutir ameaças graves de despejo no mundo.

da Lei nº 10.705/2014, que visa promover um reordenamento do desenvolvimento urbano na região, os interesses crescentes na região –devido aos investimentos em suas proximidades –, as restrições ambientais à ocupação da área, bem como outros atropelos legais e lacunas que permitem questionar juridicamente o direito de propriedade dos autores das ações.

A luta pelo direito à moradia como uma resistência aos interesses hegemônicos historicamente postos é revestida por inúmeras pressões políticas e jurídicas encabeçadas pela força policial do Estado, pelo próprio Poder Judiciário e pelos grupos economicamente dominantes. Isto ocorre mesmo diante do não cumprimento da função social da propriedade, conforme previsto pela Constituição Federal Brasileira. É, pois, em um contexto de forte judicialização de demandas envolvendo ocupações urbanas e violações de direitos na cidade de Belo Horizonte que surge o Coletivo Margarida Alves, em junho de 2012. Grande parte dos advogados que participaram de sua fundação, ou uniram-se ao grupo posteriormente, já envolviam-se na defesa de ocupações na região metropolitana de Belo Horizonte. Conforme salienta Luana, uma das advogadas do CMA, sua aproximação com a militância aconteceu durante a graduação, na UFMG, mas o primeiro envolvimento com a advocacia popular foi a partir da Ocupação Caracol (primeira ocupação vertical organizada pelas Brigadas Populares no ano de 2006 em Belo Horizonte), a convite de um amigo militante do movimento. A partir daí, segundo ela

As pessoas que foram despejadas fizeram outras três ocupações, assim, nos anos seguintes, foi uma coisa de ocupar um lugar, ocupar outro e ocupar outro, e durante 2007, 2008 foi rolando essa onda de ocupações em BH. Aí eu fui me envolvendo, entrei pras Brigadas, e ficamos lá naquela coisa de ... Era um pequeno núcleo jurídico (LUANA, outubro de 2017).

Outra advogada entrevistada ainda estava na graduação de Direito quando ocorreram as ocupações na Izidora. Paula afirma que a partir de sua inserção em grupos de estudo da UFMG (Programa Cidade e Alteridade e Grupo Pólos de Cidadania), entrou em contato com moradores de vilas e favelas, inserindo-se na luta dos moradores da Izidora em 2013, momento em que conheceu alguns advogados populares e o trabalho realizado pelo CMA.

Lucas, advogado que já vinha acompanhando as ocupações urbanas desde 2008 como estudante de Direito e militante das Brigadas, afirma que:

Na época a gente não tinha um coletivo estruturado né, aí a assessoria jurídica naquele momento se dava pela PUC, com o professor grande referência nossa da advocacia popular, Fábio Alves, um professor muito aguerrido, né, que já se envolveu em várias pautas progressistas, como a questão dos sem-teto, sem terra, indígenas, questão carcerária. Então, ele e o núcleo de Direitos Humanos da Defensoria é que faziam

advocacia e a defesa dessas comunidades. E eu ali como estagiário, ainda como estagiário da Ordem, comecei também a acompanhar essas manifestações. Depois eu formei, ali em 2010, e já foi um processo natural de começar a assumir diretamente como advogado as ocupações urbanas, a defesa dessas ocupações, e também os momentos de negociação, né, de mesa de negociação nessas ocupações. (LUCAS, agosto de 2017).

Além dos advogados citados, outros apontaram o envolvimento com as ocupações urbanas como o primeiro contato com o trabalho de defesa de populações vulneráveis, o que demonstra que os passos iniciais na advocacia popular para a maioria dos advogados do CMA ocorreram por meio do envolvimento em tais lutas na cidade de Belo Horizonte. O contexto de ilegalidade urbana, pauta que se encontrava em constante expansão, e vinha gerando prolongamentos acadêmicos, políticos e jurídicos, e a crescente demanda por atuação de profissionais do Direito comprometidos com a luta por moradia, contra a organização fundiária excludente e as políticas institucionais foi terreno fértil para o nascimento de novos atores políticos, aliados às lutas em curso, entre eles o CMA, hoje ator referência na defesa de direitos na região.

O contexto de resignificação da cidade de Belo Horizonte, a partir dos processos de ocupação e higienização urbana, foram determinantes para a atividade do CMA, a princípio, focar prioritariamente na defesa das ocupações urbanas. Posteriormente, essas causas desdobraram-se em questões socioambientais, de gênero, racial, além de disputas envolvendo comunidades tradicionais e reforma agrária. Atualmente o CMA tem uma atuação plural em diversas frentes, na defesa de movimentos sociais, entidades, terceiro setor, coletividades organizadas, territórios, sindicatos, atuando em demandas que envolvam comunidades vulneráveis, violações de direitos humanos e pressões por mudanças sociais estruturais.

Nos mais de cinco anos de atuação, o CMA já assessorou diferentes movimentos e coletividades, alguns dos quais de forma contínua, e outros de forma pontual (em uma demanda específica em um momento de crise e urgência, por exemplo). Pode-se citar como exemplos as demandas relacionadas às ocupações urbanas e rurais (como as ocupações Izidora e Dandara na região metropolitana de Belo Horizonte), as demandas relacionadas a causas feministas (como a ação que pleiteava a proibição de um aplicativo para celular de cunho machista em território nacional, o Tubby, e a demanda das mulheres em situação de rua que vêm tendo seus bebês tomados pelo Estado: o caso das “mães órfãs”); as reivindicações da população em situação de rua e das comunidades tradicionais (como quilombolas, indígenas e afetados por mineração e por barragens), a proteção de estudantes envolvidos em ocupações estudantis, a defesa de manifestantes contra excessos policiais, a defesa de artistas e ativistas envolvidos na Ocupação

cultural Luiz Estrela, em Belo Horizonte, e a defesa dos estudantes que ocupam a residência estudantil do Movimento de Fundação da Casa do Estudante (MOFUCE), objeto de ação judicial de reintegração de posse impetrada pela UFMG.

Os pleitos geralmente chegam ao conhecimento do Coletivo a partir das articulações da rede, das próprias relações pessoais dos advogados (que atuam como militantes de movimentos ou parceiros próximos), e a partir de indicações externas de estudantes, advogados, atores do terceiro setor ou militantes que conhecem o trabalho desenvolvido pelo grupo. O CMA, assim, é um ator que se constitui muito além de um mero intermediário ou instrumento de lutas sociais, e sua ação surge da própria inserção de seus membros e do Coletivo enquanto organização em um processo amplo de mobilização social. Nesse sentido, os membros do Coletivo não agem apenas quando são acionados, mas também se inserem em uma perspectiva de provocação tendo em vista que estão pessoalmente envolvidos com os movimentos e casos de violações de direitos.

Observa-se, assim, uma crescente inserção desses profissionais nas redes de mobilização coletiva, tanto em âmbito local, a partir do envolvimento direto com territórios, comunidades e movimentos, quanto em âmbito nacional e internacional, a partir das articulações e redes, utilização de tribunais e emprego de mecanismos internacionais de defesa de direitos. O CMA incorpora-se, assim, a um contexto sociopolítico emergente marcado pelo crescente protagonismo político do Judiciário (ENGELMANN, 2006, 2007, 2017), e pelo emprego de instrumentos jurídicos e judiciais no âmbito das lutas político-sociais, que ocorre por meio do uso estratégico do direito e da mobilização de advogados engajados, fenômeno conhecido na literatura como “mobilização do direito” (MCCANN, 2006; LOSEKANN, 2013) ou ainda “mobilização política de direitos” (MACIEL, 2015).

2.2 PAUTAS POLÍTICAS E DEMANDAS JUDICIAIS: O CRESCENTE USO DO DIREITO POR MOVIMENTOS SOCIAIS

O ativismo de movimentos sociais e organizações é marcado cada vez mais pela transnacionalização e globalização, tendência que afeta os conceitos e práticas jurídico-legais utilizados nos seus repertórios de atuação, tendo em vista, principalmente, o discurso de Direitos Humanos enraizado em uma grande rede internacional de mobilização. Em volume dedicado à advocacia de causa como fenômeno relacionado aos processos de globalização e democratização, Sarat e Scheingold (2001) reúnem trabalhos que abordam diversas experiências de advocacia de interesse público tanto no norte como no sul global, a fim de

apresentar suas semelhanças, suas disparidades e os fatores que contribuíram para a formação de redes de atuação entre advogados engajados em escala global e local. Nesta obra, Dezalay e Garth (2001) destacam que a proliferação de organizações de Direitos Humanos nas décadas de 1970 e 1980 fora dos Estados Unidos foi uma demonstração importante do sucesso da advocacia de causa em âmbito global. O uso do direito como um instrumento de luta por mudança social cresceu no contexto de transição democrática nos países da América Latina, África e Ásia como investida das organizações em defesa de direitos contra violações de Direitos Humanos cometidas principalmente pelo próprio Estado.

Assentado fortemente na experiência de ONGs norte-americanas, o crescimento do emprego do direito em prol da defesa de Direitos Humanos foi possibilitado a partir da formação de redes entre atores de organizações não governamentais, governamentais e intergovernamentais. Essas “‘redes de causas transnacionais’ foram organizadas principalmente para possibilitar a troca de informações entre ativistas e exercer pressão sobre atores governamentais que, de outra forma, seriam resistentes às pressões de forças domésticas” (MEILI, 2001, p. 307; tradução nossa)¹². O surgimento de novos atores, entre eles grupos de advogados engajados, no curso da mobilização coletiva está relacionado a este processo de difusão transnacional de repertórios de defesa de direitos, fortemente influenciado pelas organizações norte-americanas de litigação internacional, e pela atividade desenvolvida pela Fundação Ford a partir dos anos 1960 no desenvolvimento e universalização de atividades voltadas à promoção de Direitos Humanos (DEZALAY, GARTH, 2001).

Débora Maciel (2015), em estudo acerca da mobilização do direito realizada por grupos voltados à defesa de direitos no Brasil, destaca também a importância da Anistia Internacional na formação deste repertório de atuação nos anos 1960:

A Anistia Internacional inovou o ativismo de direitos humanos adaptando formas de ação, de um lado, de grupos humanitários e de defesa da paz mundial no Pós-Guerra, como a publicização da situação de vítimas (Keck e Sikkink, 1998); e, de outro lado, dos movimentos sociais, como as campanhas públicas de denúncia. O foco nas idéias abstratas de direitos humanos foi deslocado para as situações de violação de direitos de indivíduos concretos com nomes, histórias e famílias, permitindo a identificação do público com o “sofrimento humano” (MACIEL, 2015, p. 5).

Enquanto nos Estados Unidos dos anos sessenta a busca pelos Tribunais ocorria em um contexto de luta pelo reconhecimento e efetivação de direitos civis, no Brasil, as décadas de sessenta e setenta foram marcadas pelo fortalecimento de movimentos sociais de contestação

¹² Versão original: ““transnational issue networks,” have been organized primarily to exchange information among activists and exert pressure on governmental actors who are otherwise resistant to entreaties from domestic forces”.

contra o regime ditatorial, que acabaram por impulsionar as demandas contra as violações de direitos pelo Estado e em prol de direitos coletivos e difusos (CARLET, 2010; JUNQUEIRA, 1996). No cenário nacional, portanto,

A problemática da mobilização de repertórios de “crítica da tradição jurídica e “novos” usos do direito, representado pelos advogados engajados em causas coletivas, é um fenômeno historicamente presente, de forma mais explícita, no âmbito do “direito do trabalho” e da advocacia para sindicatos de trabalhadores, e também na década de 1970, na defesa de presos políticos, articulada por advogados vinculados às redes internacionais de promoção de “direitos humanos (ENGELMANN, 2006, p. 124).

Na década de 1990, segundo Engelmann (2006), o engajamento de advogados e sua relação com movimentos sociais consubstancia-se a partir da “tradução e construção, no universo do direito, das ‘causas políticas’ constituídas no espaço dos movimentos sociais” (p. 124). O período de transição democrática no Brasil também foi marcado pela abertura de novos canais jurídico-institucionais de participação que facilitaram o acesso da sociedade civil às Cortes, como a Ação Popular (Lei 4.717 de 1965), a Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 1985), a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (Constituição Federal de 1988), além da figura do *amicus curiae*, instituto que confere legitimidade a terceiro interessado em contribuir para a construção da decisão da Corte no âmbito do processo constitucional.

O uso de tais instrumentos judiciais insere-se em um processo crescente de mobilização do direito no âmbito das lutas político-sociais. Losekann (2013) destaca que a mobilização legal pode ser encarada como um sintoma da ineficácia de algumas instituições participativas em responder demandas sociais. Para a autora (Idem, p. 312), “se analisarmos panoramicamente todos os mecanismos institucionais democráticos, podemos vislumbrar o processo de judicialização em questão como um processo de *crítica institucional* e tentativa de controle que *pode* gerar algum incremento democrático” (grifo no original).

Atualmente, a literatura brasileira acerca do tema foca principalmente na chamada “judicialização da política” ou “politização da justiça”, fenômeno referente à expansão do potencial de mediação do Judiciário no processo político decisório das democracias contemporâneas e ao crescente número de ações judiciais, apontando o desvirtuamento do que seriam as funções típicas deste poder, caracterizado pela neutralidade na interpretação da vontade do legislador (ENGELMANN, 2017). A respeito do tema, Maciel (2002) aponta:

O termo aplica-se não só à ação dos juízes mas também os profissionais de outras carreiras judiciais (especialmente os membros do Ministério Público), que seriam os

responsáveis pela judicialização da política, por utilizar “excessivamente” suas atribuições para levar os conflitos à justiça, ou para resolvê-los extra-judicialmente, tendo a lei e seu *savoir-faire* como referência. A expressão faz parte do repertório das ações de grupos políticos que defendem o recurso das arenas judiciais para ampliar a proteção estatal à efetividade de direitos de grupos discriminados ou excluídos. (MACIEL, 2002, p. 116).

Nesse cenário de crescente reconhecimento do Judiciário como arena pública aberta às demandas sociais e à formação de opinião, a instrumentalização do direito configura-se como uma estratégia adotada no âmbito da luta de movimentos sociais e outras coletividades. Um dos resultados deste processo está relacionado à formação de um ativismo voltado a defesa de direitos no interior das redes de movimentos sociais. Maciel (2015), em estudo que define grupos de defesa de direitos como “aqueles cuja ação coletiva é dirigida, de maneira não eventual, para a tradução e mobilização jurídica, legal e/ ou judicial de problemas sociais e/ou de agendas específicas de grupos, comunidades e /ou movimentos sociais” (p. 7), argumenta que no Brasil essa espécie de ativismo tem se organizado de diversas formas: Comissões Pastorais, Comissões de Justiça e Paz e Centros de Defesa de Direitos Humanos e organizações internacionalizadas; grupos e movimentos locais comunitários; associações e institutos nacionais de defesa de direitos de cidadãos (associações e institutos de advogados para defesa de consumidores, mutuários ou garantia do direito de defesa judicial de indivíduos); organizações de movimentos sociais (indígenas, ambientalista, mulheres, negros, homossexuais); grupos de serviços jurídicos com distintos perfis de ativismo; programas em universidades.

O Coletivo Margarida Alves é entendido aqui como um ator que se insere no atual cenário de ativismo e militantismo político, voltado à mobilização de direitos em prol de movimentos sociais, territórios, comunidades e terceiro setor, mais especificamente na cidade de Belo Horizonte. Tendo em vista, o contexto de confronto e os vários atores envolvidos no processo de resistência e luta em que se insere, o CMA constrói o seu repertório de atuação de forma a superar o âmbito meramente jurídico e formal, sendo fortemente influenciado pelo cenário político e legal e pelas próprias concepções sociais, profissionais e acadêmicas dos advogados membros. A partir da análise das estratégias de atuação do CMA, pretende-se compreender como se constitui o repertório específico de mobilização do direito, construído conjuntamente por advogados engajados e movimentos, e a relação entre esses atores e demais aliados no processo de mobilização coletiva.

2.3 A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA

O estudo acerca do uso dos tribunais e do direito em situação de conflito e luta político-social, ainda incipiente no Brasil, segundo Maciel (2011), é objeto de três vertentes de pesquisa principais nos Estados Unidos: a abordagem centrada nas Cortes (*top-down approach*), que estuda a influência das decisões judiciais sobre os processos de mudança social (ROSENBERG, 2006); a abordagem da *cause lawyering* (“advocacia de causa”), focada na análise do papel dos profissionais do direito e sua inserção como ator no âmbito das redes de ativismo (SARAT, SCHEINGOLD, 1998, 2001, 2006); e a abordagem baseada na teoria do processo político (*political process-based approaches*), a partir da perspectiva do confronto político, que estuda a mobilização do direito como estratégia crescente nas ações coletivas de grupos e movimentos sociais (MCCANN, 2006). O estudo aqui proposto insere-se nas agendas apontadas, buscando, a partir da análise de um grupo específico de advogados populares ou de interesse público, incorporar a abordagem do *cause lawyering* (tratada no próximo capítulo) à discussão mais ampla de mobilização do direito. Entende-se, assim, os advogados populares como atores indispensáveis ao desenvolvimento de um repertório específico de ação coletiva, qual seja a mobilização do direito no âmbito das lutas sociais (LOSEKANN, 2013).

2.3.1 Os repertórios de ação coletiva no contexto de confronto: abordagens estruturalistas e culturalistas

Michael McCann, um dos principais expoentes da teoria norte-americana *Legal Mobilization Theory* (ou *Mobilization of Law*) – aqui tratada como Teoria da Mobilização do direito¹³ –, parte da teoria do confronto político, de McAdam, Tilly e Tarrow (2005), para inserir o direito na agenda de estudo das ações coletivas. O *confronto político* consiste em um conceito dentro do qual se localiza a definição de movimentos sociais. Em *Dinamica de la Contienda Politica* (MCADAM, TILLY, TARROW, 2005), o confronto político é descrito nos seguintes termos:

[...] interação episódica, pública e coletiva entre os reivindicadores e seus objetos quando: (a) ao menos um governo é um dos reivindicadores, um dos objetos de reivindicação ou parte nas reivindicações e (b) as reivindicações, caso satisfeitas,

¹³ Expressão que vem sendo utilizada em âmbito nacional para se referir ao fenômeno abordado pelos teóricos da *Legal Mobilization* (LOSEKANN, 2013; MACIEL, 2011; MCCANN, 2010, tradução de Celly Cook Inatomi).

afetariam os interesses de ao menos um dos reivindicadores” (MCADAM, TILLY, TARROW, 2005, p. 5; tradução nossa)¹⁴.

Os autores (Idem) classificam os confrontos políticos em contidos e transgressivos, em que os primeiros seriam aqueles em que as partes são previamente definidas (são atores políticos constituídos) e empregam meios estabelecidos de reivindicação; e os segundos consistiriam naqueles em que “ao menos alguns dos participantes do conflito são atores políticos recentemente auto identificados e/ou ao menos algumas das partes empregam ações coletivas inovadoras” (Idem p. 8; tradução nossa)¹⁵. As ações inovadoras são aquelas que incorporam ou selecionam objetos de reivindicação, incluem auto representações coletivas e/ou adotam meios ou estratégias sem precedentes ou não autorizadas pelo regime em questão. Em suma, o confronto transgressivo seria aquele que insere novos atores no âmbito das ações coletivas por meio de formas inovadoras de reivindicar. Muitos casos de confronto transgressivo originam-se de episódios de confronto contido, sendo que, segundo McAdam, Tilly e Tarrow (Idem), as mudanças substanciais políticas e sociais a curto prazo ocorrem geralmente a partir de confrontos transgressivos, que subvertem o estabelecido pelo regime e, assim, alteram o *status quo*.

Losekann (2015) aponta que a confrontação via judicial é explicitamente tomada como contida pelos autores. Entretanto, as relações desenvolvidas entre os sujeitos reivindicantes e profissionais do direito (como advogados militantes e membros do Ministério Público) geram o empoderamento de indivíduos, que passam a se entender como atores políticos e titulares de direitos. “Sendo assim, podemos seguramente vislumbrar atores políticos constituídos a partir de repertórios judiciais” (LOSEKANN, 2015, p. 5). No que concerne ao fator inovação, a autora ressalta que o repertório de mobilização do direito – como já vem sendo defendido por uma vasta agenda de pesquisa (AKS, 2004; ANDERSEN, 2008; BURSTEIN, 1991; ISRAEL, 2011; MACIEL, 2002, 2011, 2015; MCCANN, 2006; VANHALA, 2011) – é capaz de gerar mudanças institucionais e sociais, e não decorre necessariamente do uso exclusivo de estratégias convencionais. Ou seja, o uso de instrumentos judiciais nas lutas político-sociais não se limita à litigância judicial, e pressupõe o emprego de mecanismos convencionais para fins não convencionais, alterando a lógica de interesses em jogo e os próprios usos do direito.

¹⁴ Versão original: “La interaccion episodica, publica y colectiva entre los reivindicadores y sus objetos cuando: (a) al menos un gobierno es uno de los reivindicadores, de los objetos de las reivindicaciones o es parte en las reivindicaciones, y (b) las reivindicaciones, caso de ser satisfechas, afectarían a los intereses de al menos uno de los reivindicadores.”

¹⁵ Versão original: “al menos algunos de los participantes en el conflicto son actores políticos recientemente autoidentificados y/o (d) al menos algunas, It de las partes emplean acciones colectivas innovadoras.”

Entende-se, assim, que o emprego de instrumentos judiciais em âmbito institucional pode configurar-se como uma confrontação tanto contida quanto transgressiva, a depender dos atores envolvidos e da singularidade e inovação das práticas adotadas.

Os confrontos políticos são marcados por diversas variações, sejam estas em relação a seus autores, demandas, interações, sequências e resultados, de tempo em tempo e de lugar para lugar. Porém, a forma que os confrontos desdobram-se guarda regularidades. Para Tilly e Tarrow (2015), mecanismos e processos similares podem produzir diferentes trajetórias e resultados, a depender de sua forma de combinação, da base social e do contexto político em que operam. O conceito de *repertório* foi desenvolvido por Charles Tilly com fins de assinalar as formas especificamente políticas de agir. Tomando o termo emprestado da noção musical para designar o pequeno conjunto disponível de formas de se fazer política num dado período de tempo, Tilly buscou incluir, de forma gradual, a perspectiva de cultura em seu modelo estruturalista de oportunidades políticas. A primeira abordagem do termo pelo autor, nos anos de 1970, referia-se a repertório como conjunto de formas de ação, buscando evidenciar padrões de ação coletiva compartilhados, sem adentrar no processo de apropriação dos repertórios pelos atores. Neste primeiro momento o foco do conceito encontrava-se nas formas, e não no conteúdo da ação, denunciando sua marca fortemente estruturalista (ALONSO, 2012). É apenas nos anos 2000, na obra *Dinamica de la Contienda Política*, que Tilly abre mais espaço para a *agência* na análise das interações conflituosas. *Repertório* passa então a ser entendido como um conjunto variável de *performances*.

As performances que compõem o repertório teriam duas faces. ‘Modulares’, porque se pode reconhecer a mesma manifestação de rua em diferentes contextos. Mas cada qual é singularizada pelo uso, que agrega “símbolos e segredos locais” (Tilly, 2005: 223). A transferência de repertórios envolve, então, escolhas e criatividade (ALONSO, 2012, p. 29).

O conceito de repertório, assim, passa a incorporar os significados e os sentidos da ação, sendo entendido, dessa forma, como constantemente feito e refeito, em contínua modulação e inovação. Segundo Tilly e Tarrow (2015), trata-se de improvisos a partir de roteiros (*scripts*) compartilhados coletivamente. As inovações ocorrem em pequena escala com o objetivo de tornar as reivindicações mais eficazes a um dado tipo de demanda, ao local e aos atores envolvidos. Ou seja, as performances evoluem, e gradualmente são adotadas pelos atores políticos na construção de seus repertórios. O peticionamento judicial, a passeata pública, o *lobby*, a reunião e o recolhimento de assinaturas são exemplos de algumas performances que, de acordo com a natureza da reivindicação, são utilizadas na construção do repertório de

confronto. Trata-se de continuidade e improviso, de alteração de repertórios por meio de performances contínuas e incrementadas.

Entendidas como interações que seguem um guia flexível, como o jazz, as performances, “formas padronizadas e relativamente familiares em que os atores políticos realizam reivindicações políticas em face de algum outro grupo de atores políticos”, agrupam-se em repertórios, “arranjos de performances ao tempo conhecidas e disponíveis dentro de um conjunto de atores políticos” (TILLY, TARROW, 2015, p. 14; tradução nossa)¹⁶. Porquanto, o que torna o emprego de discursos e instrumentos jurídico-legais um repertório de ação coletiva é justamente seu enquadramento em um contexto mais amplo de lutas, que combina variadas performances, constantemente construídas, modificadas e inovadas.

As alterações dos repertórios de ação coletiva, que ocorrem por meio da inovação, desaparecimento ou articulação de performances, decorrem de fatores de ordem estrutural ou conjuntural mais ou menos formais (LOSEKANN, 2013). As normas legais e arenas institucionais sofrem grande variação no tempo e no espaço, possibilitando, segundo McCann (2006b), o exercício da criatividade na construção de estratégias de resistência. Logo para compreender o uso do direito em lutas sociais deve-se ter em mente que as táticas legais empregadas pela advocacia popular são normalmente coordenadas com outras estratégias políticas, sendo indispensável a análise das escolhas estratégicas a partir de fatores contextuais, como os lugares, condições e momento da contenda. Nesta linha de investigação, insere-se a chamada agenda clássica da teoria dos movimentos sociais, que sugere, a partir de uma abordagem estruturalista, que as oportunidades políticas e a mobilização de recursos possibilitam e influenciam o surgimento e a organização de ações coletivas, as quais constituem repertórios.

A abordagem explicativa das oportunidades estruturais (ou oportunidades políticas) analisa a construção das ações coletivas a partir das oportunidades disponíveis aos atores. Essa abordagem enfatiza as duas faces dos impactos gerados pelo contexto estrutural sobre as relações sociais, os quais podem gerar dificuldades e opressões, ou, por outro lado, gerar novas expectativas e novas formas de enxergar oportunidades políticas ou econômicas.

Entendo *oportunidades políticas* como dimensões consistentes - mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais - da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições políticas como fatores - tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes - que desencorajam o confronto. Não há uma

¹⁶ Versão original: “Contentious performances are relatively familiar and standardized ways in which one set of political actors makes collective claims on some other set of political actors.”

fórmula simples para prever o surgimento do confronto, não só porque a especificação dessas variáveis muda em diferentes circunstâncias históricas e políticas como fatores diferentes podem variar em direções opostas. Como resultado, o termo “*estrutura de oportunidades políticas*” não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades, e, portanto, a movimentos sociais. (TARROW, 2009, p. 39; grifo nosso)

Tarrow (Idem) aponta alguns exemplos de dimensões de oportunidades políticas que moldam o processo de mobilização coletiva: a abertura do acesso para atuação de novos atores na vida política institucional, a evidência de realinhamento político no interior do sistema, o aparecimento de aliados influentes, as divisões emergentes no interior das elites e o declínio na capacidade do Estado em conter as dissidências. No âmbito dos repertórios de mobilização do direito, pode-se citar especificamente a formação de alianças com autoridades e atores do sistema de Justiça (como membros do Ministério Público e Defensoria Pública) e a criação de novas leis ou instrumentos processuais de participação. A teoria da mobilização de recursos, por sua vez, é anterior e complementar à abordagem das oportunidades, enfatizando a existência de um núcleo de líderes ativistas, que servem como agentes primários de mobilização, e a existência de ligações, relações organizacionais e recursos materiais como essenciais à dinâmica das ações coletivas (MCCANN, 2006a).

As oportunidades legais também geram influência sobre as ações coletivas e, portanto, a formação de repertórios de mobilização. A teoria da estrutura de oportunidades legais “busca explicar as dinâmicas das mudanças legais por meio do exame de fatores institucionais e sócio-legais que moldam as decisões tomadas por atores legais” (ANDERSEN, 2008, p. 6; tradução nossa)¹⁷. O objetivo principal de Andersen, na obra *Out of the Closets and into the Courts* (2008) é demonstrar como as estruturas sócio-legais moldam as estratégias dos movimentos e, por sua vez são moldadas por elas. A possibilidade de ação e a escolha das estratégias ocorrem a partir da percepção de fatores estruturais – que ocorrem por meio do processo de alinhamento de enquadramento. Um enquadramento (*frame*), nos termos de Goffman (1974, apud ANDERSEN, 2008, p. 7; tradução nossa)¹⁸ “é composto por um conjunto de normas implícitas que, ao definir situações, molda os significados gerados por aquela situação”; trata-se de um esquema interpretativo que possibilita percepção e classificação de aspectos de um dado evento, tornando-o significativo. O processo de alinhamento de enquadramento, portanto, possibilita

¹⁷ Versão original: “my legal opportunity structure (LOS) approach seeks to explain the dynamics of legal change through an examination of the institutional and sociolegal factors that shape the decision made by legal actors.”

¹⁸ Versão original: “[a frame] is composed of the implicit rules that, by defining the situation, shape the meanings generated by that situation”.

que os atores, dentro do “estoque cultural” disponível, classifiquem dada situação como injusta e determinem os tipos de reivindicações a serem feitas e as performances a serem empregadas.

A construção de repertórios de ação, a partir da escolha de estratégias, inovação e incremento de performances, porém, não decorre apenas de fatores estruturais, incentivos e restrições contextuais. Para Vanhala (2011), a abordagem das oportunidades legais assim como a das oportunidades políticas, ignora a agência dos atores envolvidos na ação coletiva: enquanto enfatizam largamente o impacto de oportunidades políticas e legais sobre a escolha de estratégias, acabam por negligenciar a função que os atores coletivos desempenham na remodelação de estruturas institucionais e procedimentos legais. O acesso aos tribunais, bem como os alinhamentos com a elite e as alianças e conflitos não são fatores objetivamente dados, mas irão somente encorajar ou não a atuação dos atores políticos mobilizados.

James Jasper (1997), importante autor contemporâneo na análise das emoções e suas influências sobre a mobilização coletiva, dialoga amplamente com os autores da *Contentious Politics*, criticando a abordagem sociológica estrutural, linear e racional que acaba ocultando fatores importantes na definição de estratégias de protesto. Em suma, Jasper, que se insere em uma orientação teórica culturalista microsocial, advoga por uma teoria da mobilização que aborde e reconheça a importância dos diferentes fatores estruturais, psicológicos e culturais para a definição da ação coletiva. De modo semelhante, Vanhala (2011), por meio da análise das dinâmicas internas das organizações e dos movimentos sociais, pretende observar como grupos percebem as oportunidades de modo distinto, e constroem suas estratégias e táticas internamente, mesmo que influenciados pelo mesmo contexto político-social. Para tal, não se pode negligenciar as características internas e externas dos atores coletivos, bem como os processos de enquadramento na formação de repertórios. Sendo entendidos como esquemas de interpretação que possibilitam “perceber, identificar e rotular ocorrências em seu espaço e mundo” (SNOW apud VANHALA, idem, p. 31; tradução nossa)¹⁹, os enquadramentos de significados permitem que indivíduos e comunidades reconheçam o mundo: eles guiam percepções e expectativas, e definem “lógicas de adequação”.

Espera-se que grupos sejam mais propensos a adotar a litigância estratégica quando sua identidade e processos de enquadramento definem os membros primeiramente como titulares de direitos, e as Cortes como um caminho apropriado para perseguir

¹⁹ Versão original: “Frames have been defined as schemata of interpretation that enable individuals ‘to locate, perceive, identify and label occurrences within their life space and the world at large’”.

objetivos políticos e avançar em outras agendas dos movimentos sociais (VANHALA, 2011, p. 32; tradução nossa).²⁰

William Gamson (apud JASPER, 1997), outro autor a tratar dos enquadramentos, explora os significados culturais “de fora”, a partir da construção da consciência política. Para ele, a interpretação cultural que acarreta o enquadramento de questões e ideologias por ativistas estabelece-se sobre significados pré-existentes sobre os quais os indivíduos apoiam-se. O “enquadramento de injustiça”, segundo Gamson Bruce Fireman e Steven Rytina (apud JASPER, Idem, p. 78; tradução nossa)²¹, seria uma “interpretação do que está ocorrendo, que apoia a conclusão de que um sistema autoritário está violando os princípios morais compartilhados pelos participantes”. Os autores, nesse sentido, dão grande ênfase a fatores emocionais na definição dos enquadramentos de injustiça, como a suspeita e a hostilidades que os criam, e a ofensa e indignação, que os definem.

O conceito de cultura, desenvolvido por Jasper (1997) como uma das dimensões do protesto, é, assim, indissociável do processo de enquadramento. A cultura é situada em um tempo e espaço determinados e em um dado arranjo institucional, sendo entendida como “os prazeres, motivos e objetivos que fundamentam uma dada ação, ou pode ser vista como habilidades, hábitos e gostos que formam a própria ação” (Idem, p. 97; tradução nossa)²². Ela é tanto interna quanto externa, individual ou coletiva, implícita ou explícita, e não é composta por fatores físicos, mas sim por ideias, emoções e sensações. Nesse sentido, pode-se afirmar que a cultura é indispensável para se reconhecer o que um indivíduo absorve a partir da socialização, o que pode ser considerado como recurso, o que funciona como estratégia e porquê.

Sendo assim, as oportunidades políticas e legais, os recursos, bem como a bagagem cultural e os processos de enquadramento dos atores envolvidos em ações coletivas permitem que eles percebam quando há viabilidade de agir de determinada forma, adotem determinada estratégia e, assim, criem seus repertórios de atuação. A opção pelo acionamento do Judiciário depende amplamente da percepção pessoal dos atores acerca das instituições de justiça, do direito, da estrutura de oportunidades envolvidas e dos quadros interpretativos (*frames*) responsáveis por enquadrar uma dada situação como injusta. Todos esses elementos, em alguma

²⁰ Versão original: “we would expect to see that groups are more likely to adopt a litigation strategy when their identity and framing processes define the membership primarily as rights holders and the courts as an appropriate venue within which to pursue policy goals and advance other social movement agenda”.

²¹ Versão original: “as ”an interpretation of what is happening that supports the conclusion that an authority system is violating the shared moral principles of the participants”.

²² Versão original: “We can analyze it as the pleasures, motives, or goals that lie behind action or view it as the skills, habits, and tastes that form action itself”.

medida, partem da concepção de mundo dos indivíduos, suas opiniões e sua formação pessoal, acadêmica e profissional, compondo o que Jasper chama de “cultura”, e que se constituem como indispensáveis à caracterização dos advogados populares na realização de uma advocacia militante, crítica e não tradicional.

Os advogados do CMA afirmam que o acionamento do Judiciário é apenas uma das estratégias utilizadas no desempenho da atividade de assessoria jurídica, e é sempre realizada como última alternativa, tendo em vista os prós e contras deste tipo de atuação em um dado contexto político e legal. Observa-se, a partir das seguintes falas, que o Coletivo atua majoritariamente em defesas judiciais, sendo impelido a compor o processo, na posição de defensor do réu. A opção pela interposição de uma ação judicial é adotada estrategicamente apenas quando entendida como o melhor caminho para o fortalecimento da causa, tendo em vista o contexto legal e político-institucional e os benefícios dela decorrentes.

[...] a maioria dos casos que chegam pra gente é pra atuar nas defesas, né, que aí normalmente já tem uma ação judicial e a gente faz essa parte da defesa. Então, assim, a gente não tá acionando... Lógico que a gente tá litigando no Poder Judiciário, mas na forma de defesa. E é isso, assim, às vezes o movimento nos procura: “ah, a gente tá com tal e tal problema”, e a gente aponta: “podemos ter tais e tais caminhos”. Mas a princípio, a nossa orientação nunca é acionar o Poder Judiciário, né. Até porque a gente entende que, é..., num primeiro momento, né, a não ser que isso seja extremamente necessário, e tirando os casos que a gente já atua nas defesas, porque aí é inevitável. Se já tem um processo, você tem que atuar no âmbito do Judiciário. Entendeu? Mas a princípio é feito um trabalho de construção, né, de apontar caminhos, possibilidades e, enfim. (ROBERTA, 25 de maio de 2016).

No mesmo sentido, destaca outra advogada:

É, porque a gente tem uma perspectiva de litigância estratégica, assim. A gente não tem a perspectiva de acionamento do Judiciário à revelia. Então a gente só aciona quando, tipo assim, quando é conveniente, o cenário político tem uma conjuntura, ou quando é muito necessário, né. Nisso, assim, da defesa é inevitável, várias ocupações urbanas que estão com ações de reintegração de posse pra ser despejada, a gente faz a defesa jurídica. (NATÁLIA, 25 de maio de 2016).

A partir das falas dos advogados entrevistados, é possível perceber como o CMA posiciona-se dentro do processo de mobilização do direito, que se dá em um contexto de conflito já instaurado na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, e envolve uma pluralidade de atores e repertórios específicos. A mobilização do direito, conforme realizada pelo Coletivo, perpassa não apenas a manipulação de instrumentos judiciais em arenas institucionais, mas consubstancia-se em um repertório de ações formuladas coletivamente que buscam, ao menos em tese, compreender o conflito de forma ampla, global e coletiva. Como se verá a frente, a

advocacia engajada diferencia-se da advocacia tradicional por sua inserção na causa, no território e na militância, motivo pelo qual sua atuação extrapola os limites técnico-formais, e adentra as questões políticas estruturais que envolvem a demanda. O CMA, assim, conforma e coordena sua atuação a dos demais atores envolvidos no confronto, a partir de um repertório específico de mobilização do direito, que os diferencia não apenas dos demais atores estabelecidos, mas também da advocacia tradicional. Conforme salienta uma das advogadas ao tratar sobre conflitos envolvendo comunidades afetadas por grandes empreendimentos:

Você precisa ter o conhecimento do conflito, entender que é um conflito de caráter coletivo, pra você fazer uma boa defesa, porque a empresa utiliza isso como uma estratégia pra desmobilizar a luta. Então, assim, eu não sei se eu imagino um advogado tradicional fazendo uma defesa dessas, talvez seria uma defesa muito técnica, enquanto a gente tem que entrar ali na questão política, senão fica por isso mesmo. Embora, claro, sempre o Judiciário vai se pautar nas questões técnicas, né. Mas eu acho que mostrar essa realidade do contexto político, isso ajuda também o magistrado a se influenciar na sua decisão. (ROBERTA, 07 de agosto de 2017).

A compreensão global do conflito, inserida em um enquadramento mais amplo de injustiça e violações de direitos, é indispensável à definição das performances a serem adotadas no processo de mobilização social. Observa-se que os advogados do CMA constroem e pensam sua atuação tendo em vista os efeitos diretos e indiretos dela decorrentes sobre o contexto de confronto. Sendo assim, parecem considerar como as ações judiciais podem afetar positiva ou negativamente os assistidos antes de ingressarem no Judiciário, levam em conta a realidade vivida pelas coletividades no momento de definirem suas ações, preocupam-se com a forma com que serão recepcionados nos territórios e a forma como serão enxergados pelos demais atores envolvidos (militantes ou aliados). Enfim, constata-se um trabalho construído cotidianamente, de acordo com o cenário, com as oportunidades observadas e com as peculiaridades e princípios dos movimentos assessorados. Recorrer ao Judiciário é apenas uma das estratégias empregadas no processo de ação coletiva, desde que imprescindível ao avanço da causa. Isso reflete o pessimismo dos advogados em relação ao Poder Judiciário e ao sistema de justiça como um todo. Ao não assumir o devido papel de garantidor de direitos, o Judiciário acaba por se tornar apenas mais uma arena estratégica de luta, o que requer que outras performances sejam empregadas de forma coordenada com as essencialmente judiciais ou institucionais.

2.3.2 A mobilização do direito

Compreendendo os movimentos sociais assessorados pelo CMA como confrontos políticos (MCADAM, TILLY, TARROW, 2005), é possível observar um repertório específico de ação coletiva no âmbito dessas lutas, construído conjuntamente por advogados e movimentos: a mobilização do direito. A Teoria da Mobilização do Direito consiste em uma vertente do estudo da ação coletiva, que relaciona direito e movimentos sociais no sentido de localizar o direito como um dos possíveis recursos a serem despendidos na luta por mudanças sociais. Frances Zemans (1983, p. 700 apud MCCANN, 2006a, p. 5) afirma que “o direito é mobilizado quando um desejo ou necessidade é traduzido em uma demanda ou afirmação de direitos” (tradução nossa)²³.

No processo de mobilização do direito, as performances empregadas envolvem o uso do instrumentos e discursos jurídico-legais de diversos modos. McCann (2006c), a partir de suas pesquisas empíricas, constatou que o direito exerce papel fundamental não apenas no âmbito das ações judiciais, mas também no processo de comoção popular e reunião de ativistas em potencial, na formação de defensores populares, no reconhecimento e formação de identidades coletivas, nas reuniões com autoridades estatais e na formação da agenda de reivindicações, por exemplo. No contexto vivenciado pelo CMA, principalmente nas ocupações urbanas, é possível observar que a linguagem jurídica, os conceitos legais, e a consciência de injustiça permeiam a vivência dos indivíduos assessorados. Na ocupação Izidora, por exemplo, observa-se uma forte organização comunitária que, em contato constante com os advogados do CMA e outros profissionais (da área do direito e arquitetura principalmente), articulam-se coletivamente, discutem estratégias, organizam ações diretas, produzem material de divulgação sobre a causa, debatem sobre as violações sofridas, sanam dúvidas acerca de seus direitos e promovem cursos de formação sobre feminismo e empoderamento das mulheres, por exemplo. Concomitantemente, na instância judicial, correm as ações judiciais que discutem a propriedade do terreno e pleiteiam a reintegração de posse. Trata-se, como se vê, de um confronto que guarda tanto uma dimensão transgressora, quanto uma dimensão contida, envolvendo, em um mesmo contexto, os mesmos atores, e o mesmo território. O CMA, nesse cenário, ocupa posição fundamental de articulador e apoiador de ações diretas, de formação popular e trabalho de base, ao lado de uma atuação técnica diante das Cortes, como defensor formal dos ocupantes ou colaborador do Ministério Público e Defensoria Pública.

²³ Versão original: “Law is ... mobilized when a desire or want is translated into a demand or an assertion of rights”.

A luta pelo reconhecimento de novos direitos e pela garantia de direitos assegurados implica um repertório amplo, diversificado e criativo, que gradualmente é alterado por meio de performances inovadoras capazes de atingir a sociedade em geral e o poder público em particular. Entre as principais atividades constitutivas do repertório de atuação do CMA, destacam-se oficinas de formação de lideranças populares, cursos sobre táticas de advocacia popular contra-hegemônica, participação como sociedade civil em comitê intersetorial da população em situação de rua, participação em mesas de discussão e palestras acerca de temas em voga na política e no direito, atuação em ações diretas, como protestos e ocupações, reuniões contínuas com os grupos assessorados a fim de sanar dúvidas e construir ações, publicação de textos e notas de opinião e repúdio acerca de violações de direito, participação em assembleias e mesas de negociação, ativação de redes de apoio nacionais e internacionais para construção conjunta de táticas de atuação, auxílio de parceiros na produção de peças processuais, seja como *amicus curiae* ou aliado informal na causa. Nenhuma dessas ações, todavia, é construída de forma autônoma e exclusiva pelo CMA. Os advogados do Coletivo estabelecem interações contínuas e colaborativas com os demais atores envolvidos no contexto de confrontação, sejam os próprios movimentos sociais, profissionais apoiadores das causas, redes formais relacionadas à causa coletiva defendida, membros do sistema de justiça e de instituições governamentais, universidades, ONGs e fundações fomentadoras. A articulação contínua de redes informais de atuação une forças, recursos e experiências em prol das coletividades e suas demandas. No capítulo 3, analisaremos de forma pormenorizada as relações entre o CMA e estes atores e as percepções dos advogados acerca de seus principais apoiadores e opositores.

As performances são concebidas tendo em vista a pretensão de transformação cognitiva das coletividades assistidas. McCann (2006c) argumenta que no momento de formação dos movimentos sociais e definição de suas agendas fica mais nítida a importância do direito e dos conceitos e discursos jurídico-legais ao processo de mobilização. Isto porque estes elementos fornecem recursos capazes de gerar, na coletividade, uma compreensão das violações sofridas e dos direitos que lhes cabem. Trata-se de um processo de construção de uma “consciência de direitos” dentro de grupos marginalizados (SCHEINGOLD, 1974 apud MCCANN, 2006c), que possibilita o reconhecimento de injustiças e a união de uma base social comprometida com a causa e legitimada a encabeçar mudanças sociais. Foi possível verificar que o trabalho desempenhado pelo CMA se alinha a essa preocupação, buscando fornecer, por meio da execução de assembleias, cursos de formação, oficinas, cartilhas e palestras, por exemplo, uma troca de conhecimentos que tem como objetivo possibilitar que os indivíduos e coletividades organizem-se de forma satisfatória e independente, e sejam aptos a orientar suas próprias ações.

Nesse sentido, um dos advogados afirma que o trabalho realizado pelo CMA tem como fundamento a construção coletiva das estratégias de luta, partindo de um processo de formação e empoderamento dos assistidos para que eles falem por si próprios.

Eu não gosto muito dessa palavra “conscientização”, porque fica parecendo que a gente desperta a consciência do outro. [...] Quando, na verdade, o processo de conscientização é um processo que parte não de uma atuação externa mas de uma construção do próprio sujeito, né, no seu processo, na sua história. Mas é isso, assim, a gente tentar criar espaços de formação para que as pessoas possam ter um instrumental, mais ferramentas pra tocar sua luta, e defender seus direitos. (MÁRIO, 09 de março de 2017).

Porquanto, as performances empregadas pelo CMA orientam-se justamente no sentido de possibilitar uma construção conjunta de luta, caracterizando-se pela transferência constante de informações entre profissionais do direito e comunidades de modo a associar a atuação diante de Tribunais a táticas políticas e educacionais mais amplas e trazer ao âmbito institucional as vivências e experiências populares. Paula, uma das advogadas do CMA, destaca: “Se você presta muita atenção, todas as nossas vitórias sempre estão aliadas a alguma ação direta, alguma luta política junto” (05 de agosto de 2017). A fala da advogada a seguir exemplifica algumas performances empregadas, e chama atenção à orientação política coletiva na construção do repertório de mobilização do direito.

[...] tudo que a gente faz é alinhado a partir de um espaço de debate com os movimentos e com os territórios, e tem os processos de formação e diálogo com o território. Então é isso, a gente participa de assembleias, tudo que a gente faz, sei lá, a gente tira um direcionamento político, e aí a gente tem alguma vitória ou alguma derrota, e aí a gente vai passar isso pra comunidade também na perspectiva jurídica. A gente participa de espaços, assembleias, reuniões, dentro do território. Além disso, eu, especificamente, coordeno dois projetos na Izidora, um é com as mulheres, que é um projeto que a gente conseguiu com o Fundo Elas, que é no sentido de formação com as mulheres, no sentido de debate em relação a gênero, raça e classe e sexualidade pra fortalecer as defensoras de Direitos Humanos dos territórios numa perspectiva de potencializar a atuação delas também numa perspectiva de direito. Então a gente constrói oficinas e espaços de debate e de ação também. Por exemplo, tem o processo de construção, muito a partir dessa articulação das mulheres, de construção de um centro de poder popular lá dentro do território, então dentro desse processo a gente tá apoiando a construção do ZOCA, que é Zona Ocupada de Cultura e Arte, tem as mulheres que fazem curso de costura, então a gente fortalece esse grupo e tal, enfim, tem várias ações que elas fazem e tal.

[...]

Então é isso, assim, escrita de peças, acionamento administrativos, incidência política, acionamento internacional, incidência direta no território numa perspectiva de formação, construção disso tudo a partir da interlocução de um núcleo político e tal. E as ações de comunicação também. (NATÁLIA, 16 de outubro de 2017).

Todas essas ações organizam-se em torno de um enquadramento de injustiça verificado pelos militantes e advogados, de modo a conciliar performances institucionais e não-

institucionais em um repertório de mobilização do direito. As identidades coletivas, interesses e demandas dos ativistas são constituídos, conforme defendido por McCann (2006c), com base no ordenamento legal, seja pleiteando um direito legalmente assegurado, levantando uma situação de injustiça fundamentada em norma legal ou buscando o reconhecimento legal de novos direitos. Losekann (2015) destaca que o campo do direito constitui-se de modo relativamente autônomo, produzindo oportunidades, ferramentas, quadros interpretativos e dinâmicas próprios. A análise acerca das relações entre advogados e assistidos e outros colaboradores, e as performances por eles concebidas serão analisadas de forma pormenorizada nos capítulos seguintes.

Tendo em vista as dinâmicas de construção de repertórios pelos advogados do CMA, as performances empregadas e as contribuições da teoria da mobilização do direito, buscaremos analisar a assessoria jurídica popular inserida em um processo de confronto político amplo, mais especificamente o contexto de conflitos urbanos e violações de direitos em Belo Horizonte e região metropolitana. Nesta perspectiva, as interações dadas entre movimentos sociais e o direito, passando por variados atores, tais como os advogados, produz efeitos simbólicos que vão além do uso instrumental de ferramentas jurídicas. Essas interações seriam capazes de afetar os próprios processos de ação coletiva, produzindo sentidos, mobilizando e desmobilizando atores.

A abordagem da mobilização do espaço judicial por grupos e movimentos sociais desdobra-se no estudo da advocacia de causa (*cause lawyering*). Sarat e Scheingold (1998, 2001, 2006) destacam-se na organização de obras que propõem um referencial teórico que reúna engajamento militante, profissões jurídicas e mobilização do direito. É a partir de tal perspectiva que buscaremos compreender e caracterizar o CMA como ator dentro do processo de mobilização do direito. Passaremos a seguir à revisão de literatura e análise acerca da assessoria jurídica popular, como conceito e fenômeno empírico, de forma a compreender como ela se constitui na América Latina e no Brasil, quais são suas principais características, objetivos e práticas. Busca-se, assim, inserir o trabalho dos advogados observados na discussão da sociologia das profissões, a partir da abordagem da *cause lawyering* ou da assessoria jurídica popular, por entender que explicações sobre o papel de um coletivo de advogados passam por uma compreensão mais ampla acerca das dinâmicas de ação coletiva envolvendo o campo jurídico e seus atores específicos.

3 A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA E UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A prática da advocacia engajada, voltada a causas de interesse público e demandas das camadas mais baixas da população, remete à discussão acerca das lutas por direitos civis nos Estados Unidos na década de 60. Hoje, ressalvadas as características próprias de cada local, a prática pode ser constatada em todos os continentes, em maior ou menor grau (SARAT E SCHEINGOLD, 2001). Esta espécie de advocacia varia largamente a depender da época e do ambiente em que se desenvolve, associando-se a causas, mobilizando recursos, buscando objetivos e experimentando graus de legitimidade diferentes em cada um dos contextos políticos, econômicos e sociais em que se reproduz. Permanece, assim, em constante construção e transição, tendo que se adaptar às variações políticas, sociais e profissionais, e às alterações de poder locais, ajustando-se aos processos de globalização e democratização.

Sarat e Scheingold (Idem) destacam que o desenvolvimento da advocacia de causa está intrinsecamente relacionado ao processo de globalização, em que o poder do Estado converge para forças e instituições internacionais, e ao processo de democratização, em que esse mesmo poder flui para dentro, para instituições nacionais e movimentos sociais. Ambos trazem novos desafios e pressões aos atores estatais e àqueles que se relacionam com o Estado, e geram diferentes efeitos em cada um dos lugares e arenas em que se desenvolvem. Para os autores, as transformações na configuração dos Estados e a democratização podem ser entendidos tanto como uma condição quanto como uma consequência do desenvolvimento da advocacia de interesse público. As chances dessa espécie de advocacia desenvolver-se em um contexto democrático são muito maiores, ao mesmo tempo em que se mostra como um dos únicos caminhos possíveis de luta por direitos em contextos não-democráticos. Isso é observado claramente no caso da América Latina, onde a advocacia de interesse público (chamada majoritariamente de assessoria jurídica popular) desenvolveu-se em um contexto de transição democrática, principalmente na defesa daqueles mais oprimidos pelo sistema e dos movimentos sociais em ascensão.

A advocacia de causa é considerada tanto pela literatura quanto pelos advogados como uma atividade em construção, que guarda desafios particulares no que concerne à relação com o Poderes Estatais, com as classes dominantes e com a própria formação profissional (que, via de regra, preconiza disciplinas voltadas à atuação tradicional, individualista e economicista). Salientam Sarat e Scheingold (1998, p. 5) que “embora a advocacia de causa seja significativa no sentido de servir e desafiar o profissionalismo legal, fornecer uma definição única e

transculturalmente válida de seu conceito é impossível” (tradução nossa)²⁴. Nesse sentido, não há unicidade no estudo sobre tal fenômeno. A literatura acerca do tema não é uniforme em relação às diferentes nomenclaturas e categorias de advogados que se dedicam às parcelas subalternizadas da população. Eliane Junqueira (2002) destaca que nos Estados Unidos diferentes expressões são utilizadas para referir-se à advocacia política comprometida com valores éticos e sociais, tais como: *cause lawyering*, *critical lawyering*, *transformative lawyering*, *public interest lawyering*, *activist lawyering*, *radical lawyering*, *lawyering for social change*, entre outros.

A expressão “serviços legais”, segundo Luz (2014, p. 7) designa “o conjunto de entidades criadas e voltadas para o auxílio jurídico gratuito”, e, sob essa designação, podem ser classificadas diferentes experiências de assessoria jurídica, sejam elas públicas (como a realizada pela Defensoria Pública) ou privadas (exercida por advogados). Celso Campilongo e Eliane Junqueira são os principais autores brasileiros a se dedicarem à formação de conceitos tipológicos ideais para se referir à advocacia engajada. Enquanto Campilongo (2011) refere-se a serviços legais inovadores e serviços legais tradicionais, Junqueira (1996b) classifica-os em modernos e pós-modernos²⁵. Os serviços legais modernos e inovadores marcam a construção de um novo paradigma dos serviços legais na América Latina, e serão analisados posteriormente. Tais denominações não são comumente utilizadas no Brasil, mesmo no meio acadêmico. Segundo Luz (2014, p. 77), “os serviços legais brasileiros de cunho popular sempre se autoidentificaram como ‘Assessorias Jurídicas Populares’”. No Brasil, a assessoria jurídica popular é, segundo Luz (2014), exercida por meio da advocacia militante e da assessoria universitária, tendo como matriz institucional o campo do terceiro setor²⁶.

Junqueira (1996b) afirma que diferentes expressões, como *alternativo*, *inovador*, *novo*, *participativo*, *estratégico*, *popular*, são utilizadas para se referir à nova forma de advocacia voltada à causa pública, comprometida com a transformação social e política, que surge nos anos oitenta na América Latina. Sá e Silva (2015) utiliza a expressão “advocacia de interesse público” para se referir a esse tipo de atuação profissional, e analisa-a a partir das diferenças entre as experiências norte-americana e latino-americana. Frederico de Almeida e Rodolfo

²⁴ Versão original: “While cause lawyering is significant in the way it both serves and challenges legal professionalism, providing a single, cross-culturally valid definition of the concept is impossible”.

²⁵ Por modernidade, a autora refere-se à primeira fase do capitalismo, de cunho liberal, verificada nos países ocidentais. A pós-modernidade consistiria assim na segunda fase do capitalismo, marcada pelo advento do Estado de Bem-Estar Social.

²⁶ Entende-se terceiro setor como “uma grande área [...] na qual atuam entidades não-estatais, sem finalidade lucrativa, formais ou informais, cujo eixo principal está no trabalho voluntário dos seus membros” (LUZ, 2014, p. 80).

Noronha (2015), por sua vez, referem-se ao fenômeno como “advocacia política”, a qual designaria a atividade de advogados que “engajam-se em práticas políticas e jurídicas de alguma maneira relacionadas à implementação ou extensão da cidadania moderna, dos processos mais amplos de construção de Estados constitucionais democráticos à defesa jurídica de interesses políticos” (ALMEIDA e NORONHA, 2015, p. 4). Em trabalho posterior, os mesmos autores (2016) passam a adotar a expressão “advocacia de causas”, a qual, segundo eles, abrangeria melhor o fenômeno analisado por englobar qualquer espécie de engajamento e referir-se tanto à atuação individual quanto à coletiva.

A literatura norte-americana que trata da advocacia engajada, por sua vez, utiliza predominantemente a expressão *cause lawyering* (traduzida como advocacia de causa) para se referir à atividade. Dessa forma, o termo passou a designar a experiência norte-americana de serviços legais, que em sua origem e desenvolvimento guarda semelhanças e diferenças com a experiência latino-americana e, especificamente, com a brasileira. Logo, enquanto os principais autores norte-americanos sobre a temática (SARAT, SCHEINGOLD, 1998, 2006; MEILI, 2006, MARSHALL, 2006; MCCANN, SILVERSTEIN, 1998, entre outros), utilizam quase que exclusivamente tal expressão em seus textos, autores brasileiros e latino-americanos referem-se majoritariamente à assessoria jurídica popular ou advocacia popular para fazer referência ao fenômeno.

O presente trabalho não tem o objetivo criar novas tipologias ou classificar a experiência dos advogados observados em uma dada nomenclatura pré-existente. Tendo isto em vista, utilizaremos a expressão assessoria jurídica popular (ou advocacia popular) e advocacia de causa para fazer referência à experiência latino-americana e norte-americana, respectivamente. O CMA autodenomina-se como um coletivo de assessoria jurídica popular, por compreender, segundo uma das advogadas, que o termo abrange a pluralidade de atividades desenvolvidas pelo grupo, as quais enfatizam a assessoria em detrimento de um trabalho estritamente jurídico-legal diante das Cortes.

A seguir, abordaremos brevemente a advocacia de causa norte-americana, passando à caracterização e conceituação da assessoria jurídica popular na América Latina e Brasil. Buscamos, assim, tratar o CMA como um ator localizado em um cenário de conflito latino-americano que apresenta, em sua atuação, a dimensão simbólica e ideológica observada na América Latina – marcada pela crítica ao campo jurídico –, com uma dimensão pragmática que usa elementos do campo jurídico de forma estratégica, observada na literatura sobre advocacia de causa e mobilização do direito.

3.1 CAUSE LAWYERING NOS ESTADOS UNIDOS: A ADVOCACIA DE INTERESSE PÚBLICO NA LUTA POR DIREITOS CIVIS

A advocacia de causa, entendida como uma espécie de advocacia de interesse público voltada a compromissos políticos e morais específicos (SARAT; SCHEINGOLD, 2006), desponta na segunda metade do século XX nos Estados Unidos, no contexto da luta por direitos civis. Como salientam Sarat e Scheingold (2006), o retrato da advocacia de causa e sua relação com os movimentos sociais nos Estados Unidos tem origem no contexto de luta por direitos civis e eliminação de vocábulos discriminatórios da lei norte-americana. O caso *Brown v. Board of Education* (1954) é tido como o principal evento político, social e legal dos Estados Unidos da segunda metade do século XX por questionar a segregação racial existente no sistema educacional à época e alcançar uma importante vitória na luta por direitos civis perante à Suprema Corte. Até hoje, o caso proposto pelo *Legal Defense and Educational Fund* (NAACP LDF) é considerado pela literatura como um marco da mobilização do direito por movimentos sociais.

O avanço da advocacia engajada confunde-se com o próprio processo de surgimento de novos movimentos sociais nos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos, com destaque para os movimentos em defesa das mulheres, dos direitos civis, do meio-ambiente e de portadores de deficiência. Isso se deve ao contexto político favorável da segunda metade do século XX, que propiciou o desenvolvimento e fortalecimento de movimentos voltados à defesa de direitos por meio de estratégias legais no país. A coalizão do Novo Partido Democrata, que dominou a política eleitoral americana do final da década de 1930 até o final da década de 1960, foi responsável por alinhar a classe trabalhadora branca às minorias raciais e às mulheres, abrindo canais de oportunidades para a atuação de advogados de causa de esquerda. Além disso, em âmbito internacional, o pós II Guerra Mundial, marcado pela participação decisiva de soldados negros e outras minorias, pela criação da Organização das Nações Unidas e promulgação da Declaração Internacional de Direitos Humanos, aumentou a sensibilidade política em relação à questão dos direitos civis, bem como dos valores de liberdade, igualdade e democracia, levantados pela América durante a guerra (MCCANN, DUDAS, 2006). Esse contexto foi decisivo para o crescimento e amadurecimento dos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos, que inspirou internamente outros movimentos em prol de direitos. Nesse cenário, os advogados foram responsáveis por chamar atenção às injustiças particulares e reenquadrar as lutas políticas, conduzindo-as a uma nova arena.

A partir da análise das estruturas de oportunidades disponíveis para o desenvolvimento da advocacia de causa nos Estados Unidos, McCann e Dudas (Idem) afirmam que grupos de jovens advogados (muitos dos quais são minorias étnicas historicamente excluídas), aproveitando as oportunidades de litígio decorrentes da expansão do governo federal, colocaram o aparelho regulatório do *New Deal* em prática, defendendo-o ante a Corte Suprema²⁷. Segundo os autores, estes advogados uniram-se nas décadas de 1950 e 1960 em uma nova geração de profissionais, que trabalhavam majoritariamente para agências governamentais e organizações de interesse público em prol dos mais desfavorecidos.

Discute-se, principalmente a partir da Teoria Crítica defendida por Gerald Rosenberg (2006), em que medida a judicialização da questão da segregação racial significou, na prática, avanços concretos às vidas dos negros nos Estados Unidos. Por esse motivo, e a partir das discussões acerca da efetividade das decisões judiciais na concretização de direitos, que Sarat e Scheingold (2006) afirmam que o trabalho dos advogados de causa dos Estados Unidos tornou-se um exemplo notável de dedicação desmedida e frustração constante na busca pelo fortalecimento de movimentos sociais. Apesar das dificuldades na implementação de políticas, estes profissionais foram fundamentais à construção do movimento por direitos civis nos Estados Unidos. Como salienta Cummings (2008), a discussão acerca da advocacia de interesse público norte-americana na Sociologia das Profissões inaugurou e moldou debates acerca do papel da advocacia nas sociedades democráticas, levantou polêmicas acerca da conveniência do uso de estratégias litigiosas *versus* mobilização política, e abordou a importância dos profissionais legais como atores de mudança social.

Após o ápice da chamada “era dos direitos civis” nos Estados Unidos, os advogados de interesse público passaram a atuar de forma mais integrada à política econômica global. Cummings (2008) afirma que esse processo está relacionado à crescente magnitude e transformação da imigração, ao desenvolvimento e expansão de políticas de livre mercado e ao crescimento de movimentos por Direitos Humanos. Para o autor, as mudanças globais afetaram drasticamente a atuação dos advogados de causa no interior dos Estados Unidos, alterando sua clientela e as causas em que atuavam, bem como o tipo de atividades que realizavam em âmbito internacional. Em suma, os advogados utilizaram-se da crescente globalização para lutar e

²⁷ McCann e Dudas (2006) destacam que o *New Deal* americano foi caracterizado pela expansão do Poder Executivo em uma burocracia plena, marcada pelo relacionamento amistoso com simpatizantes de políticas progressistas e de esquerda, e agressivo em relação à implementação de políticas igualitárias. A coalizão do *New Deal*, que dominou as eleições americanas entre as décadas de 1930 ao início de 1970, foi marcada pelo emprego de canais abertos pelo Poder Executivo, com destaque para os departamentos de Justiça e Trabalho, durante os governos Kennedy e Johnson, que garantiram espaços para o desenvolvimento de visões legais progressistas e avanço da atividade de advogados de causa de esquerda.

promover mudanças domésticas a partir dos tratados de convenções internacionais de Direitos Humanos, assumindo a bandeira dos direitos dos imigrantes. Cummings (Idem), nesse sentido, diferencia a advocacia em Direitos Humanos (que se desenvolveu a partir da internacionalização da advocacia de interesse público nos anos 1970 e 80), baseada na sistemática internacional de Direitos Humanos, e não mais nos direitos civis do ordenamento legal nacional, do que chama de advocacia de causas coletivas, a qual consistiria em uma advocacia interna de interesse público voltada a estratégias de litigância constitucional e de impacto.

Apesar de uma forte vinculação com a legalidade institucional, as táticas empregadas pelos advogados de causa norte-americanos não se limitam à litigância perante Tribunais, sendo marcadas, desde sua origem, por estratégias não legais, como *lobby*, campanhas de mídia, educação de indivíduos e organização coletiva (SÁ E SILVA, 2015). Cummings (2008) chama de métodos tradicionais e não tradicionais de atuação, em que os primeiros se limitariam à ação judicial, e os segundos seriam aqueles mais abertos, que englobam campanhas públicas e organizações de base. A atividade de advogados de interesse público não estaria, portanto, centrada na litigância, que é tida como parte de um amplo repertório político de assessoria. “Os direitos não são vistos como fins em si mesmos, mas como meios para avançar em objetivos políticos definidos, implantados pragmaticamente para estimular a mobilização coletiva” (CUMMINGS, 2008, p. 1015). Esse aspecto da advocacia de causa também é apontado por McCann (2006) ao se referir à mobilização do direito. O autor, que desenvolve a teoria da *Legal Mobilization* a partir de uma perspectiva norte-americana, sustenta que o emprego de recursos e discursos jurídico-legais perante Tribunais, por meio da propositura de ações judiciais, não é a única nem a principal estratégia de mobilização do direito em lutas político-sociais. A formação do movimento social, o enquadramento de injustiça, a construção da agenda de reivindicação, o *lobbying* e as próprias ações diretas de protesto revestem-se de um conteúdo jurídico e compõem o repertório construído pelos advogados.

3.2 A ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR: BRASIL E AMÉRICA LATINA E O IDEAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A advocacia engajada na América Latina, e mais especificamente no Brasil, está intrinsecamente relacionada ao processo de redemocratização política no período pós ditadura. A temática de acesso à justiça no Brasil ganha força a partir dos anos 80, com a reabertura política e o aparecimento de novos movimentos sociais, inaugurando um debate acerca das

demandas por direitos coletivos e difusos e sua relação com o Poder Judiciário (JUNQUEIRA, 1996a). Esse período é marcado pela emergência de movimentos contrários ao modelo desenvolvimentista adotado pelo regime militar, que reivindicavam políticas em prol de habitação, transporte e melhores condições de trabalho, por exemplo (SÁ E SILVA, 2010). Além disso, pode-se citar a influência da Igreja Católica no compromisso com alguns movimentos de base (com destaque para a Comissão Pastoral da Terra e o envolvimento com os movimentos do campo), o apoio econômico internacional e a modificação da classe trabalhadora na América Latina (HURTADO, 2017).

Meili (1998), em estudo acerca da advocacia de causa voltada a movimentos sociais no Brasil e na Argentina, destaca os fatores que motivaram o desenvolvimento da atividade nos países da América Latina. O primeiro ponto abordado é a emergência e fortalecimento de movimentos sociais de base com foco tanto em necessidades básicas, como saúde, alimentação e educação, quanto em lutas por direitos humanos de indígenas, mulheres e outras minorias. O desenvolvimento da assessoria jurídica popular está associado às características que os movimentos sociais nacionais assumem a partir da década de 1970 (MEILI, 1998; LUZ, 2014). As obras de grande escala realizadas durante a ditadura militar bem como a supressão de direitos fundamentais realizada nesse período iniciaram um processo característico de formação de identidade coletiva entre os excluídos, vítimas do projeto implementado pelo governo autoritário. A década de 1970 é assim marcada pela denúncia e contestação por meio de greves, grandes manifestações por melhores condições de trabalho, passeatas e atos públicos encabeçadas principalmente por partidos e sindicatos. A década de 1980 é marcada pela entrada de novos atores e crescimento de pautas reivindicatórias que se expandem e ocupam novos espaços de participação política. Ante as críticas das velhas formas de organização de esquerda, nascem novos modelos de reivindicação que buscam levantar, mesmo que de forma tímida, temas já emergentes em países centrais, como as pautas raciais, ecológicas e elementos reflexivos da Teologia da Libertação - pensamento baseado nas contradições econômicas e sociais específicas da América Latina. Os anos 1990, apontados por Luz (Idem) como a terceira década decisiva na formação gradativa do que se entende hoje por assessoria jurídica popular, foi marcada pela globalização e pela expansão do neoliberalismo, tendo sido observado um crescimento importante das Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras entidades mediadoras dos novos movimentos populares.

A configuração desse novo perfil de organização, mediadora das demandas populares, juridicamente privada, mas com atuação materialmente pública, ao

lado da mobilização dos setores populares, foi uma das condições históricas fundamentais para a compreensão do surgimento dos primeiros serviços legais populares no cenário nacional (LUZ, 2014, p. 114).

A assessoria jurídica popular observada na América Latina seria, portanto, política desde seu princípio, fortalecendo-se a partir da defesa jurídica de presos políticos. Esses mesmos advogados passam, com a redemocratização, a assessorar movimentos sociais e comunidades, utilizando-se de instrumentos e discursos jurídicos como forma de gerar, a partir de sua atuação, mudanças em políticas públicas ou nas estruturas predominantes (CARLET, 2010). Diferencia-se, assim, da advocacia de causa norte-americana, caracterizada por possuir uma clientela tanto coletiva quanto individual e uma relação mais tênue, menos próxima com movimentos sociais (JUNQUEIRA, 2002).

É comum que nos Estados Unidos advogados de grandes escritórios empresariais dediquem parte de sua carga horária à atuação *pro bono*, voltada à prática jurídica de interesse público (SÁ E SILVA, 2010). Na experiência latino-americana, porém, advogados populares afirmam ser alvo de preconceito por parte dos demais profissionais da área, tanto durante a formação acadêmica quanto no exercício da profissão. Ellmann (1998), em um estudo sobre o que chama de advocacia de causa no Terceiro Mundo, destaca que para compreender o crescimento de tal atividade na América Latina (bem como África e Ásia) faz-se necessário analisar os fatores pessoais e mesmo acidentais que moldaram as escolhas dos advogados. Isso porque o exercício da advocacia engajada nos países de capitalismo tardio depende não apenas de um saber jurídico-legal, mas está geralmente relacionado a compromissos pessoais e sociais dos advogados, e requer coragem tanto física quanto psicológica.

A história da advocacia popular no Brasil é marcada pela criação do Instituto de Apoio Jurídico Popular (IAJUP ou AJUP) em 1987 no Rio de Janeiro, com enfoque no assessoramento de demandas populares de caráter coletivo, em especial nos conflitos agrários e urbanos. Com a sua dissolução nos anos 1990, alguns advogados que vinham assessorando na esfera cível e criminal o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criaram uma rede de atuação. A Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) nasce em 1995 em um contexto de aprofundamento do projeto neoliberal e violações contra o povo rural, e organiza-se em formato de rede, sem hierarquia e personalidade jurídica, com a finalidade de conceder auxílio jurídico imediato a movimentos sociais variados (CARLET, 2010).

Além do crescimento e fortalecimento de movimentos sociais no período pós ditadura, outro fator apontado por Meili (1998) como determinante para a evolução da advocacia

engajada na América Latina foi a configuração do Poder Judiciário nesses países. No Brasil, este Poder é apontado por sua ineficácia e pela falta de independência, servindo como verdadeiro facilitador do exercício do poder Executivo, desde a ditadura. O Judiciário, assim, serviria mais como mantenedor das opressões e desigualdades sociais, do que como um garantidor dos direitos da população. A configuração positivista da tradição jurídica latino-americana também influenciou a prática dos advogados de causa. A *civil law*, adotada pelo Brasil, baseia-se na interpretação jurisdicional de códigos legais, os quais, segundo destaca Meili, não conseguem abarcar a totalidade da realidade social. Além disso, a tradição positivista adotada nos países da *civil law* apregoa a independência do direito em relação às forças econômicas, políticas e sociais, entendendo a legislação como única fonte legítima do direito, motivo pelo qual os julgadores acabam por não se ater à conjuntura social que envolve os casos judicializados.

A educação jurídica no Brasil também é abordada como uma fator decisivo para a configuração da advocacia popular observada nacionalmente. A formação demasiadamente legalista e tradicional impede ou prejudica o ensino de disciplinas da área de Sociologia ou de teoria do Direito, motivo pelo qual os profissionais que se dedicam a uma atuação engajada encontram-se na contramão do sistema educacional e profissional sedimentado no país. Nesse sentido, os advogados do CMA apontaram a deficiência do ensino jurídico como um empecilho ao desenvolvimento e apoio da atividade que desenvolvem. O contato com teorias críticas e com a atuação engajada, na maioria dos casos, ocorreu por meio do envolvimento em grupos de estudo nas Universidades ou em estágios junto à Defensoria Pública.

A cultura em torno do sistema de justiça observada nos países da América Latina também é apontada por Meili (1998) como responsável pelo formato da advocacia popular no Brasil. Ao não enxergar o Judiciário como garantia de efetivação e reconhecimento de direitos, a população mais vulnerável passa a optar pela adoção de meios comunitários de resolução de conflitos centrados nos esforços em prol de suas necessidades básicas. Por tal motivo os advogados que atuam junto a essas comunidades passaram também a adotar estratégias não convencionais de luta, de forma colaborativa com os movimentos. Sá e Silva (2015) destaca que os advogados de interesse público da América Latina adotam métodos e estratégias agressivas e de alto impacto, aliando um trabalho jurídico convencional com uma pluralidade de performances não-legais. O autor entende como “estratégias de alto impacto” aquelas que geram precedentes legais transformadores, criam argumentos e fundamentos basilares para serem utilizados por outros advogados, e abrem novas oportunidades para discussões políticas e jurídicas acerca de um determinado tema.

3.2.1 Elementos característicos da assessoria jurídica popular latino-americana

Falar em um conceito unívoco de advocacia popular latino-americana torna-se uma tarefa árdua ao se levar em consideração a heterogeneidade dos países que a compõem. Rojas Hurtado (2017), em importante estudo promovido pelo ILSA (Instituto Latino-Americano de Serviços Legais Alternativos), dedica-se a esta discussão a fim de diferenciar o que chama de novos serviços legais latino-americanos e serviços legais tradicionais, estes observados na Europa e Estados Unidos. Para o autor, as variáveis comuns aos países da América Latina, como a dependência econômica, o subdesenvolvimento e os sistemas jurídicos baseados no Código Civil Napoleônico, não são capazes de explicar a emergência de serviços jurídicos inovadores semelhantes entre si. O uso de uma expressão comum para fazer referência aos serviços legais latino-americanos justifica-se, além do fator geográfico comum a tais países, pelos traços específicos dos conflitos sociais desencadeados nesses territórios “**no e contra** o direito, sua capacidade de resistir ao direito capitalista e seu potencial para criar relações sociais alternativas. Estes traços se materializam em fatores sociais tais como atores, instituições, leis e estratégias” (HURTADO, 2017, p. 767; grifo no original).

Campilongo (2011) refere-se à atividade desenvolvida por advogados populares latino-americanos como serviços legais inovadores, que se distinguem dos tradicionais por se distanciarem de uma postura paternalista e assistencialista, priorizando um trabalho de conscientização e organização comunitária, que privilegie o entrosamento horizontal entre advogado e “clientela” na construção conjunta da luta social. Nesse sentido, os serviços legais inovadores seriam aqueles que buscam romper com a sacralização do direito de forma a privilegiar uma educação de direitos que aproxime a comunidade do universo jurídico. Enquanto os serviços tradicionais confundem o “acesso à justiça” com o acesso aos tribunais, os serviços inovadores enxergam no Judiciário uma possível arena de atuação, ampliando a ideia de acesso à justiça e aplicando-a também aos Poderes Legislativo e Executivo, com o fim de possibilitar a implementação de políticas públicas. Hurtado (2017) salienta, nesse sentido, que os novos serviços legais, observados da América Latina, seriam marcados pela gratuidade, pela não interferência estatal, e pela dedicação à população pobre (camponeses, operários, moradores de rua), minorias (indígenas, quilombolas) e outros setores oprimidos (como mulheres e ativistas políticos).

Vértiz (2013), em um estudo acerca de advogados que se auto intitulam populares e organizam-se em grupos ou coletivos, realiza uma análise descritiva acerca de suas principais práticas. Os advogados populares, para o autor, seriam uma espécie de advogados ativistas que entendem que a esfera jurídica deve necessariamente subordinar-se à esfera política. Os aspectos principais que caracterizam um advogado popular, segundo os profissionais pesquisados por Vértiz, seriam: o reconhecimento crítico do caráter político do direito, que em seu processo de aplicação tradicional acaba por manter e reforçar as desigualdades sociais; o exercício coletivo da prática profissional, e a defesa de setores populares vulneráveis. No mesmo sentido, Ribas (2009) assim define a assessoria jurídica popular:

A assessoria jurídica popular, amplamente concebida, consiste no trabalho desenvolvido por advogados populares, estudantes, educadores, militantes dos direitos humanos em geral, entre outros, de assistência, orientação jurídica e/ou educação popular com movimentos sociais, com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade, seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, seja por meios extrajurídicos, políticos e de conscientização (RIBAS, 2009, p. 46).

A advocacia popular está relacionada, assim, à emergência de movimentos em prol de direitos coletivos e à vinculação a causas que manifestam os “padrões estruturais de opressão da sociedade capitalista” (SÁ E SILVA, 2010, p. 341). Nesse sentido insere-se o chamado “direito insurgente”, linha teórica crítica de estudo do Direito que de alguma forma norteia a atividade da assessoria jurídica popular no Brasil e na América Latina. Essa vertente defende que o direito estatal, essencialmente burguês, dificilmente resolveria por si só os problemas daqueles subalternizados, objetivando a aplicação de um direito insurgente, que nasce das lutas populares e, por vezes, choca-se com a legalidade oficial (RIBAS, 2009). Essa abordagem foi fortemente influenciada pelos pensamentos jurídicos críticos que chegaram da Europa na década de 1980, com destaque, no Brasil, para as teorias do Direito achado na rua, de Roberto Lyra Filho, e do Pluralismo Jurídico, de Antonio Carlos Wolkmer. Tais abordagens pugnavam por um ensino do Direito voltado à transformação social a partir do reconhecimento de ordens jurídicas legítimas não estatais, originadas a partir da própria luta popular e de comunidades tradicionais, com seus próprios sistemas legais mais apropriados a suas tradições e formas de vida (RIBAS, 2009; CARLET, 2010). O campo operatório do advogado popular seria, então: “trabalhar, não só pelo reconhecimento social e político desse direito dos oprimidos, mas, nos embates concretos, pugnar pela identificação, na legalidade formal, da validade desse direito” (LUZ, 2014, p. 143).

O uso de argumentos jurídicos no contexto de mobilização coletiva não é sempre suficiente para se confrontar o poder hegemônico. Por tal motivo, costuma-se afirmar que na América Latina as formas de confrontação de poder não se limitam às fundamentações jurídicas e legais. As assessorias jurídicas populares lutam justamente “para estabelecer uma posição mais central para o direito e para eles próprios em esquemas de governança. O ‘estado de direito’ (*rule of law*) em si mesmo se torna uma ‘causa’” (SÁ E SILVA, 2015, p. 345). O contexto latino-americano encontra-se vinculado à luta por uma aplicação efetiva do direito, objetivando que os preceitos legalmente previstos sejam aplicados às populações subalternizadas. Por este motivo, as estratégias jurídicas não se mostram suficientes para confrontar o poder hegemônico, o que garante à assessoria jurídica latino-americano um viés muito mais político que o observado no norte global.

A assessoria jurídica popular, portanto, é aqui entendida como uma espécie de serviço legal inovador, nos termos de Campilongo (2011), ou de advocacia de interesse público, nos termos de Sá e Silva (2015), que pode ser considerado enquanto um fenômeno mais amplo no Brasil no período pós-ditadura, e caracteriza-se pelo seu viés político, de modo que o direito se constitui tão somente como um dos elementos que compõem o escopo transformador da atividade. Vinculada a movimentos sociais e setores populares, a assessoria jurídica popular privilegia causas coletivas, conjugando estratégias jurídicas e políticas de atuação, buscando tanto a aplicação do direito posto, quanto à ampliação de direitos. Sá e Silva (2010, p. 342) resume a advocacia popular a partir dos seguintes pontos: (i) “os advogados populares tendem a abordar cada um dos casos nos quais trabalham como expressão de padrões estruturais de opressão das sociedades capitalistas”; (ii) “em vez da busca por resultados favoráveis em processos judiciais, como seria natural esperar de um típico prestador de serviços jurídicos, eles parecem mais preocupados em contribuir para o empoderamento de uma ação social em curso”; (iii) os advogados populares tendem a considerar as estratégias jurídicas como insuficientes para produzir as mudanças estruturais que enxergam como necessárias; (iv) “tentam reconciliar mudança social com mudança legal. Ao explorar as contradições do sistema de justiça, os advogados populares também se voltam à imaginação de uma nova ordem jurídica”.

3.2.2 A assessoria jurídica popular latino-americana e a advocacia de causa norte-americana: diferentes contextos, diferentes experiências

As experiências de advocacia de interesse público na América Latina e nos Estados Unidos não são completamente díspares, e aproximam-se de variadas formas. Ambas enxergam

nos instrumentos jurídicos uma possibilidade de formulação de demandas e luta coletiva pelo reconhecimento e efetivação de direitos: a advocacia norte-americana de forma mais estratégica, com foco no emprego de ferramentas previstas pelo ordenamento jurídico como meio de atingir a efetivação de direitos dos mais vulneráveis, e a assessoria jurídica popular latino-americana de forma mais crítica, voltada ao ativismo e transformações sociais a partir de práticas consideradas contra-hegemônicas. Tal diferenciação, porém, muito se deve ao contexto político, social, jurídico e ideológico em que se desenvolve a atividade em cada um dos países. Sarat e Scheingold (1998), afirmam que, no contexto da *Civil Law*, as fronteiras entre direito e política são mais rígidas que nos países da *Common Law*, porém, a atuação tímida das Cortes e a frustração dos advogados na luta por efetivação de direitos nos países da *Civil Law*, acabam por motivar uma atuação estratégica mais política.

Ao discutir sobre a *cause lawyering*, Sarat e Scheingold (1998) destacam que o fenômeno trata de um esforço desviante dentro da atividade jurídico-legal, em que o direito e a moralidade são reconectados, de modo a auxiliar na construção de uma “sociedade melhor”, por meio de uma atividade que vá além do simples emprego de habilidades técnicas. Neste caso, servir a um cliente é uma forma de servir a uma causa. Tal formulação em muito se assemelha às literaturas que tratam da experiência latino-americana.

Além disso, em ambas as experiências o direito aparece como um dentre tantos instrumentos estratégicos de transformação, de forma a reforçar as conexões entre direito e política, conforme defendido pela Teoria da Mobilização do Direito. Sá e Silva (2015, p. 348) empenha-se na empreitada de diferenciar o fenômeno observado nos dois contextos, e o faz da seguinte forma: “Enquanto os AIPs [advogados de interesse público] norte-americanos buscam *conectar o povo ao direito*, os AIPs latino-americanos buscam *conectar o direito ao povo*” (grifo no original). O que o autor busca demonstrar a partir dessa proposição é que os advogados norte-americanos, longe de se empenharem pela reforma do direito ou questionarem as estruturas jurídico-legais sobre as quais sustentam-se as leis e decisões judiciais, buscam, em primeiro lugar, dominar as regras e princípios que regem o “jogo” do direito, aproximando os sub-representados das instituições e do próprio direito. Não se busca assim sustentar que a advocacia de interesse público norte-americana, desde a sua origem, não questiona os sistemas estruturais políticos, sociais e econômicos postos. Porém, esse fator é muito mais evidenciado na experiência de advocacia popular latino-americana, que nasce em um contexto de redemocratização com fortes influências marxistas, ocupando-se de uma luta pela transformação do direito e reconhecimento de novas fontes de direito, que não apenas a fonte

estatal. Dessa forma, a expertise jurídica tem um alcance mais moderado, e é necessariamente empregada em conjunto com estratégias políticas mais amplas.

Outra disparidade entre as duas experiências é o fato de advocacia de causa tratada na literatura norte-americana não estar, em seu desenvolvimento, necessariamente relacionada a causas de esquerda, podendo ser encontrada também no espectro político de direita ou de centro (MCCANN, DUDAS, 2006; KRISHNAN, 2006). Ou seja, o que caracterizaria os advogados de causa, para Sarat e Scheingold (2006), seria a busca por mudanças que afetem políticas públicas a partir do emprego de discursos legais e táticas políticas, independente da posição adotada. Como buscaremos demonstrar a seguir, a literatura acerca da assessoria jurídica popular latino-americana é contundente ao afirmar que sua origem e desenvolvimento encontram-se intrinsecamente relacionados à demandas historicamente de esquerda.

As características próprias da América Latina, submetida a um contexto de colonialismo, pós-colonialismo e capitalismo periférico, alicerçaram a forma que a atividade se desenvolveu neste cenário. Hurtado (2016) aponta que as barreiras sociais, econômicas e psicológicas que existem nesses países impedem que grande parte da população acesse o sistema de Justiça, motivo pelo qual, em sua origem, a assessoria jurídica popular afasta-se do aparato estatal (como ocorreu nos Estados Unidos), crescendo dentro de organizações não governamentais, e aproximando-se de atores progressistas da época, como a Igreja e movimentos de base.

Porquanto, as diferenças sócio-econômicas que se observa entre os países latino-americanos e aqueles de economia avançada são basilares para se compreender de que forma os serviços legais de cada um deles diferenciam-se entre si. Enquanto no norte global o desenvolvimento da advocacia engajada ocorreu a partir da influência de duas forças principais: as políticas de Estado e os advogados progressistas, na América Latina, os novos serviços legais, que nascem sem interferência do Estado e isolados dos Partidos Políticos e comunidade jurídica, conjugaram uma pluralidade de forças: (i) a crise do marxismo e autocrítica da esquerda, que possibilitou a aposta no campo jurídico, a abertura aos setores de baixa renda, além dos operários assalariados e a aproximação entre profissionais e intelectuais; (ii) o compromisso de alguns membros da igreja com as classes mais baixas e com a organização popular; (iii) o apoio ideológico e financeiro externo, principalmente de Igrejas Européias e agências Estatais estrangeiras, e (iv) a transformação das classes subalternizadas, que culminaram na formação de novos movimentos sociais. A conjugação dessas forças foi responsável por gerar uma experiência inovadora de assistência jurídica, de modo que os novos

serviços legais latino-americanos “se mostram um desafio ao sistema jurídico capitalista enquanto tentam introduzir uma nova ordem social” (HURTADO, 2016, p. 121).

Endereçando, pois, suas críticas às velhas estruturas de poder e desigualdade social a partir de um viés político, os serviços legais na América Latina geram controvérsia e oposição, seja de instituições estatais ou de grupos detentores do poder, colocando-se automaticamente em oposição ao Estado. “Esses serviços legais constituem uma ameaça para o Estado e para o sistema político, uma vez que substituem os canais usuais da administração pública e do clientelismo político na prestação dos serviços públicos” (HURTADO, Idem, p. 123). Tal situação não ocorre na realidade norte-americana, onde os serviços legais são vistos como necessidade pública e consenso nacional.

Uma conclusão possível que se pode inferir a partir dos elementos apresentados é que as diferenças nos contextos político, social, econômico e jurídico-legal observadas na América Latina e nos Estados Unidos possibilitaram que diferentes forças influenciassem o processo de formação e desenvolvimento da advocacia de interesse público em cada um dos territórios, gerando efeitos, até o presente momento, sobre a forma que os advogados engajados atuam, pensam e se relacionam com os diferentes atores em cada um desses contextos. A advocacia de interesse público norte-americana, amplamente discutida na literatura e apontada como origem da prática de advocacia engajada nos anos 1960, estende-se a outras realidades a partir de um processo de transnacionalização e defesa de Direitos Humanos. A prática adquire diferentes lógicas e padrões, acomodando-se às novas realidades sociais observadas na América Latina, de forma a adaptar-se aos seus limites estruturais, que acabam por impulsionar uma atuação crítica voltada à criação de um sistema jurídico alternativo.

A partir dos aspectos e elementos apresentados acima, passaremos à análise do Coletivo Margarida Alves a fim de compreender como sua atuação insere-se na discussão da advocacia de interesse público, e como ele se caracteriza no contexto de confronto político, tendo em vista seu território de origem e seu contexto de desenvolvimento. O CMA surge e desenvolve-se a partir de um cenário específico de lutas urbanas em uma capital localizada em uma região economicamente desenvolvida de um país de capitalismo periférico subdesenvolvido na América Latina, o Brasil. Este contexto, portanto, influencia suas performances, suas relações, seus processos de enquadramento, seus objetivos e suas estruturas de oportunidades políticas e legais. A construção da atuação do CMA, inserido em um cenário específico de confronto, guarda tanto características trazidas pela literatura de advocacia de causa norte-americana quanto de advocacia popular latino-americana, as quais serão explanadas a seguir.

3.3 A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO MARGARIDA ALVES

O Coletivo Margarida Alves autodenomina-se um coletivo de assessoria jurídica popular voltado “a movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais, coletivos organizados, dentre vários outros grupos que politizam as relações sociais no campo e na cidade”²⁸. Sua atividade é descrita da seguinte forma pelos seus membros:

Realizando um trabalho voltado para a defesa e efetivação dos Direitos Humanos que não se limita ao acesso ao poder judiciário, o Coletivo estende sua atuação para a educação popular e a formação jurídica e política das comunidades e grupos assistidos, com quem trabalha em relações de solidariedade e parceria. Em suas ações, o Coletivo tem como horizonte (i) a garantia dos direitos humanos, de forma solidária e colaborativa com os grupos assessorados; (ii) o entendimento de que o campo do direito é um importante espaço de luta; (iii) o uso das ferramentas jurídicas como instrumento de mudança social; e (iv) o potencial transformador do trabalho em rede (a Rede Margarida Alves) - colaborativo e horizontal.²⁹

Conforme pormenorizado no tópico referente à metodologia, o trabalho de campo realizado, com base em entrevistas semi-estruturadas e observações participantes (em atividades desenvolvidas pelo CMA, em territórios assessorados, palestras, cursos de formação, reuniões, manifestações, entre outros) teve como objetivo possibilitar a análise da configuração da assessoria jurídica popular desenvolvida pelo CMA a partir da perspectiva dos próprios advogados, protagonistas desta prática. Para tanto, buscou-se apreender seus sentidos e significados por meio das formas de atuação, vivências, valores, motivações e dilemas abordados pelos advogados e observados em campo. Os termos “assessoria jurídica popular” ou “advocacia popular” são categorias a partir das quais alguns profissionais do direito definem e dão sentido às suas atividades, a fim de se diferenciarem de outros atores. Logo, as características analisadas a seguir partem de um esforço analítico que visa compreender como os próprios advogados enxergam e constroem suas atividades, e como essas concepções podem ser inseridas e discutidas a partir da literatura sobre o tema.

Tendo como base as características da *advocacia de interesse público norte-americana e latino-americana*, tidas aqui como tipos ideais, num sentido Weberiano, analisaremos a experiência do CMA a fim de localizá-lo, na prática, como um ator que reúne peculiaridades das duas experiências anteriormente analisadas. Para tal, partiremos da tipificação desenvolvida por Sá e Silva (2010) que aponta elementos capazes de caracterizar a prática socioprofissional designada como advocacia popular. São eles: (i) ênfase no aspecto coletivo dos conflitos; (ii)

²⁸ Site do Coletivo: <<http://www.coletivomargaridaalves.org/quem-somos/>>. Acesso em dezembro de 2017.

²⁹ Site do Coletivo: <<http://www.coletivomargaridaalves.org/quem-somos/>>. Acesso em dezembro de 2017.

eleição da “clientela” que privilegia movimentos ou grupos organizados, ou em fase de organização; (iii) uso conjugado de estratégias jurídicas e extrajurídicas; (iv) exploração criativa das contradições do sistema; (v) imaginação de uma nova ordem jurídica. Esses aspectos característicos da atuação dos advogados populares, segundo o autor, visam empoderar ações sociais em curso e transformar a ordem jurídica, dois princípios basilares da assessoria jurídica popular. No que concerne às peculiaridades da advocacia de causa norte-americana, apontaremos como os membros do Coletivo fazem referência ao emprego estratégico do direito, do ordenamento jurídico e dos instrumentos judiciais ou recursos processuais disponíveis junto aos Tribunais e outras autoridades no contexto de mobilização coletiva e luta político-social.

O primeiro ponto apontado por Sá e Silva é a ênfase no aspecto coletivo dos conflitos. Trata-se de uma preocupação basilar da advocacia popular que se reflete na atuação do CMA. Segundo salienta Carlet (2010), o trabalho dos advogados populares centra-se na defesa de direitos coletivos ainda ignorados pela maior parte dos operadores jurídicos. Quando questionados se o CMA possui algum critério específico na escolha dos casos para os quais atua, os advogados destacaram que além da identificação com a causa e afinidade com as expectativas políticas do movimento, a mesma deve consistir em uma demanda de caráter coletivo. Isso porque o grupo não possui recursos pessoais e materiais suficientes para atender a totalidade das causas que chegam até ele. Logo, segundo salientado por um dos advogados, a preferência pelas demandas coletivas ocorre devido à sua maior repercussão social e por concentram um maior potencial político capaz de expor as contradições do sistema jurídico, político e socioeconômico. Para Lucas, um dos advogados, uma advocacia aliada à militância política está atrelada à criação de identidades coletivas, motivo pelo qual as causas coletivas tornam-se prioridade do CMA.

A partir destas falas, é possível observar uma preocupação dos advogados a respeito do impacto de sua atuação sobre a vida das coletividades assessoradas, alicerçado sobre um dos ideais basilares da advocacia popular: a transformação social e a crítica às estruturas de poder existentes. Diferencia-se, assim, da atuação de outros atores como a Defensoria Pública, que tem o dever de prestar serviços jurídicos a todos aqueles que não tem capacidade financeira, e de advogados tradicionais, focados na defesa de clientes individuais perante Tribunais e nos efeitos judiciais da demanda.

Algumas demandas individuais, entretanto, são acolhidas pelo Coletivo, desde que relacionadas a questões abrangentes, emblemáticas e simbólicas, que tenham na prática algum impacto coletivo, como por exemplo casos de criminalização de lideranças de movimentos e defesa de vítimas de crime de racismo. Isso porque tratam-se de causas abrangentes e

polêmicas, que podem abrir importantes espaços de discussão pública, bem como precedentes nos Tribunais, afetando uma pluralidade de pessoas, e não apenas as partes envolvidas no processo.

O aspecto coletivo da demanda encontra-se intimamente relacionado ao segundo ponto, qual seja o desenvolvimento político e organizacional dos assistidos. Quando passamos à discussão das coletividades assessoradas pelo CMA, não é possível definir uma regularidade ou homogeneidade entre elas. Como já salientado, o Coletivo presta serviços de assessoria para os mais diversos grupos e movimentos sociais, como ocupações urbanas e rurais, afetados por barragens, mineração e grandes empreendimentos, população em situação de rua, estudantes, coletivo de artistas, movimentos feministas, movimentos LGBT, entre outros, os quais encontram-se em diferentes níveis de mobilização e organização interna. Um dos princípios basilares do Coletivo é a construção de um trabalho horizontal e colaborativo com os movimentos que assessoram, logo, o seu grau de organização interna influencia largamente a forma que o CMA se relaciona com e constrói as estratégias de atuação com os movimentos. Hurtado (2016, p. 145) salienta que, nos serviços legais inovadores, “a coesão comunitária, o desenvolvimento organizacional, a capacidade de mobilização ou algum grau de confiança e consciência política são alguns dos mais frequentes critérios para selecionar um grupo de beneficiários”.

Um dos advogados (Jorge) salienta que ao chegar a um território em que a população ainda não possui uma “cultura de resistência” torna-se muito mais árdua a construção de um trabalho horizontal, pois os assistidos acabam enxergando a si como dependentes e hierarquicamente inferiores aos advogados. Logo, percebe-se a partir da fala da advogada a seguir que o CMA prioriza assessorar casos em que os envolvidos estejam organizados ou em processo de organização e empoderamento, por entender essa organização essencial à atuação política que se propõe.

A gente acompanha casos de comunidades que se organizam politicamente pra gente fazer uma atuação jurídica que é política. Então, assim, a gente já teve situação de ter uma comunidade que não tá organizada, que não tá querendo lutar, por exemplo, ao direito à moradia, que não se organiza em torno dessa causa. Então uma atuação jurídica ali seria uma atuação de Defensoria, simplesmente jurídica, entendeu? Ainda que obviamente ela seja política também, porque não existe, né, neutralidade. Mas enfim, de uma causa que ela é puxada muito junta de uma luta política, essa é uma causa que interessa ao Coletivo, né, e uma luta política que a gente tenha afinidade, né, que é essa, de solidariedade, de inclusão, de luta por direito. E aí é um caso que a gente se interessa de atuar junto, junto com o movimento que tá organizando, né, não uma coisa solta, que a Defensoria poderia fazer. Então esse que é o diferencial, esse que é o caso que a gente vai querer acompanhar. (LUCIANA, 03 de agosto de 2017)

Os advogados do CMA, como se pôde observar, rejeitam uma atuação limitada à esfera judicial, buscando, a partir de uma atuação conjunta com coletividades organizadas, novos espaços políticos de luta e defesa de direitos. O uso conjugado de estratégias judiciais e extrajudiciais é uma característica basilar da advocacia engajada, que enxerga a litigância como um dos instrumentos úteis à construção do enfrentamento político (VÉRTIZ, 2013). Esta forma de atuação guarda relação com os próprios objetivos da advocacia popular que busca uma aplicação crítica e transformativa do direito por meio de uma atividade que “humaniza o cliente, politiza a demanda jurídica, estabelece formas de colaboração entre o advogado e o cliente, cria estratégias de luta e de resistência, e, além disso, anima a organização coletiva da clientela” (JUNQUEIRA, 2002, p. 194; tradução nossa)³⁰. Esses objetivos, portanto, definem as performances a serem empregadas e constituem o repertório de mobilização do direito que, como se viu, baseia-se em uma construção da luta a partir de práticas jurídicas, legais e políticas que vão muito além do peticionamento judicial. Este elemento é, pois, unânime nas falas dos advogados entrevistados, que apontam a importância de estratégias judiciais estarem necessariamente atreladas a outras táticas políticas de atuação, seja em ações diretas, reuniões com autoridades, participação em eventos políticos e acadêmicos, divulgação das causas nos meios de comunicação, promoção de cursos e debates, entre outros. As falas a seguir ilustram esse posicionamento:

A advocacia que eu busco construir hoje nas ocupações é uma advocacia que tem territorialidade, se expressa num território popular periférico, que pensa o direito não só a partir da disputa institucional, disputa do Judiciário - claro, tem que ser feita, porque em muitos momentos o que vai segurar é a decisão judicial, uma liminar que a gente vai conseguir, um efeito suspensivo - mas acima disso a gente sempre trabalha com essa mentalidade de que a luta é jurídico-política. Assim, o direito é uma perna, a gente faz a disputa institucional no Judiciário, nos poderes públicos também, né, no Executivo, numa audiência pública no Poder Legislativo, então o direito faz parte dessa luta institucional, mas é fundamental, talvez seja mais importante, a luta direta, a luta que se faz também no trancamento de via, nas ocupações de prédios públicos, na pressão direta em favor dos direitos. A gente vem tentando trabalhar então nessas duas pernas, a gente sempre deixa isso claro pras comunidades (LUCAS, 03 de agosto de 2017)

Mas uma coisa que a gente sempre ressalta: gente, o Judiciário, o jurídico não vai ser a resposta, isso é só instrumento no processo. Então, estamos ganhando tempo pra gente ir construindo e fortalecendo esse processo político, né. A gente tenta ressaltar isso sempre [...]. Se você prestar muita atenção, todas as nossas vitórias sempre estão aliadas a alguma ação direta, alguma luta política junto. Então é uma coisa que a gente fala, por exemplo, “gente, vocês sabem porque a gente conseguiu a liminar no STJ?

³⁰ Versão original: “Esta abogacía, dirigida a los sectores bajos, enfatiza la transformación social a partir de una actividad profesional que] humaniza al cliente, politiza la demanda jurídica, establece formas de colaboración entre el abogado y el cliente, crea estrategias de lucha y de resistencia y, además, anima a la organización colectiva de la clientela.”

Sabe por que? Porque vocês fizeram aquela manifestação na MG10. Senão tivesse, a gente não tinha conseguido não”. (PAULA, 05 de agosto de 2017)

Na verdade, o acionamento do Poder Judiciário não é a primeira estratégia, e nem a mais importante, não tem preponderância entre as outras. Então a gente vê o processo de formação como um lugar de disputa, de disputa do sentido do direito, do conteúdo do direito, disputa em torno das políticas mesmo, assim. E eu acho que criar um vínculo com as comunidades os grupos e os coletivos com os quais a gente trabalha, assim, acho que isso é super importante e que faz da advocacia popular uma advocacia muito diferente da atuação por exemplo, de ONGS que fazem litigância estratégica, por um lado, e de um advogado, uma advogada que faz aquilo como um trabalho, assim pelo dinheiro.(LUANA, 09 de outubro de 2017)

Esses três elementos observáveis empiricamente relacionam-se em torno dos ideários que inspiram e marcam a atividade dos advogados populares, críticos em relação aos sistemas jurídico, político e social existentes. Logo, para entender porque esses profissionais agem de determinada maneira e constroem seus repertórios conforme acima apresentado, deve-se levar em conta os pressupostos teóricos e princípios morais que orientam suas ações e os motivam na realização de uma prática jurídica tida como inovadora. Os dois últimos pontos apontados por Sá e Silva (2010) nos orientam nesse sentido. A busca por uma exploração criativa das contradições do sistema, e a imaginação de uma nova ordem jurídica são fatores que estão intrinsecamente relacionados à forma em que a advocacia popular vem se desenvolvendo (como fenômeno em transformação e construção) desde sua origem na América Latina. O CMA, localizado em um dado recorte espaço-temporal, pode ser analisado a partir dessas características tendo em vista as opiniões e perspectivas dos advogados acerca do direito e do sistema de justiça.

A fala a seguir sintetiza, de certa forma, como as motivações dos advogados e suas concepções pessoais e coletivamente construídas acerca do direito e das desigualdades estruturais moldam sua forma de agir, que deve ser um agir socialmente articulado e criativo. Isso toca a própria definição da advocacia popular, que, mais que uma atividade empiricamente observável, é dotada de um conteúdo ideológico próprio, conforme fica explícito no trecho abaixo:

Pra mim ser advogada popular é perceber os limites do direito, os limites de um sistema que está em prol de uma exclusão elitista, branca, machista, e usar das brechas desse sistema que é viciado pra conseguir conquistas junto às comunidades, com as comunidades, pessoas, enfim, grupos que estão sofrendo com esse direito excludente. Então pra mim é isso, é um desafio constante, é uma luta que tem que ser feita de maneira articulada, porque, igual eu te falei, é uma luta grande, complexa. Então pra mim é um trabalho, assim, que exige criatividade o tempo inteiro, que exige solidariedade, que exige criar novos laços, assim, de relações jurídicas, políticas e afetivas. Acho que é isso. E persistir, assim, porque a todo tempo a gente é puxado pra baixo, é puxado, puxado, puxado. Mas é também fazer de um lugar de privilégio, que é o nosso, de conseguir ter um curso desse, de conseguir ser advogada, e fazer disso,

fazer desse lugar que a gente conseguiu chegar o melhor, assim, que a gente acha pra amenizar, ainda que pouco, dado o cenário que a gente vive, as situações de segregação que a gente vive, de violência absoluta que a gente vive. Pra mim é isso. (LUCIANA, 03 de agosto de 2017)

Um uso criativo do direito, com fins de revelar as contradições do sistema, baseia-se, portanto, para esses advogados, em uma reflexão acerca da ineficácia do direito posto no processo de transformação social e diminuição de desigualdades. Mesmo em caso de vitória, destacam os advogados, não há segurança de que as demandas serão efetivadas pelas autoridades estatais por meio da implementação de políticas públicas. Uma das advogadas do CMA, aponta que na atuação do Coletivo em defesa da população em situação de rua (contra o recolhimento de seus pertences pessoais pelo Estado) foi conquistado um importante precedente a favor dos direitos dos demandantes. Mas, apesar disso, a Prefeitura continuou desrespeitando a decisão judicial e violando direitos reconhecidos. Por tal motivo, o CMA compõe o Comitê Intersetorial de Política Pública junto com o movimento de moradores de rua, realizando uma atuação institucional voltada para a cobrança da efetivação dos direitos. Abaixo a explicação dela:

Nem sempre uma decisão judicial e um precedente bom quer dizer que ele vai ser cumprido. Então a gente tem um trabalho também contínuo de acompanhar o cumprimento e a execução dessas decisões, né. Porque é isso, a gente conseguiu um precedente foda pra população em situação de rua, e a prefeitura deu um jeito de dobrar esse precedente [...]. Então, assim, a gente precisa de um trabalho contínuo. Um precedente para nós não significa que a luta terminou jamais, porque a gente sabe que é isso, né. É um trabalho contínuo de acompanhamento, de mostrar, no caso da população em situação de rua, né, mais do que a gente conseguir a decisão, o maior trabalho foi repassar para os moradores de rua que existia essa decisão. Porque a prefeitura continua violando os direitos deles. Então a gente teve todo um trabalho de mobilização também, de imprimir as decisões, de fazer chegar nos moradores de rua e explicar o que que era, entregar o papel. E foi muito legal, porque depois a prefeitura vinha querendo recolher [seus pertences pessoais], e eles: não, olha aqui, eu tenho direitos e tal, mostravam a decisão. Então, enfim, é esse trabalho contínuo, assim, por isso que a gente acredita que a nossa luta não se esgota, e definitivamente não é no âmbito do Poder Judiciário (ROBERTA 25 de maio de 2016).

Percebe-se, assim, uma atuação que não se finda com a decisão judicial ou o fim do processo, mas empenha-se por mudanças efetivas a partir da adoção de repertórios complementares, junto a outros poderes e na ocupação de novas arenas de luta.

Apesar de decisões judiciais não estarem diretamente relacionadas a mudanças sociais efetivas, conforme defendido pela abordagem crítica de Rosenberg (2006), a ocupação da arena

judicial pelos advogados populares, a partir do uso criativo e inovador de ferramentas judiciais, tem por fim explicitar, mesmo no âmbito do processo judicial, as incoerências e inconsistências do sistema, impactando-o e desestabilizando-o de alguma forma. Se por um lado a Constituição Federal determina a função social da propriedade e a reforma agrária, por outro, o que se enxerga é a priorização do Direito Privado sobre o Direito Público na defesa da propriedade das camadas sociais altas e medianas (VÉRTIZ, 2013). A posição destacada pelo advogado na fala a seguir aponta a preocupação externada pelos advogados de se abordar judicialmente questões cotidianamente enfrentadas pelos grupos mais pobres, e direitos que lhes são historicamente negados.

Por exemplo, no caso das ocupações a atuação judicial pode permitir que aquela comunidade tenha tempo pra se consolidar, pra se organizar, pra poder perdurar no tempo, né, pra se consolidar e tornar o despejo cada vez mais difícil de ser realizado. Então, é uma ferramenta importante nesse sentido, né. E também pra explicitar os conflitos, que são conflitos de ordem social, né. Por exemplo o caso da Izidora suscita um conflito entre uma cidade-empresa e uma cidade construída pelos pobres urbanos, então a atuação no Direito permite explicitar, explicitar a lógica perversa da produção do espaço urbano, por exemplo, ou a lógica perversa dos grandes projetos de mineração, por exemplo. Então, a advocacia popular ela explicita, né, essas contradições que estão colocadas na sociedade (MÁRIO, 9 de março de 2017).

Quando ocorre por meio de processo judicial a defesa desses direitos deve ocorrer, entretanto, segundo a lógica do sistema judiciário, cabendo aos advogados a tarefa de traduzir para uma linguagem formal e jurídica as demandas daqueles que têm seus direitos constantemente violados, muitas vezes pelo próprio Estado. Busca-se, assim, dar legitimidade a uma luta onde estão em jogo interesses considerados contra-hegemônicos, mas que se fundamentam no ordenamento jurídico. O trecho a seguir demonstra como os advogados entendem as ações diretas construídas pelos movimentos assessorados: como meio de demonstrar politicamente as falácias do sistema e as incoerências entre o que o direito prevê e o que se observa na realidade social.

O direito constrange, ele coloca em formato, em padrões, assim, não é possível você ter ações muito radicais no campo do direito. Mas por outro lado ele fornece uma linguagem. A linguagem dos direitos é uma linguagem que legitima muito perante a sociedade, né. Eu fico pensando assim, pra mim o caso do MST é um caso emblemático assim desse uso estratégico da linguagem jurídica, porque o MST quer resolver o problema de distribuição da terra no país, olha pra uma Constituição que diz que tem a função social da propriedade, olha pra um Estado que não faz a reforma agrária e diz: olha se o Estado não tá fazendo, eu vou fazer cumprir a Constituição, assim, a Constituição tá do meu lado, não do lado do Estado. A mesma coisa nas ocupações urbanas, a gente tá ocupando, a gente tá aplicando, dando sentido, dando vida ao princípio da função social da propriedade, assim, quem não tá fazendo isso são os proprietários e o Poder Judiciário conivente com isso. E eu acho que essa linguagem é uma linguagem que legitima, né, que dá legitimidade à luta política

perante a sociedade, de modo mais amplo, assim, muito grande. Ou seja, é uma linguagem assim: nós não somos os foras da lei, nós estamos na verdade cumprindo a lei (LUANA, 09 de outubro de 2017).

A compreensão crítica do direito, visto como uma estratégia dotada de potencialidades, mas também de limitações no âmbito das lutas sociais, é compartilhada pela totalidade dos advogados entrevistados, e consiste em uma das razões fundantes do Coletivo. Porém, subsiste no CMA uma pluralidade de posicionamentos acerca da forma de se entender ideologicamente e teoricamente o direito, seu uso e sua função na sociedade e nas mobilizações. Uma das advogadas aborda a questão nos seguintes termos:

Tem a galera do Coletivo e da advocacia popular que entende o direito invariavelmente como um instrumento de dominação e, aí a advocacia popular tem o papel de desconstruir por dentro, meio que explodir por dentro. E tem a posição de entender o direito... de rechaçar o direito hegemônico, mas de valorizar o direito construído a partir das lutas, assim, e aí entendendo algumas ferramentas do direito como ferramentas conquistadas por meio de acúmulo de muita luta e como possibilidade de transformação, assim, então não no sentido de explodir tudo, mas de transformar e ressignificar. Eu, particularmente, tô no meio, assim, não sou da galera...enfim, eu entendo o direito hegemônico... é isso, assim. Na origem as faculdades foram criadas pra dar conta do aparato institucional e de manutenção da ordem, assim, eu acho que existe essa pegada hegemônica do direito como mecanismo de manutenção do que está colocado, mas eu também aposto num processo histórico de luta que vem tensionando e ressignificando várias coisas, então, sei lá, eu não jogaria a Constituição fora apostando no vazio, assim. Acho que é importante a gente se apropriar desse instrumento, que é um instrumento de muito acúmulo, né, e de usar ele contra-hegemonicamente. Então isso significa que eu não tenho posição, porque eu entendo que o direito hegemonicamente é um mecanismo de manutenção de privilégios, mas eu também acho que em alguma medida é por meio desses acúmulos históricos das lutas que a gente vai construir transformações, então nesse sentido, algumas ferramentas do direito elas também servem pra isso, assim. E aí sei lá, a gente pode falar de criação de brechas e tal (NATÁLIA, 16 de outubro de 2017).

A ideia de defesa de um direito construído a partir de lutas populares, que não se limita à legislação institucional, é defendida por Lucas, um dos advogados do CMA e também membro das Brigadas Populares. É possível apreender, a partir da fala seguinte, uma afinidade com o pluralismo jurídico, linha teórica desenvolvida no Brasil por Carlos Nelson Coutinho e difundida especialmente por Antonio Carlos Wolkmer, segundo a qual o direito possui múltiplas fontes, e não apenas a fonte estatal. Refuta-se, assim, o projeto jurídico político monista, defendendo um referencial cultural de ordenação compartilhada que considera a “multiplicidade de manifestações ou práticas normativas num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais ou culturais” (WOLKMER, 2001 apud RIBAS, 2009). A

fala a seguir evidencia uma preocupação dos membros do CMA na luta pela legitimidade de valores e práticas de movimentos em um contexto de exclusão social:

[...] o direito não brota, claro, não pode brotar, mas ele brota muito mais das lutas diretas, das ações diretas, do que de uma ação judicial, do que uma lei, um processo legislativo, das instituições. Então pra mim o direito brota muito mais das articulações das forças vivas da sociedade, das forças instituintes, do que do poder instituído. O Judiciário é um dos poderes instituídos. Aí por isso que é uma marca inclusive da minha atuação como advogado, né, que eu resumo a advocacia, a assessoria por isso, porque talvez correria o risco de resumir a minha atuação numa luta instituída, e eu to buscando sentidos do direito que brota da ação direta, da luta direta, do poder constituinte de fato. Então pra mim o poder instituinte de fato está nas lutas hoje muito mais do que na Constituição da República, por exemplo.

Percebe-se, a partir das entrevistas um posicionamento marcado pela preocupação com a instituição de uma nova ordem jurídica, caracterizada por um direito comunitário e participativo, fruto de relações sociais e fortemente influenciado pela cultura, economia, religião, política e moral. Trata-se do último ponto apontado por Sá e Silva (2010) como característico da advocacia popular: a imaginação de uma ordem jurídica alternativa, voltada à alteração do *status quo*. A fala da advogada a seguir ilustra a preocupação em realizar uma advocacia moldada ao contexto social em que o CMA se insere, a partir de uma resignificação do direito, que resguarde e fortaleça as lutas populares:

Belo Horizonte tem essa particularidade, porque a gente tem muitos atores envolvidos nessas causas. É uma cidade, assim, muito ligada a igreja, né, muito conservadora em vários aspectos, e a gente tem, acho que de certa forma, contribuído pra resignificação desse espaço, né. E não só de BH, mas da região metropolitana. Mas é isso, assim, acho que a reinvenção, um novo direito, né, os novos sujeitos, os novos direitos, as novas possibilidades. A medida que os novos sujeitos vão surgindo, o direito também tem que se reinventar. Acho que a gente faz parte desse papel, desse complexo de reinvenção. (BIANCA, 10 de março de 2017).

Os novos serviços legais latino-americanos são caracterizados, nesse sentido, como uma atividade profissional voltada à implementação de uma justiça real, e não apenas legal. Nos termos de Hurtado (2017):

[...] organizações que buscam promover ou introduzir diretamente mudanças sociais, mudanças que por sua vez implicam a implementação de um novo tipo de justiça. Ainda que este novo conceito não esteja definido precisamente, ele não deve ser entendido em um sentido liberal-individualista. A nova ideia de justiça significa, antes de tudo, uma substituição no todo ou em parte do antigo sistema legal liberal por um diferente, e está baseada mais na solidariedade do que na competição. Trata-se de substituir a igualdade formal por uma igualdade real. A ideia de uma justiça emergente está, pois, vinculada de maneira próxima às lutas por uma nova democracia no subcontinente. Ainda que o conceito de “nova democracia” não tenha sido completamente detalhado, este se baseia em uma combinação da liberdade coletiva e

individual (em oposição a uma liberdade meramente individual). (HURTADO, 2017, p. 769)

A busca pela implementação e reconhecimento de novos princípios e direitos que estejam de acordo com as classes populares está relacionada à crítica ao próprio direito hegemônico e institucionalmente reconhecido. Entendendo o direito como um sistema de origem burguesa, voltado à manutenção dos privilégios de uma classe dominante, a advocacia popular objetiva a “construção de um novo direito que se contraponha ao direito existente, velho e conservador” (JUNQUEIRA, 2002, p. 200; tradução nossa)³¹. Tendo em vista a formação acadêmica de grande parte dos advogados do CMA, que se dedicam a cursos de Mestrado e Doutorado, é comum em suas falas a menção a teorias críticas do direito e a conceitos da Sociologia, como *hegemonia* e *contra-hegemonia*, o que demonstra que sua atuação prática dialoga constantemente com teorias sócio-jurídicas, com grande destaque para o marxismo. Além disso, suas falas tocam algumas questões caras aos estudos críticos que pretendem compreender em que medida o direito e os advogados podem agir de forma subversiva e contra-hegemônica por meio da utilização de instrumentos jurídicos institucionais. É possível perceber uma preocupação em responder tal questão, e abordar o ordenamento jurídico vigente como conservador, obsoleto, formalista, individualista e capitalista, e o Judiciário como instrumento parcial explorado por forças economicamente dominantes, que deve ser constantemente subvertido, questionado, testado e explorado estrategicamente e criativamente em suas brechas.

Em relação ao uso do direito nos processos de confronto político, um dos advogados entrevistados destaca que seu trabalho busca fortalecer os processos de luta desde fora dos tribunais, “quebrando institucionalidades”, e pensando em outros modos de produção do direito. Segundo o advogado:

Esse lance que eu entendo também que a assessoria popular permite, de quebra de institucionalidade, de atuar fora dela também, até de uma perspectiva, às vezes, (com toda a discussão que há em torno desse termo), de desobediência civil, né, de pensar outros modos de produção e talvez, inclusive, outros modos de produção do direito, de questionamento do direito. Eu acho que isso a advocacia popular dá. [...]. Então o que mais me encantou na advocacia popular, e me encanta ainda, foi isso, de estando fora das institucionalidades perceber movimentos sociais (num sentido amplo, né, não necessariamente movimento que já se organiza, se dá o nome: somos movimento social, mas algum movimento coletivo), em algum sentido, assim, de quebra, né. Esse lance pra mim é uma construção realmente popular, que talvez possa ser do direito também. Uma construção realmente popular de um modo de vida, uma construção realmente popular de alguma resistência, e aí isso se imbrica no direito de alguma forma. E isso é super massa, e eu acho que é isso que eu curto na advocacia popular, é disputar o direito ..., é disputar com essas narrativas o direito. Será que o direito dá

³¹ Versão original: “construcción de un nuevo derecho que se contraponga al derecho existente, viejo y conservador”.

conta disso? Será que há lugar pra isso no direito? Será que há como, também, quebrar o direito, fazer esses modos de resistência e de vida por fora do direito? (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Liora Israel (2011) contribui para essa discussão a partir de uma análise do que chama de resistência pelo direito, no estudo da atuação de advogados e magistrados na Resistência Francesa, nos anos 1940. A autora salienta a possibilidade de se inverter o poder do direito em favor dos mais desfavorecidos a partir de uma atuação “apesar do direito”, “à sombra do direito” e “em nome do direito”. Nesse sentido, resistir “apesar do direito” consiste em uma atuação contrária à ordem legal, em que, movidos amplamente por emoções confrontadoras, os atores buscam resgatar seus ideais morais e políticos por entender que a aplicação literal de uma dada lei não garante a justiça no caso concreto, subvertendo, assim, a institucionalidade e as fronteiras da legalidade. A resistência “à sombra do direito” é entendida como aquela que se apóia nos recursos jurídicos disponíveis a fim de atingir objetivos transgressores. O direito, assim, é visto como um meio (e não como um fim) posto à disposição da luta e explorado em sua plasticidade. Finalmente, a resistência “em nome do direito” consiste naquela em que, segundo a autora, há a elaboração de argumentos jurídicos que reivindicam a legitimidade e legalidade do engajamento, ou seja, a legitimação jurídica da própria resistência. Estas três formas de resistência, em alguma medida, podem ser observadas na atuação da assessoria jurídica popular, que se dedica a uma luta por mudança social a partir do uso subversivo do direito em suas várias possibilidades, inclusive políticas³².

A busca por uma nova ordem jurídica, moldada pelos interesses e lutas sociais, está relacionada ao papel político que a advocacia popular exerce e à forma em que se relaciona com as coletividades assessoradas. Entender o direito como uma construção popular, assim, passa pela necessidade de construir estratégias conjuntas de atuação e aproximar o direito à realidade do assistido, tornando-o algo próximo, palpável e inteligível àqueles vêem seus direitos negados e violados. Interessante ter em mente que muitos advogados do CMA se encontram na Universidade, cursando mestrado ou doutorado, e seus posicionamentos, a todo momento, apresentam-se carregados por um viés teórico e por referências acadêmicas. As falas dos advogados abaixo evidenciam esse aspecto e explicitam um discurso de preocupação com uma construção alternativa e popular do direito e da ordem jurídica:

³² Trecho retirado do artigo: ZANOTELLI, A.G.; LOSEKANN, C. (2017). A Assessoria Jurídica Popular e o Uso do Direito no Processo de Confronto Político. In 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt21-24/10794-a-assessoria-juridica-popular-e-o-uso-do-direito-no-processo-de-confronto-politico/file>>. Acessado em janeiro de 2018.

Acho que o nosso trabalho é um trabalho cotidiano de mudança de práticas mesmo, com isso você vai transformando não só o conteúdo do direito, mas como você pratica o direito, o que significa o direito. O direito deixa de ser algo que tá lá longe da vida das pessoas, algo que é abstrato, que não tem conexão com a vida cotidiana e passa a ser algo muito concreto, muito diário, que tá ali presente todos os dias e que tem que ser apropriado por todos e todas. (LUANA, 09 de outubro de 2017).

Eu gosto muito da perspectiva de um direito construído popularmente, assim, dizendo novamente, se é que se pode falar em direito, muitas vezes. Então eu gosto muito, e acho que isso difere da advocacia tradicional, de usar esses instrumentos do direito para colocar desejos de fato populares, assim, que o direito não os amolde em estruturas já postas, mas pelo contrário, que essas reivindicações e anseios consigam remoldar o direito, realocar ele em algum sentido. (JORGE, 05 de agosto de 2017).

A atuação engajada e crítica, que alia elementos afetivos e ideológicos na relação de aproximação com as causas e atores envolvidos, e nos propósitos políticos e sociais utópicos perseguidos pelos advogados populares, também é construída a partir de elementos estratégicos. A atuação estratégica destes profissionais pode ser observada no momento em que, adotando meios institucionais de ação, buscam legitimar perante os Tribunais e por meio do ordenamento jurídico vigente as demandas populares. A partir da análise de conjuntura e do emprego dos elementos disponíveis institucionalmente, os advogados populares atuam não apenas de forma defensiva, mas também ofensiva. Vanhala (2011) chama de litigância proativa aquelas situações em que grupos agem como litigantes, buscando levar um dado caso às Cortes, desempenhando, segundo ela, um papel estratégico.

Aproximando-se da literatura acerca da advocacia de causa norte-americana, observamos no CMA uma atuação jurídica pautada na chamada litigância estratégica, que ocorre quando se opta por entrar com uma ação judicial por se entender que a conjuntura política encontra-se favorável, e o caso pode desempenhar importante impacto social e político com sua judicialização. O litígio estratégico é tido como aquele que tem o objetivo de “resolver causas concretas de violação de direitos, mas também de produzir efeitos legais e sociais” (LOSEKANN, 2016). Essa espécie de litígio, também chamada de “litígio paradigmático”, “litígio de impacto” ou “litígio de caso-teste” é utilizado pela advocacia popular de modo a gerar mudanças sociais mais amplas, que vão além do caso concreto, de modo a afetar, a partir da escolha de um caso emblemático, um maior número de indivíduos sujeitos a uma mesma situação de injustiça (CARDOSO; FANTI; MIOLA, 2013)³³.

³³ Trecho retirado do artigo: ZANOTELLI, A.G.; LOSEKANN, C. (2017). A Assessoria Jurídica Popular e o Uso do Direito no Processo de Confronto Político. In 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt21-24/10794-a-assessoria-juridica-popular-e-o-uso-do-direito-no-processo-de-confronto-politico/file>>. Acessado em janeiro de 2018.

Segundo salientado pelos advogados, a atuação judicial do Coletivo é majoritariamente voltada à defesa de grupos e movimentos sociais demandados na posição de réus perante as Cortes. A propositura de uma ação judicial é rara, e ocorre quando a conjuntura se mostra favorável e quando a judicialização da demanda mostra-se como última alternativa disponível, ou a mais interessante para o caso. Na atividade do CMA, destaca-se o caso do Aplicativo Tubby, que foi objeto de uma ação liminar impetrada pelo Coletivo com objetivo de suspender seu lançamento em território nacional, por se entender que o dispositivo feria direitos das mulheres; o Mandado de Segurança que denunciou os abusos policiais realizados durante um despejo na ocupação Izidora, e impediu que uma nova ação policial ocorresse; e a ação judicial que questionou o recolhimento de pertences de moradores em situação de rua pela Polícia Militar na cidade de Belo Horizonte.

A proposição de ações judiciais também forma, portanto, o repertório de mobilização do direito construído pelos advogados do CMA, e é uma forma, segundo uma das advogadas (Natália) de o Coletivo se inserir de forma independente e direta nas lutas, a partir de uma perspectiva estratégica. A advogada menciona, nesse sentido, que o Coletivo busca apropriar-se do ordenamento jurídico e, assim, explorá-lo em suas potencialidades de resistência e mobilização, abordando especificamente o caso do Aplicativo Tubby:

Por exemplo, esse do Tubby, que foi o aplicativo, a gente avaliou a conjuntura junto com as feministas e a gente entrou com uma ação. A gente entrou com uma ação, com uma cautelar, na Vara da Lei Maria da Penha, enfim, usou a Lei Maria da Penha pra alegar que existia ali uma (...). Porque, enfim, esse aplicativo, ele avaliava o desempenho sexual da mulher, então, é importante dizer, que a gente trabalha a perspectiva da criatividade, assim, a gente enxerga as fissura. É que a gente tem a proposta de se apropriar dos instrumentos jurídicos também. Então, a Lei Maria da Penha, ela colocava, né, que essa questão da violência doméstica, que pressupõe um vínculo, uma relação de intimidade. E pra avaliar o desempenho sexual da mulher, a gente colocou: ah, tem um vínculo de intimidade. Aí a gente entrou na Vara da Lei Maria da Penha, pedindo cautelarmente a suspensão do aplicativo. (NATÁLIA, 25 de maio de 2016).

Para a Teoria da Mobilização do Direito, que enxerga a litigância a partir de um viés estratégico, a função do advogado seria justamente utilizar as brechas do Judiciário de modo a explorar as diferentes interpretações legais e, assim, fundamentar seus pleitos. É o caráter pluralista e contingente das convenções legais que as tornam uma força dinâmica na estruturação da vida social, e fornece aos ativistas uma gama de possibilidades de atuação, seja em espaços institucionais ou por meio de recursos particulares de luta por objetivos políticos (MCCANN, 2006a). Portanto, é nos símbolos legais e nos discursos do próprio direito que se encontra a possibilidade de maleabilidade, que garante que o direito seja confirmado como um

recurso rotineiramente reconstruído por cidadãos em busca de seus objetivos. Aks (2004) ressalta que a possibilidade de resistência por meio do direito repousa justamente na possibilidade de dar novos significados aos direitos, e aplicá-los a novas situações. Para ela, “são os micro momentos de resistência que impedem que as estruturas de poder se solidifiquem” (AKS, Idem, p. 17; tradução nossa)³⁴. Recorrendo à lógica do direito, torna-se possível, assim, revelar suas contradições internas e resistir ao contexto de violações constantes.

Nesse sentido, um dos advogados salienta que, mesmo diante de um Judiciário conservador e violador, a importância de demandar diante dos Tribunais é sobretudo estratégica, já que decisões judiciais se revestem de legitimidade e gozam de respeito diante da população e da opinião pública.

A importância [do Poder Judiciário] é estratégica eu acho. Disso que a gente tava dizendo, né, do direito no imaginário social ser compreendido como caminho do bem, como caminho do certo, do correto a seguir, o direito, né, e o Judiciário como sendo o órgão que legitima e orienta isso. Então ter uma decisão do Judiciário a nosso favor numa disputa de narrativas é muito importante, porque as pessoas, o clamor social vai entender aquilo como certo, entender aquilo como aplicação da lei, a lei que elas entendem como certa. Então, é uma importância estratégica, de tentar buscar essas decisões pra fortalecer uma narrativa de coisas que às vezes não (...), pelo menos estariam a princípio fora da caixinha do direito. Uma vez que elas foram pautadas e legitimadas pelo Judiciário, a gente não pode dizer mais que o direito não deu conta (JORGE, 05 de agosto de 2017).

A litigância estratégica realizada pelo CMA, porém, diferencia-se, segundo uma das advogadas (Luana) daquela realizada por ONGs ou por advogados de causa do norte-global, isto porque ela não parte de uma imposição hierárquica de definição de estratégias, mas é construída de forma conjunta com os indivíduos assistidos, e de acordo com seus interesses e necessidades.

Então eu acho que o próprio uso da linguagem da litigância estratégica pela advocacia popular é algo que reflete isso, assim, essa chegada dessa linguagem, e de começar a usar isso, embora a gente já tivesse fazendo esse uso do direito de formas não tradicionais, e não dando nome pra isso, então eu não gosto muito do nome, sabe. Eu fico pensando que a advocacia popular tinha que criar um outro nome, assim para o que ela fez, porque eu acho que é fundamentalmente diferente naquilo que eu te falei sobre o tipo de relação que a gente estabelece com os grupos, com as pessoas assessoradas, assim, porque a litigância estratégica do ponto de vista de uma ONG é uma relação primeiro muito vertical, quem define o que é um bom caso, o que é um caso bem sucedido, o que é um caso de alto impacto é a própria ONG que define isso, assim, muito unilateralmente. É a ONG que vai investir os recursos dela pra fazer aquilo, né, ela quem define qual que é o caminho, né. E a gente como advogado popular faz é muito diferente disso, né, é sempre uma via de mão dupla, é sempre algo negociado, é sempre discutido, é sempre avaliando muito os riscos que aquilo tem pros indivíduos que estão envolvidos e vão ser diretamente afetados, né. E eu acho

³⁴ Versão original: “micro-moments of resistance that prevent structures of power from ossifying”.

que nisso aí tá muito a diferença do uso que a gente faz do direito. Ao mesmo tempo que é um uso criativo, tentando forjar novos instrumentos, novos argumentos, né, criar novos precedentes, é um uso que leva muito em conta as vidas humanas que tão ali, que tão envolvidas e que vão ser impactadas por aquilo, assim (LUANA, 09 de outubro de 2017).

Apesar de compreender que a litigância realizada por advogados populares difere-se daquela empreendida por demais instituições, e a despeito do posicionamento crítico e pessimista em relação ao direito e ao Poder Judiciário, percebe-se nos advogados do CMA uma necessidade de se apropriar de uma arena de luta já ocupada e historicamente dominada por diversas forças e atores sociais. A adoção de instrumentos judiciais previstos na lei estatal e o recurso aos Tribunais, portanto, mostram-se como uma estratégia que fortalece a luta política e pressiona, a partir de mecanismos hegemônicos, as forças sociais em direção à consolidação de direitos.

Há uma discussão corrente, que remete à literatura sobre advocacia de causa norte-americana (ROSENBERG, 2006), a qual questiona em que medida o uso do Poder Judiciário seria capaz de implementar mudanças sociais estruturais. A esse respeito Sá e Silva (2015) destaca o perigo de as práticas judiciais convencionais virem a substituir aquelas mais radicais e socialmente enraizadas. Porém, reconhece que, utilizada de modo complementar às estratégias políticas, “o litígio passa a ser visto como meio para invocar uma declaração’ ou ‘garantir a afirmação’ de direitos pelos Tribunais e essa afirmação passa a ‘ser vista como equivalente a mudanças sociais’” (SÁ E SILVA, 2010, p. 357). Polletta (2000) defende que a litigância pode auxiliar na formação de um senso de identidade coletiva, com base em queixas fundamentadas em direitos legais, pode contribuir para processos de realinhamento político, pode constranger autoridades a darem explicações sobre suas ações e pode motivar outras formas de ação política: *lobby* legislativo, demonstrações de ação direta, boicotes econômicos, etc. “As vitórias legais podem não ser necessárias para a realização desses benefícios. Para os alvos do litígio, a possibilidade de uma derrota no tribunal pode ser suficiente para convencê-los a efetivar mudanças” (POLLETTA, 2000, p. 378; tradução nossa)³⁵.

O que se pode observar, portanto, é que características típicas da advocacia de causa norte-americana, marcada pelo pragmatismo e pela judicialização estratégica, podem ser observadas na atuação do CMA, principalmente quando se está diante de casos paradigmáticos e de interesse social, que podem abrir precedentes favoráveis às lutas sociais. Porém, se por um lado ocorre o uso instrumental da esfera judicial de modo a aumentar a participação política e

³⁵ Versão original: “Legal victories may not be necessary to realize those benefits. For the targets of litigation, the possibility of a defeat in court may be enough to convince them to institute changes”.

o acesso a direitos, por outro lado essas práticas, mesmo que moldadas segundo as formalidades institucionais e formais, guardam um conteúdo ideológico que reforçam o sentimento de distanciamento em relação ao direito e ao Poder Judiciário.

A compreensão do CMA como ator no contexto de confrontação pressupõe a análise de suas relações com os demais atores e a forma como essas relações se constroem e ditam a formação de seus repertórios, tanto transgressivos quanto contidos. A seguir passaremos à análise de suas relações com os principais atores verificados no processo: o Poder Judiciário, os movimentos sociais assistidos e parceiros e outros aliados, como Defensoria Pública, Ministério Público, Universidades e Instituições de Fomento. Pretende-se, assim, compreender a função exercida pelo Coletivo no processo de mobilização, a forma de apropriação do espaço judicial, sua formação e organização interna e, finalmente, sua definição possível como ator político e social, que busca conciliar militância política com atividade profissional em um dado contexto de confronto político.

4 APROXIMAÇÕES E FRONTEIRAS: AS RELAÇÕES E PAPÉIS DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

A assessoria jurídica popular tem como objetivos fundantes a promoção do acesso à justiça, o empoderamento de indivíduos e coletividades e o fortalecimento de lutas sociais a partir da concepção de uma nova ordem jurídica. Tais elementos, apesar de possuírem um forte caráter ideológico, compõem um processo altamente institucionalizado de mobilização e luta por direitos e justiça. Os advogados populares, assim, desempenham um papel de ressignificação das instituições jurídicas no contexto de confronto político, tendo de adequar sua atuação às demandas dos grupos assessorados - com quem mantém uma relação marcada pela intimidade e afetividade -, e às instituições e atores estatais, demasiadamente formalistas e conservadores.

Logo, é possível afirmar que os advogados populares desempenham uma função tanto técnica quanto política; a primeira explicitada a partir da atuação jurídica convencional, diante das institucionalidades, na defesa judicial de movimentos sociais e na relação com os demais poderes estatais; a segunda evidenciada por meio da instrumentalização do saber técnico, empregado com fins de atingir mudanças sociais concretas e efetivas capazes de solucionar os problemas revelados pela crítica jurídica. Ou seja, o trabalho dos advogados populares é caracterizado por aliar conhecimento técnico-científico com fins políticos na busca pela construção da cidadania e da prevalência da justiça sobre a lei (JUNQUEIRA, 2002). Essas diferentes funções combinam-se e conflitam-se entre si no processo de construção da atividade desenvolvida pelo CMA, que molda suas ações e relações segundo as especificidades dos atores envolvidos no confronto político.

A organização interna também é um elemento essencial para a caracterização do CMA como ator no cenário em que se insere. A forma como os advogados organizam-se internamente e relacionam-se entre si está diretamente associada aos objetivos e princípios do Coletivo, focado na autonomia, horizontalidade e solidariedade. Tais características diferenciam-os de escritórios tradicionais de advocacia, e influenciam a forma que se relacionam com os demais atores, sejam opositores ou aliados. Tendo isto em vista, passaremos à pormenorização destes aspectos relacionais e organizativos a fim de compreender o papel desempenhado pelos advogados populares no contexto específico de confronto em que atuam.

4.1 ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CMA: DILEMAS E POTENCIALIDADES

O Coletivo Margarida Alves constitui-se juridicamente como uma associação sem fins lucrativos e funciona de maneira autogestionada exclusivamente pelos advogados membros. Além dos membros orgânicos, que atuam cotidianamente no desempenho das atividades e organização interna do Coletivo, há a Rede Margarida Alves, formada por mais de cinquenta profissionais de variadas áreas do conhecimento (além do Direito), que funciona de forma colaborativa, reunindo pessoas interessadas em contribuir com as causas assistidas pelo CMA por meio da troca de informações e suporte mútuo. A participação efetiva no Coletivo pressupõe um envolvimento prévio na rede, a fim de conhecer a dinâmica e o trabalho desenvolvido pelo grupo antes de ingressar a ele.

O CMA tem como sede uma casa localizada no município de Belo Horizonte. A sede é utilizada tanto para atendimento dos destinatários da demanda, quanto para reuniões, cursos de formação, oficinas e outras atividades realizadas pelo Coletivo e seus parceiros. Em sua origem, o CMA funcionava em um espaço compartilhado com as Brigadas Populares, mas ante a necessidade de definir seu espaço e independência, estabeleceu-se em uma sede própria. O Coletivo não conta com o trabalho de auxiliares ou funcionários, e toda a atividade, desde a limpeza e organização do ambiente, é realizada exclusivamente pelos seus membros. Essa forma de estruturação, bem como a configuração da mobilização de recursos, analisa posteriormente, muito se assemelha a dos movimentos sociais, distanciando-se inteiramente de uma advocacia tradicional, focada na lucratividade da atuação e na divisão bem definida de tarefas.

A organização interna do trabalho ocorre a partir de frentes temáticas. Os advogados organizam-se em basicamente cinco frentes: uma responsável pela rede, uma pelo financeiro, uma pelo administrativo, uma pelos projetos e uma pela comunicação. Cada frente possui um ou mais membros como referência, mas a divisão não é rígida, e os advogados participam de todas as frentes de forma fluida e livre, segundo as demandas do momento. A frente financeira, porém, é mais definida, uma vez que requer tempo e dedicação maior, ficando a cargo de dois responsáveis fixos e específicos. A frente de administração consiste na manutenção da casa e organização das atividades e do espaço; a frente da rede cuida de forma mais próxima da articulação da rede Margarida Alves; a comunicação é responsável pelas redes sociais e site do Coletivo, bem como por todos os meios de publicização utilizado pelo CMA; a frente financeira é responsável por cuidar das arrecadações e pagamentos, prestação de contas à Receita Federal

e aos projetos e editais; a frente de projetos, por sua vez, cuida da captação de recursos, redação de editais e administração dos projetos com os quais o Coletivo encontra-se envolvido.

A organização e distribuição dos casos e demandas também ocorre de forma livre e contingente entre os advogados membros do CMA. As demandas chegam ao Coletivo de variadas formas, seja a partir do contato direto por membros de movimentos sociais, seja por meio de indicações de pessoas que conhecem o trabalho desenvolvido, ou ainda pela inserção dos próprios advogados nas causas e lutas, como militantes dos movimentos. Internamente cada caso possui um advogado responsável, ou seja, a divisão de responsabilidades não ocorre a partir de processos judiciais, mas de casos ou assuntos. A distribuição ocorre com base na afinidade temática dos advogados e de acordo com a disponibilidade de cada um deles - buscam assim equilibrar os afazeres entre si e remanejar os casos sempre que necessário. O advogado responsável pelo caso não trabalha sozinho na demanda, e todas as estratégias são discutidas e construídas coletivamente, cabendo ao advogado responsável cobrar diligências dos demais, acompanhar e repassar notícias e observar os prazos processuais.

A estrutura de divisão de trabalho respeita não só a demanda interna dos advogados, mas também sua carga de trabalho externa, já que se dedicam a outros empregos, à academia ou à militância em movimentos. Isto porque o trabalho desenvolvido no Coletivo é voluntário e autofinanciado, ou seja, cada membro contribui mensalmente (de forma não obrigatória e de acordo com suas possibilidades) com uma quantia em dinheiro para auxiliar na manutenção interna. Nos últimos anos, com o apoio de uma instituição financiadora religiosa sediada na Espanha, tornou-se possível que dois advogados recebessem uma contribuição financeira mensal para se dedicarem de forma mais diligente ao trabalho no CMA.

A literatura vem destacando que, com a dificuldade de obter apoio institucional interno, o financiamento internacional tornou-se prática corrente entre os novos serviços legais na América Latina. A esse respeito Hurtado afirma:

Proveniente, em grande parte, de Igrejas europeias e agências de Estado, a filosofia que inspira esse tipo de ajuda é a criação de uma nova ordem democrática. Baseados em um diagnóstico que reconhece os países latino-americanos (e, em alguns casos, também quanto a governos do Norte) como excludentes — ou mesmo autoritários, esses fundos estão especificamente destinados a promover a participação política dos setores oprimidos em todos os âmbitos.

O grupo de agências que apoiam os novos serviços legais latinoamericanos está ordinariamente dirigido por pessoas altamente comprometidas e com ideias muito definidas sobre a transformação social e o desenvolvimento político. Ainda que mais pragmáticas e menos orientadas teoricamente que suas parceiras latino-americanas, as posições e recomendações adotadas pelos dirigentes dessas agências estrangeiras comumente refletem um profundo interesse por uma “autêntica” democracia e algumas incorporações ecléticas — quando não, seletivas — da crítica marxista da exploração capitalista (HURTADO, 2016, p. 239).

O CMA não conta com um financiador fixo, mas possui apoiadores pontuais, como fundações de fomento internacionais e nacionais (como por exemplo Fundo Elas³⁶, Fundo Brasil de Direitos Humanos³⁷, Fundo Casa³⁸, SESI) que por meio de seu auxílio financeiro impedem que os advogados “paguem para trabalhar”, como salientou uma das advogadas. Os apoios financeiros são obtidos majoritariamente por meio de editais, que permitem que os advogados executem projetos determinados (como por exemplo cursos de formação voltados a determinada comunidade ou grupo), ou recebam verbas a serem utilizadas em trabalho cotidiano de manutenção, no pagamento de transporte e alimentação, por exemplo. Nesse sentido, uma das advogadas destaca que:

Eu nem diria que isso é um financiamento, né, eu vejo muito mais como um fortalecimento da luta assim do que um financiamento em si, porque se não houvesse a gente conseguiria atuando da mesma forma, por isso que não é um financiamento, a gente não depende disso, né. E aí da mesma forma os outros projetos, né, assim, das ocupações e tudo isso, todos são projetos que vêm pra fortalecer a nossa luta, não são projetos que sem eles a gente não existiria, entendeu? Então a gente já teve projetos, sei lá, do SESI, do Fundo Elas, agora esse projeto do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Então são essas entidades que já tem essa prática de ter editais, né, que fortalecem trabalhos pontuais. Mas hoje a gente não tem no Coletivo um grande, vamos dizer assim, um grande parceiro que financia a nossa atividade, a nossa atuação, que paga as nossas contas, que custeia o aluguel da sede, entendeu? Não existe isso hoje no Coletivo (ROBERTA, 07 de agosto de 2017).

Percebe-se nessa fala uma preocupação em afirmar a autonomia do CMA em relação às organizações apoiadoras, e o comprometimento pessoal dos membros do Coletivo com o seu funcionamento. A remuneração financeira é mencionada por Carlet (2010) e Junqueira (2002) como uma das principais dificuldades apontadas por advogados populares, posição que também pôde ser observada nas falas dos advogados entrevistados. A advocacia popular é considerada como uma “advocacia mais apaixonada que ‘não se agarra somente à luta pela sobrevivência’ e que permite que a profissão não se reduza à satisfação econômica, mas que provoque também uma participação social” (JUNQUEIRA, 2002, p. 2016; tradução nossa)³⁹. Por tal motivo, os financiamentos e editais de fomento estão sendo cada vez mais visados por advogados populares, como meios capazes de possibilitar uma dedicação mais minuciosa e sistemática às demandas populares, afastando a necessidade de se cobrar financeiramente das comunidades

³⁶ Mais detalhes em: <<http://www.fundosocialelas.org/>>. Acesso em janeiro de 2018.

³⁷ Mais detalhes em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2018.

³⁸ Mais detalhes em: <<http://www.casa.org.br/pt/>>. Acesso em janeiro de 2018.

³⁹ Versão original: “Se trata de una “abogacía más apasionada” que “no se agarra solamente de la lucha por la supervivencia” y que permite que la profesión no se reduzca a la satisfacción económica, sino que provoca también una participación social.”

assessoradas. Essa questão, porém, não é livre de adversidades e dilemas dentro do Coletivo. Isso porque vincular-se a uma organização fomentadora pode afastar a plena liberdade de atuação, pré-definindo limites no trabalho a ser realizado. Nesse sentido, um dos advogados afirma:

Então tem que ficar buscando financiamento externo via editais e, é uma alternativa que vem rolando, mas também não é uma alternativa cômoda, porque acaba que no fim das contas ela não te dá plena autonomia, você fica vinculado a uma instituição externa. E até onde essa instituição externa vai querer financiar? Até que ponto você pode...? Porque também há o controle ideológico nessa grana, pra quem eu vou dar essa grana? Já sei o que eu quero que seja feito. E cada vez mais, nesse contexto de golpe as instituições brasileiras, governamentais então... É um absurdo os editais que estão saindo, um absurdo, é um cercamento de uma atuação progressista fortíssima no meio do terceiro setor, né, que se beneficia ou se utiliza desses recursos (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Tendo em vista seu compromisso com os movimentos que assessora, o CMA salienta que se preocupa com a origem do dinheiro que recebe para sua manutenção, e não se vincula a projetos que tenham apoio de empresas, por exemplo, buscando manter sua autonomia e a dos movimentos sociais a partir da relação tão somente com financiadores com quem compartilham os mesmos objetivos e valores. A questão financeira, segundo os advogados, ainda é uma pauta em construção no Coletivo, uma vez que associar seus princípios, entre eles de autonomia, aos valores das organizações fomentadoras é um trabalho muitas vezes complexo. O crescimento do CMA, porém, requer cada dia mais recursos, e as formas de obter o necessário para seu funcionamento ideal e manutenção dos advogados é um dilema fortemente presente no grupo.

As potencialidades que decorrem do desenvolvimento de uma atividade autônoma, aliada apenas aos interesses dos assistidos e aos próprios princípios e convicções internas, encontram-se, portanto, em constante tensão com a disponibilidade dos advogados e sustentabilidade do Coletivo, influenciando fortemente sua forma de se relacionar e de se constituir como ator no contexto de luta político-social. Apesar disso, observa-se uma organização interna horizontal e contingente, que busca equacionar as dificuldades de modo que todos tenham a possibilidade de trabalhar segundo as suas possibilidades pessoais, profissionais e financeiras. É possível perceber, assim, a presença de um forte empenho pessoal por parte dos advogados para que o trabalho, marcado pela resistência, prevaleça e se fortaleça, a partir de um processo coletivo contínuo de discussão, reestruturação e reorganização interna, mesmo diante dos obstáculos impostos pelo contexto político-econômico em que se insere.

4.2 A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES: O CMA E OS DEMAIS ATORES NO CONTEXTO DE CONFRONTO POLÍTICO

O processo de confrontação em que estão inseridos os advogados do CMA é constituído por uma pluralidade de forças exercidas por diferentes atores, tanto colaboradores quanto opositores. Entendendo o CMA como uma potência orientada à resistência e transformação social, torna-se possível afirmar que as forças opositoras a seu trabalho se consubstanciam em atores influentes, poderosos e estáveis no cenário neoliberal. Por tal motivo, a luta contra opressões e exclusões sociais decorrentes do projeto hegemônico constitui-se como um esforço contínuo de oposição e enfrentamentos contra as próprias forças políticas e econômicas que geram influência sobre o Estado. Os, por assim chamados, opositores do CMA são entendidos como todos aqueles que de alguma forma respaldam e colaboram à manutenção do *status quo*, tanto nas próprias instituições estatais quanto na sociedade civil de forma ampla, como por exemplo forças políticas conservadoras, grandes empreendimentos econômicos, setores da Polícia Militar, e o Próprio Poder Judiciário. Seus aliados, por sua vez, são mais facilmente reconhecidos, por se tratarem de forças pontuais e insistentes, que se relacionam na formação de redes de apoio. Podemos entender como aliados os profissionais colaboradores que fazem parte da rede Margarida Alves, organizações financiadoras, movimentos sociais, Defensoria Pública e Ministério Público, grupos de pesquisa e extensão de Universidades, as Brigadas Populares, a Pastoral da Terra, entre outros.

Pensar no advogado popular como ator no contexto de mobilização de direito parte da compreensão da relação que se dá entre a assessoria jurídica popular, os movimentos sociais e os demais atores envolvidos em um contexto amplo de confronto político - aqui entendido como os conflitos rurais e urbanos assessorados pelo CMA em Belo Horizonte e região metropolitana, além das causas em torno da questão negra, feminista, indígena e cultural, por exemplo. No desempenho de suas atividades, os advogados populares envolvem-se pessoalmente e afetivamente com as causas que atuam, buscando relacionar-se de forma horizontal e cooperativa com os membros dos movimentos e entre si.

A partir da compreensão da forma em que se organizam as relações entre o Coletivo e os demais atores envolvidos no processo de mobilização do direito, percebe-se que o CMA se constitui a partir de uma atuação híbrida, que une militância e trabalho jurídico, cada um desempenhando um papel essencial na formação do repertório de atuação, que conjuga performances institucionais e não institucionais, aliando profissionalismo e envolvimento afetivo com as causas. Sobretudo, constituindo dilemas permanentes entre esses dois papéis de

atuação nas relações que se estabelecem com o Poder Judiciário e com outros atores engajados (como Defensoria Pública, Ministério Público e Grupos de Pesquisa de Universidades) em um mesmo processo de mobilização.

4.2.1 A relação com movimentos sociais

Os movimentos sociais são considerados os principais aliados, bem como os principais destinatários dos trabalhos prestados pelos advogados do CMA. De fato, a assessoria jurídica popular latino-americana encontra-se vinculada desde sua origem às lutas travadas por movimentos e organiza-se de acordo com os interesses e demandas dessas coletividades. Os advogados utilizam seu saber profissional com o objetivo de oferecer aos movimentos opções técnico-legais a serem adotadas em suas lutas e utilizadas na defesa de seus direitos.

Segundo a Teoria do Confronto Político, uma causa constitui-se em movimento social quando é caracterizada por “uma campanha continuada de reivindicações, que usam performances repetidas para expressar demandas, tendo por base organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentem tais atividades” (TILLY, Tarrow, 2015, p. 11; tradução nossa)⁴⁰. Conforme a citação abaixo:

Os movimentos sociais combinam (i) campanhas continuadas de reivindicações; (ii) um arranjo de performances de ação, como marchas, demonstrações, reuniões públicas, criação de associações especializadas, petições, lobbying etc; (iii) constantes exibições públicas de merecimento, unidade, participação e número; e baseiam-se em (iv) organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam suas ações (Ibidem; tradução nossa)⁴¹.

Esses elementos característicos, porém, aparecem em maior ou menor grau a depender do movimento social. Como salientado pelos advogados, o CMA trabalha com movimentos em diferentes níveis de unicidade e organização interna, deparando-se com diferentes desafios na relação com cada um deles. Destacam Sarat e Scheingold (2006) que se as causas são mais

⁴⁰ Versão original: “Contentious politics involves interactions in which actors make claims bearing on other actors’ interests, leading to coordinated efforts on behalf of shared interests or programs, in which governments are involved as targets, initiators of claims, or third parties. Contentious politics thus brings together three familiar features of social life: contention, collective action, and politics.”

⁴¹ Versão original: “Social movements combine (1) sustained campaigns of claim making; (2) an array of public performances including marches, rallies, demonstrations, creation of specialized associations, public meetings, public statements, petitions, letter writing, and lobbying; (3) repeated public displays of worthiness, unity, numbers, and commitment by such means as wearing colors, marching in disciplined ranks, sporting badges that advertise the cause, displaying signs, chanting slogans, and picketing public buildings. They draw on (4) the organizations, networks, traditions, and solidarities that sustain these activities— social movement bases.”

abstratas e não contam com uma organização estável e definida, as demandas tendem a se concentrar nas pessoas, organizações e ações que trabalham a favor dessas causas. Em outros casos, porém, já existem movimentos duradouros e consolidados, com pautas bem definidas e agendas construídas. Em cada uma dessas situações o papel desempenhado pelos advogados populares altera-se a fim de se adequar ao formato do movimento, aos seus repertórios e às suas demandas e interesses.

A relação entre advogados populares e movimentos sociais é marcada por dilemas referentes principalmente à autonomia que esses atores, que atuam de forma muito próxima, pretendem projetar no cenário de confronto. Segundo os advogados, o CMA, desde sua origem, pauta sua atuação a partir do princípio da autonomia, tanto em relação aos movimentos quanto em relação a partidos e instituições estatais, buscando respeitar também a autonomia dos movimentos assessorados. Isso porque os movimentos não se constituem como mero clientes (expressão, inclusive, rechaçada pelos advogados populares), sendo concebidos principalmente como parceiros de uma luta conjunta em prol de objetivos maiores de justiça e igualdade social. A função primordial do advogado, qual seja representar clientes perante as instituições de Justiça, é modificada e ressignificada no trabalho do advogado popular, o qual não se limita ao acompanhamento judicial de processos, mas busca organizar-se de modo que os destinatários da demanda construam conjuntamente a ação, seja ela judicial ou extrajudicial (ELLMANN, 1998). Uma das advogadas refere-se à relação com os movimentos sociais como uma relação de parceria, a qual, não raro, é permeada por dificuldades, a depender do movimento, do seu grau de autonomia e do processo de construção de mobilização coletiva.

Cada caso é um caso né, sempre cada caso vai trazer um desafio, cada movimento vai trazer um desafio. Mas, assim, o Coletivo trabalha com os movimentos com relação de parceria, a gente vai fazer o que o movimento (...), o que tem a ver com a proposta do movimento, mas também respeitando nossa autonomia, e respeitando a autonomia do movimento. A gente não quer montar em cima do movimento nem quer que o movimento monte em cima da gente, quer uma relação de parceria mesmo, de troca, mas sempre resguardando o papel de cada um também, né, ninguém tá querendo atropelar ninguém. Agora cada caso vai trazer suas dificuldades, cada situação vai ser uma, assim. A relação é de parceria, é de parceria sem dúvida. (LUANA, 03 de agosto de 2017)

Esta relação de parceria, perseguida pela advocacia popular, implica a construção de performances específicas de orientação e educação jurídica popular capaz de fornecer aos assistidos conhecimento para formular suas demandas pessoais e coletivas em termos políticos e legais, orientar outros advogados e demais profissionais e articular suas próprias expectativas e interesses. O trabalho do advogado popular, assim, encontra-se em constante tensão entre o

aconselhamento dos assistidos e o apoio irrestrito à vontade dos beneficiários da demanda. Conforme salienta McCann e Silverstein (1998), aos advogados não cabe dominar e controlar os movimentos assistidos, mas atuar estrategicamente de modo a responder seus objetivos e demandas. Por tal motivo, esses profissionais seriam capazes de exercer um importante papel na politização do processo judicial.

A fala a seguir evidencia a preocupação defendida pelo CMA no sentido de se priorizar uma atuação voltada à formação popular, que garanta autonomia e prepare os territórios, comunidades e movimentos para o confronto político e para a relação com os atores institucionais. Os advogados afirmam uma preocupação em localizar os assistidos no contexto em que estão inseridos, para que compreendam sua luta de forma ampla, e não enquadrem suas demandas apenas a partir de um dado evento de ameaça e violência. Interessa-lhes fornecer aos movimentos fundamentos e conhecimentos técnicos básicos aptos a impedir a desmobilização, que tende a ocorrer em momentos de aparente estabilidade da causa. Nesse sentido destaca uma das advogadas:

Eu acho que é uma avaliação de muitos setores da esquerda hoje de que essas movimentações em massa, essa atuação em momentos de crise, momentos de ameaça, durante a movimentação de pessoas, a gente acabou dando pouca prioridade pra formação interna, pra formação das pessoas. E o que acontece: some a ameaça, o inimigo comum não é mais tão óbvio assim, e internamente fica destruído, assim, as pessoas não estão politizadas, enfim. E eu acho que a advocacia popular tem que contribuir nesse processo de formação interna. Não só da questão jurídica, assim, mas formativa, política mesmo, e tal. E às vezes pode ser uma forma de atrair as pessoas né, porque a galera demanda muito da gente, assim: “ah a gente precisa de orientação sobre a coisa do INSS”, “ah precisa de orientação sobre Maria da Penha” e tal. Aí dentro dessas oficinas que são mais informativas (do que pode ser feito, o que o sistema tem pra ajeitar, quais são os instrumentos que a gente pode manipular), a gente pode trazer projetos de formação política dentro disso, né. A gente não discute só: ah, aí você vai na delegacia, aí depois você faz isso, isso, isso e isso. Não. Vamos discutir violência doméstica a partir disso, é uma possibilidade, né. É isso, estamos tentando. Mas todos esses processos são novos, assim, pra gente. (PAULA, 05 de agosto de 2017).

É justamente na configuração do processo de mobilização, na escolha de estratégias e táticas de ação, constituídas por performances plurais, tanto jurídico-legais quanto políticas, marcadas por um importante elemento afetivo, que os advogados populares se diferenciam da advocacia tradicional. Caracterizando-se por um perfil fortemente político, os advogados populares incorporam ações típicas de movimentos sociais à sua atuação institucional habitual, o que afeta diretamente sua relação com os movimentos, já que as decisões estratégicas não são impostas unilateralmente pelos profissionais, mas, em tese, construídas em parceria a partir de uma troca de experiências. Conforme salienta McCann (2006c, p. 23-24), enquanto os

advogados, via de regra, tendem a estabelecer uma atuação marcada pela litigância, os movimentos sociais, devido a seu escopo político e social transformativo, são mais propensos a confiar em campanhas de mídia e práticas simbólicas, como protestos, marchas e greves. Entretanto, o processo de mobilização do direito vem revelando justamente o contrário: a litigância e outras ações legais oficiais vêm sendo comumente utilizadas como estratégias políticas complementares e secundárias nas lutas dos movimentos sociais (MCCANN, Idem). Enquanto é possível observar advogados engajados mais descrentes com o sistema de justiça e com a manipulação dos instrumentos judiciais, vemos a crescente busca de judicialização de demandas por parte de movimentos. Por tal motivo, o advogado popular, como um profissional não tradicional movido também por questões ideológicas, mantém um diálogo constante e horizontal com os movimentos, compreendendo suas táticas, auxiliando-os, e articulando o ordenamento jurídico em sua defesa.

A horizontalidade da relação, entretanto, é tensionada a todo momento: há a possibilidade de o movimento conduzir o processo de mobilização, submetendo os advogados a suas deliberações, bem como corre-se o risco de os advogados encabeçarem a tomada de decisões estratégicas, silenciando os movimentos. A esse respeito Sarat e Scheingold (2006) destacam que os movimentos tendem a ser resistentes em relação à influência externa, o que força uma carga de adaptação muito maior por parte dos advogados, que têm suas orientações filtradas pelas lideranças dos movimentos. Ou seja, para os autores, membros de movimentos esperam que os advogados levem em consideração seus anseios e expectativas, abrindo mão do controle do processo de mobilização e submetendo-se à sua dinâmica interna. Isso porém, configura-se como uma tarefa árdua no exercício da advocacia por um grupo que possui seus próprios valores e princípios políticos. Observamos que o CMA busca garantir sua autonomia em relação aos movimentos no processo de mobilização, definindo seus limites de atuação e defendendo suas convicções internas, quando estas não se conciliam de alguma forma com as opiniões e formas de atuação dos movimentos. A autonomia que o Coletivo busca preservar, assim, pode ser verificada no processo de distinção que se procura estabelecer entre ele e o movimento social que assessorar: os advogados não se confundem com os membros dos movimentos, e procuram discutir estratégias a partir de seus princípios e entendimentos internos, não se sujeitando a procedimentos que porventura encontram-se em oposição a suas concepções e valores definidos. Conforme o trecho abaixo:

É, enfim, é legal dizer que a gente tem uma relação de extrema proximidade com os movimentos, né. A gente realmente tem a perspectiva de construção da estratégia jurídica a partir da luta política, assim, porque definitivamente a gente não acha que o

Judiciário e que nós advogados somos protagonistas das lutas, assim, a gente só fortalece a perspectiva do judicial, assim, né do Judiciário, do jurídico nas lutas populares. Então, nesse sentido, assim, nosso trabalho só faz sentido junto com as lutas populares. Mas a gente também marca uma autonomia em relação aos movimentos, assim, porque, apesar da gente ter uma inserção muito próxima e uma coisa de pé no chão, assim, né, que chama de advogada pé na terra e tal, que tá próximo inclusive dos contextos que a gente atua, por exemplo, em ocupação urbana a gente não trabalha do escritório, a gente faz um trabalho de, enfim, de construir junto o cenário, assim. Mas a gente também marca a nossa autonomia, porque, enfim, a gente tem uma atuação técnico-jurídica, mas a gente também sabe que a nossa atuação também é política, então, e nesse sentido, a gente tem princípios, assim, né. E aí a gente tem limites, a gente tem posições políticas para colocar nos cenários. A gente também não é, assim, os advogados contratados do movimento, entendeu? Nós somos parceiros na construção da luta política popular. (NATÁLIA, 25 de maio de 2016).

Por outro lado, a horizontalidade da relação também é tensionada de forma oposta, e ocorre quando os movimentos se enxergam como subordinados às decisões tomadas pelos advogados. A grande diferença social e econômica entre os advogados e os destinatários dos seus serviços é apontada como uma característica importante no trabalho desenvolvido pela advocacia popular. As disparidades sócio-econômicas afetam diretamente as relações entre esses atores, sendo comum que os assistidos queiram sujeitar-se às suas determinações, entendendo-se hierarquicamente inferiores a eles, ou incapazes de tomarem suas próprias decisões. Essa situação é comum principalmente quando os movimentos ainda não atingiram um determinado nível de organização e maturação política, e confiam nos advogados como os mais aptos à construção de sua luta política. A inconstância dessa relação, que por ora é marcada por uma voz mais ativa por parte dos movimentos e por ora dos advogados, é um dilema que foi apontado pela maioria dos advogados entrevistados. O grande desafio dessa relação seria, portanto, equilibrar-se na forma de uma parceria horizontal, de modo a manter a autonomia de ambas as partes. A fala a seguir exemplifica as oscilações características do vínculo entre movimentos e advogados populares, e os desafios delas decorrentes, como se vê:

Então a gente chega nesses movimentos que a galera ainda não tem a cultura de resistência, por mais que a gente sempre tente chegar nessa relação horizontal - e até que eles mais nos pautem, né, do que o contrário - o que se dá é o contrário: é uma expectativa muito grande na gente, e se colocam num lugar hierarquicamente abaixo, assim, de assistidos, né, e de... Não tô achando palavra, mas é como se fosse tipo assim: “nossa, agora nós estamos sendo abençoados por esses doutores que vieram aqui”. Mas isso no contexto de um território que tenha menos maturação política. Mas à medida que a galera vai se organizando e vai se fortalecendo e vai se movimentando politicamente, a gente vê que essa relação muda muito, muito. E até pra passar o contrário, de começar a exigir da gente, como aparelhos da luta que tá acontecendo, o que também a gente não se propõe a ser, né. A gente se propõe construir junto e não ser um aparelho isolado, na visão utilitarista, né. “Vou usar de você enquanto você puder me servir, e até onde puder me servir, e como eu quero que você me sirva”, o que rola também. E é um debate que a gente tem que ter sempre quando isso começa a rolar, gera conflito, gera treta, né, construção política, com construção de uma alternativa de produção social, ela passa por isso também, né. Então, assim, esses

conflitos de como é que a gente vai viver um com o outro? Como é que a gente vai construir um com o outro? E tem isso também, né, esse lugar que a gente não pode fugir, assim. A imensa maioria do Coletivo Margarida Alves vem de um contexto de privilégio. A própria oportunidade de ter feito um curso superior já denota isso, né. Então, pra comunicar com territórios que não vêm desses contextos... Então, assim, isso já é conflitante, né, a gente já pode pensar inclusive numa diferença de classes aí, nesse contexto talvez de quebrar a luta de classes, né. Bom, não sei, fato é que isso gera bastante conflito, assim. Mas a forma que a gente se propõe a construir é sim horizontal, construindo junto, dando sim uma atenção maior, entendendo que os protagonistas são os territórios. Assim, construindo juntos, né, tentando não hierarquizar a demanda, a luta, e quem tem que se apropriar dela são os territórios. Muitas vezes já são apropriados, já chegam pra gente com todo esse empoderamento, outras não. (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Embora o Coletivo destaque a importância de sua autonomia perante os movimentos sociais, e a necessidade de se construir uma relação horizontal em que um não determine a atuação do outro unilateralmente, o protagonismo dos movimentos sociais consiste em um princípio basilar em sua atuação. A advocacia popular, conforme salienta Sá e Silva (2010), tem como objetivo dar apoio àqueles indivíduos em situação de vulnerabilidade, organizados ou em processo de organização, empoderando-os para a ação coletiva, a fim de garantir seu protagonismo na condução da luta. Segundo os advogados, a atividade do CMA é estruturada de forma a privilegiar os pontos de vista, vivências e opiniões dos atores beneficiários da demanda, de forma que eles direcionem o processo de mobilização em um processo amplo de construção de luta política. No trecho a seguir um dos advogados menciona a necessidade de se escutar os movimentos e traduzir suas demandas da forma mais fiel possível às autoridades estatais, em específico, no contexto do Judiciário. Assim ele diz:

Dentro do direito, principalmente se se pensar em peças jurídicas nos processos, nos Tribunais, já tem um formato de construção diferente, da gente tentar aproximar mais dos territórios e das partes, né. Então, isso que eu disse, né, de perguntar o que vocês realmente querem, e não ficar tentando me posicionar: “olha isso, não dá porque o direito não dá conta”. Não, o que vocês querem, então vamos ver se dá um jeito do direito dar conta. E às vezes, quando dá, a gente pede ajuda mesmo da galera: “então escreve pra gente, velho. Nós vamos peticionar a sua redação”, né, que já rolou no caso do Luis Estrela, que é um contexto um pouco diferente, porque é uma galera que também se movimentou numa rede, cujos indivíduos vieram de contexto de privilégio e contexto de conhecimento, entre aspas, né, dentro da Universidade, então teve um pouco mais de perspectiva ampla, assim, pra colocar isso no papel. Mas em outros lugares também, a gente tenta humanizar o processo, mais do que eu costumo ver em outros meios de produção do direito. (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Cabe ao advogado popular garantir o protagonismo dos movimentos no processo de mobilização do direito por meio de um processo contínuo de diálogo, seja traduzindo reivindicações políticas e sociais em demandas judiciais, seja construindo performances políticas estratégicas conjuntas de acordo com a dinâmica própria do movimento e da vivência

dos indivíduos. Por óbvio, não se pode afirmar que os indivíduos assistidos possuam conhecimento amplo sobre as estratégias tomadas pelos advogados em sua defesa, principalmente no que se refere às ações judiciais, confiando no trabalho técnico desenvolvidos e nas informações que lhes são repassadas. Nesse sentido, é possível perceber um grande grau de confiança por parte dos movimentos em relação aos advogados, que, nesse caso, desempenham uma função muito mais técnica e distante da realidade dos territórios, inserindo-se na lógica das institucionalidades.

O processo de diálogo e debate entre movimentos e advogados é delineado em variados espaços e momentos, podendo ocorrer nos próprios territórios ocupados, nas residências dos assistidos, em assembleias comunitárias, em mesas de negociação com participação do Estado, no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua, por exemplo, onde se discutem políticas sociais juntamente com o movimento e com o Estado, em cursos de formação e discussão organizados pelo Coletivo ou pelos movimentos, etc. Todas essas experiências são utilizadas como formas de fortalecer o entendimento mútuo e a parceria entre esses atores, e equalizar as diferenças e possíveis divergências entre eles. O trabalho do advogado popular, portanto, exige uma dedicação ampla e envolve processos não apenas técnico-profissionais, mas, muito além disso, um envolvimento no sentido de entender a dinâmica interna do movimento, possibilitar diálogos e tomadas de decisões e envolver-se pessoalmente nas causas. As relações construídas com os assistidos são marcadas, assim, pela intimidade e afetividade, tornando-se inviável cobrar financeiramente pelos serviços prestados aos movimentos, formados majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza. Conforme salientado pela literatura (JUNQUEIRA, 2002; VÉRTIZ, 2013; CAMPILONGO, 2011), os advogados populares do CMA preocupam-se em manter uma relação cooperativa com os assistidos, que não configure um vínculo tradicional cliente/advogado, de forma a inserirem-se diretamente e pessoalmente nas lutas travadas. Logo, o trabalho é majoritariamente voluntário e não remunerado. Em algumas situações é possível que ocorram pequenas contribuições financeiras ou não financeiras, como empréstimos de espaços e materiais ao Coletivo. Trata-se de uma troca de serviços e suporte mútuo característicos de uma atuação baseada na perspectiva da parceria, aspirada pela advocacia popular. Nesse sentido, explica uma das advogadas:

A gente pensou em várias soluções, né. Vamos ver se a gente consegue cobrar um valor mínimo da galera, por exemplo, das ocupações, que não fica caro se dividir e tal. Só que isso é muito complicado, porque a gente tenta sempre não estabelecer uma relação padrão cliente/advogado, né, mas sim mais em termos de parceria na luta. Porque é muito difícil separar, né, o que que é militância e o que que é trabalho, essa

parte da advocacia é complicada, assim, porque é as duas coisas ao mesmo tempo, né. Mas, assim, pouquíssimos processos as pessoas entendem, assim, elas até reconhecem, mas não tem muita manifestação no sentido de garantir sustentabilidade pro trabalho das advogadas populares, né. [...] Aí teve uma ocupação que a gente tentou fazer isso e não deu muito certo, pessoal não pagava, ou então a galera que pagava certinho acabava criando essa relação cliente/advogado, que não é o nosso objetivo. (Thais, 05 de agosto de 2017).

A questão financeira está intrinsecamente relacionada à própria configuração da relação entre esses atores, alterando-a e moldando-a. Para os advogados populares, cobrar pelo serviço prestado gera um afastamento em relação à causa e ao assistido, que impediria seu envolvimento íntimo e pessoal com as demandas e com os movimentos, situando-os como meros clientes.

Em suma, a relação entre o Coletivo e os movimentos sociais é pautada por uma pretensão de horizontalidade, assistência mútua e autonomia, que em muito se diferencia da advocacia tradicional. Apesar disso, é possível observar uma preocupação, por parte do CMA, de se fixar limites entre o Coletivo e os Movimentos, a fim de impedir que um exerça constrangimentos e pressões excessivas sobre o outro, e modifiquem suas próprias configurações internas. Não se verifica, portanto, um processo de fusão entre atores, mas sim atores com objetivos comuns que coordenam suas ações em um processo de mobilização único. Trata-se especificamente de um processo de mobilização do direito, em que a atuação dos advogados possui implicações específicas. Esse aspecto sugere que além de uma prestação de serviços legais, o CMA constitui-se como um ator político com propósitos próprios no processo de confrontação em que está inserido na cidade de Belo Horizonte, alinhando-se com aqueles que compartilham dos mesmos anseios políticos e sociais. Neste cenário não se encontram apenas os movimentos sociais, mas outros aliados indispensáveis à persecução dos fins almejados pelos advogados populares.

4.2.2 A relação com aliados

O trabalho desenvolvido pelo CMA, como já mencionado, é predominantemente voluntário e autogestionado pelos advogados membros. Por tal motivo, o Coletivo carece de recursos e pessoal para o desempenho de suas funções de forma satisfatória e suficiente à dimensão das causas que assessora. Os movimentos assistidos pelo CMA encontram-se inseridos em um cenário de confronto que envolve diferentes atores, desafia forças dominantes e questiona o *status quo*. Ingressar nesse contexto de conflito e enfrentamento demanda, portanto, um envolvimento profundo e dispendioso por parte dos advogados, o qual, porém, nem sempre é possível. Aliando-se a outros atores em uma ampla rede de atuação em prol de

objetivos políticos e sociais comuns, o CMA atua recebendo e oferecendo assistência e suporte fundamentais à defesa das demandas a que se vincula. Engelmann (2007) refere-se a esse fenômeno como “redes informais” de defesa de direitos, vinculadas ao militância e à defesa judicial de determinados grupos. Essas redes estão diretamente relacionadas ao processo de importação/exportação de causas políticas coletivas, que ganham cada vez mais alcance internacional, principalmente no que tange às grandes redes de defesa de Direitos Humanos (Engelmann, *Idem*).

Quando questionados acerca de quem seriam os principais aliados do CMA, os advogados destacaram: a Defensoria Pública, o Ministério Público, as Brigadas Populares, a Comissão Pastoral da Terra, outros coletivos de assessoria jurídica popular e advogados populares, algumas redes e comitês de defesa de direitos (como a JusDH, Terra de Direitos, o Comitê de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, a ONU Mulheres, entre outras articulações nacionais e internacionais), e grupos de pesquisa e extensão de Universidades (como o Gesta da UFMG, o Poemas da UFJF, o Organon da UFES). A relação desenvolvida com esses atores não é permanente e uniforme, sendo fortalecida ou enfraquecida a depender da causa e dos envolvidos. A relação do Coletivo com a ONU Mulheres, por exemplo, acontece a partir do caso específico de “sequestro de bebês” ou “mães órfãs”, referente às ações de retirada de bebês recém-nascidos de mães dependentes químicas ou em situação de vulnerabilidade para entrega à doação⁴², situação que o Coletivo vem combatendo junto com outras entidades. A relação com os grupos de pesquisa de Universidades, por sua vez, ocorre principalmente no contexto das causas em defesa de afetados por mineração, barragens e grandes empreendimentos, a partir da produção de cartilhas, de assessoria técnica, orientação de atingidos e pesquisas de campo.

A advocacia popular é essencialmente marcada por seu caráter coletivo. Diferente da advocacia tradicional liberal, construída majoritariamente de forma individual e solitária, os advogados populares entendem que suas práticas (tanto em relação às suas formas, quanto em relação a seus fins) devem ser pensadas e construídas de forma coletiva, somando-se a diferentes grupos, jurídicos ou não, a fim de possibilitar as intervenções a que se propõem (VÉRTIZ, 2013). Conforme ressalta uma das advogadas, a importância das relações de cooperação reside na união de forças, trocas de experiência e formação de redes de proteção mútua. Para ela, o CMA lida com causas muito relevantes, que questionam o direito à

⁴² Mais informações sobre o assunto: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/03/comiss%C3%A3o-cobra-esclarecimentos-sobre-sequestro-de-beb%C3%AAs-pela-justi%C3%A7a>> Acesso em dezembro de 2017.

propriedade, por exemplo, e vão de encontro a várias forças sociais, financeiras e políticas estabelecidas. O apoio de outras organizações, instituições estatais e indivíduos é primordial para a formação de uma estrutura de atuação alinhada, que conjugue diferentes práticas, experiências e forças técnicas, financeiras e pessoais em prol de um mesmo objetivo de transformação social estrutural. Trata-se de um processo marcado pela interação, que conecta diversos atores e performances, gerando uma interpretação integrada e plural acerca do confronto (LOSEKANN, 2013).

Tarrow (2011) argumenta que as oportunidades políticas são “dimensões consistentes - mas não necessariamente formais ou permanentes - do cenário político, ou de mudanças neste cenário, que fornecem incentivos para a ação coletiva, afetando expectativas de sucesso ou fracasso” (p. 163; tradução nossa)⁴³. A existência e disponibilidade de aliados influentes é apontado por Tarrow (Idem) como uma “janela de oportunidade”, que possibilita e influencia o surgimento de uma ação coletiva. Segundo o autor (Idem, p. 166), os indivíduos são encorajados a mobilizar-se coletivamente quando possuem aliados disponíveis para apoiar suas causas perante as Cortes, defendê-los contra repressões, ou negociarem em seu benefício. No caso do CMA, destaca-se a atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público, os quais articulam performances com os advogados populares em um processo de mobilização do direito. Essa relação ocorre principalmente por meio de diálogos constantes e construção conjunta de estratégias de ação. Além disso, os três atores geralmente encontram-se envolvidos nas mesmas causas, uma vez que trabalham diretamente com coletividades vulneráveis. É o caso, por exemplo, da ocupação Izidora, objeto de processos judiciais de autoria tanto do CMA, quanto da Defensoria e do Ministério Público. Os advogados do CMA destacam a importância de pressionar a atuação dessas instituições, aproximando-as dos destinatários das demandas, facilitando os contatos entre eles, repassando informações e até mesmo auxiliando-os na produção de peças processuais.

O vínculo de assistência mútua e apoio não se dá, entretanto, entre o CMA e a instituição como um todo. Os advogados destacam que mantém uma relação mais próxima com a Defensoria Pública e Ministério Público de Direitos Humanos. Outrossim, a relação consubstancia-se em um nível pessoal, ou seja, os advogados do CMA recorrem a defensores e procuradores específicos, mais envolvidos com as causas e interesses em jogo. A esse respeito uma das advogadas salienta que:

⁴³ Versão original: “By the concept of political opportunity, I mean consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political environment or of change in that environment that provide incentives for collective action by affecting expectations for success or failure”.

[...] acho que aqui em BH a gente tem essas relações muito boas, né, com a Defensoria, eu nem diria com a Defensoria, com a instituição Defensoria, eu diria com defensores, né, eu colocaria como aliados, entre aspas, pessoas, não instituições, né, eu acho que principalmente a Defensoria, né, a Defensoria é uma instituição que ainda é nova, e que ainda está em disputa, e eu acho que a gente precisa disputar isso, né, o caráter da Defensoria, porque existe uma disputa interna dentro da Defensoria pela concepção da Defensoria, então a instituição está em disputa, não diria que a instituição é aliada diria que pessoas dentro da instituição são aliadas. Na mesma forma o Ministério Público, num outro contexto, não acho que é uma instituição que está em disputa, já está dado ao que ele veio, mas que dentro da instituição a gente tem pessoas que são aliadas, assim, e acho que isso é muito forte, na nossa atuação cotidiana [...] (ROBERTA, 07 de agosto de 2017).

Além de proteção e fortalecimento mútuo, o CMA atua em conjunto com a Defensoria e com o MP na construção de alternativas e estratégias de defesa de movimentos e outras coletividades. A abertura de espaços estratégicos dentro das instituições, conquistados a partir de diálogos contínuos, e a atuação por meio das instituições, a partir do trabalho de atores estatais pontuais engajados nas causas, são utilizados de forma oportuna pelos advogados populares como meio estratégico de fortalecimento das demandas e combinação de forças. A fala a seguir exemplifica este processo de convergência de esforços, que ocorre quando um dos entes envolvidos na causa, seja o CMA, a Defensoria ou o MP, constata a relevância e indispensabilidade de uma atuação conjunta.

Lá no nosso contexto, Belo Horizonte, a gente conta muito... Faz muita atuação em conjunto com a Defensoria Pública, né, principalmente nos casos das ocupações, que normalmente a gente atua na defesa, e a Defensoria Pública vem depois e entra com a Ação civil pública, que ela é legitimada, né. [...] É, a Defensoria Pública de Direitos Humanos. E no sentido de... às vezes quando a gente tá, tipo assim, com a corda no pescoço, já tem ordem de despejo e não tem como a gente atuar mais, a gente aciona a Defensoria, “ah, agora vocês precisam de fazer isso e tal, vocês têm que intervir no processo de alguma forma”. Então sempre a gente atua em parceria. (NATÁLIA, 25 de maio de 2016).

No mesmo sentido, a fala a seguir exemplifica, a partir do caso das ocupações urbanas, como as estratégias judiciais são pensadas de forma ordenada entre os atores aliados, de modo que as táticas sejam constantemente construídas, redefinidas e substituídas quando necessário e oportuno ao avanço da causa:

No caso das ocupações, né, tem as ações de reintegração de posse, aí a empresa entra com a ação contra o movimento, contra as pessoas que estão ocupando, aí a gente faz a defesa, ou então a gente entra com o recurso no Tribunal, porque normalmente esses casos nunca chegam até o final, a comunidade é despejada antes. A gente consegue essa suspensão, mas quando tem o julgamento final, a gente perde. A gente sempre (...), é comum que a gente perca. Aí quando tá com a possibilidade do despejo já sair, aí a gente (...), a Defensoria tem uma ação que ela é legitimada pra entrar, que é a Ação civil pública, que ela intervém cobrando do Estado. Normalmente ela entra com

ação contra o Estado ou Município, cobrando políticas públicas, o direito à moradia, tem toda uma argumentação. Aí ela, nessa ação que a Defensoria entra, ela pede a suspensão da reintegração de posse, entendeu?

[...]

Enfim, é uma articulação de vários atores e várias ações. Então, assim, a gente senta e pensa: o que é que a gente tem na mão, o que que a Defensoria Pública pode fazer? O que que o Ministério Público pode fazer? O que a gente pode fazer? Igual na Izidora, assim, depois de estar de certa forma divida as tarefas e esgotado o cenário, a gente vislumbrou que a gente podia entrar com um Mandado de Segurança, enfim, e conseguimos com isso a suspensão da operação judicial de reintegração de posse. (ROBERTA, 25 de maio de 2016).

Nota-se também que a manifestação e participação de membros de instituições estatais torna-se, por si só, uma performance estratégica. Como a atuação do CMA gira em torno de questões emblemáticas e questiona estruturas pré-estabelecidas, o apoio daqueles que detêm notoriedade social e jurídica aumenta a aceitabilidade, legitimidade e reconhecimento social da demanda, além de ser relevante juridicamente e tecnicamente na atuação perante o Poder Judiciário. Nesse sentido, um dos advogados salienta:

Então às vezes se uma defensora ou defensor se posiciona numa atuação conjunta com a gente, a gente tem essa dedicação e estamos atuando junto, a gente vai tentar disputar narrativas dizendo: “a Defensoria Pública está com a gente”, isso tem um peso social. Então Defensoria Pública está nessa causa, Defensoria Pública deu esse parecer, ou Ministério Público. Então se tem pessoas dentro das instituições, no Legislativo também, no próprio Executivo, mais raro, mas há. Então, dentro das formatações estatais assim eu acho mais pessoas do que instituições. Eu acho que os formatos estatais, as estruturas estatais são mais inimigas do que amigas. Até desses lugares, por exemplo Defensoria Pública, que tem mais pessoas que se identificam com as causas as quais a gente se identifica também, por mais que existam essas pessoas lá, que são fudas, que é muito massa de estar junto, a estrutura deixa muito a desejar, assim, enfim, ainda tem muitas amarras. (JORGE, 05 de agosto de 2017)

A relação entre o CMA e seus aliados, portanto, ocorre de forma contingencial e estratégica, baseando-se sobretudo na troca de informações e apoio mútuo, seja em atuações diretas, como manifestações, ocupações e embates, seja em atividades intelectualizadas, na Universidade, com a produção de materiais acadêmicos para publicização das causas, seja na participação de reuniões e assembleias. No caso da Defensoria Pública e Ministério Público a relação passa a ser também no sentido de pressionar essas instituições para que cumpram seus deveres constitucionais e atuem satisfatoriamente e colaborativamente em favor das demandas dos grupos assistidos.

4.2.3 A relação com o Poder Judiciário

Com a redemocratização, o reconhecimento de novos direitos e a criação de novas ferramentas processuais, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a arena judicial abre-se como um espaço privilegiado de luta político-social (JUNQUEIRA, 2002). A relação entre a assessoria jurídica popular e o Poder Judiciário, porém, é marcada por inúmeros dilemas, que dizem respeito especialmente à natureza desse Poder: o Judiciário guarda características historicamente opostas aos interesses das populações vulneráveis, ao mesmo tempo em que consiste em um dos principais espaços estratégicos de atuação por advogados populares. Apesar de ser tido majoritariamente como um opositor à atividade desenvolvida pelo CMA – voltada à alteração das estruturas socioeconômicas pré-existentes –, o Judiciário possibilita, a partir de seus trâmites internos, que se discuta legalmente demandas e interesses, influenciando diretamente ou indiretamente lutas políticas e sociais.

A expansão do papel do Judiciário na política nacional e internacional é um consenso entre cientistas políticos e juristas (AKS, 2004; ANDERSEN, 2008; ENGELMANN, 2006, 2007; LOSEKANN, 2013; MACIEL, 2002, 2011). Segundo McCann (2010), para compreender como e porque os tribunais tornaram-se poderosos nos regimes políticos modernos deve-se levar em conta as complexidades políticas e contextos históricos envolvidos neste processo, considerando as relações entre os ativistas e opositores e os atores estatais, bem como a relação dos tribunais com outros atores, além das elites políticas. Nesse sentido, o autor sugere um estudo dos tribunais a partir de uma perspectiva dos usuários, capaz de apreender a importância de seu poder, sua natureza e sua função na sociedade. A partir da abordagem da mobilização do direito, McCann (Idem) refere-se ao direito como um “recurso de interação política e social” (MCCANN, 2010, p. 182) para entender qual o papel desempenhado pelo Judiciário e pelos juízes em tal processo de mobilização.

A análise dos tribunais, nesse enfoque, supera uma visão do Judiciário como mero solucionador de conflitos, evidenciando a influência indireta que exerce sobre as lutas e resistências. Os tribunais moldam o contexto em que o direito será mobilizado, e assim, “o direito articulado pelos tribunais é mais bem compreendido como um conjunto de sinais complexos” (MCCANN, 2010, p. 183) a serem interpretados pelos seus usuários. Em suma, McCann assinala a importância dos tribunais para a mobilização do direito a partir de duas dimensões: a instrumental ou estratégica, e a dimensão que diz respeito a seu poder constitutivo da vida cultural. Apreende-se, pelas falas dos advogados entrevistados, que a manifestação do Judiciário acerca de uma dada demanda, seja contra ou a favor dos assistidos, gera influências

sobre a luta política, fortalecendo-a, por meio de decisões favoráveis ou mesmo desfavoráveis, ou gerando contramobilizações.

O nível instrumental dos tribunais manifesta-se a partir dos precedentes estratégicos que o Judiciário dispõe e da forma como sua atuação previne ou incita, desloca ou transforma conflitos sociais. Assim, segundo McCann (2010), quando o tribunal atua em uma disputa particular ele pode aumentar a relevância da questão na agenda pública, criar novas oportunidades de mobilização em torno de causas, fornecer recursos simbólicos para esforços de mobilização em diversos campos, influenciar de modo significativo a disposição das partes para continuar, para intensificar, para amenizar ou mesmo para se retirar da disputa ou relação em jogo, além de ter a capacidade de gerar diversos tipos de contramobilização. O poder constitutivo da autoridade judicial sobre a vida cultural, por sua vez, diz respeito ao poder que os tribunais possuem para afirmar visões acerca da sociedade, refinar e ampliar a linguagem do direito, e assim influenciar as formas que os cidadãos e autoridades interpretam a realidade.

A importância do Poder Judiciário como arena de luta política, portanto, reside justamente nas influências não apenas diretas, mas principalmente indiretas do uso dos tribunais no processo de mobilização do direito. Apesar da visão crítica que sustentam em relação ao Judiciário, os advogados populares insistem em ocupar esses espaços institucionais por entender que suas influências vão muito além da mera decisão judicial favorável ou não à demanda. As demandas com as quais o CMA envolve-se, inclusive, são mais frequentemente julgadas improcedentes, sendo assim, atuar perante os tribunais pode ser seguramente entendido como uma atividade de resistência e enfrentamento. O emprego estratégico dos instrumentos disponíveis na arena judicial, assim, mostra-se como uma possibilidade de manipulação das formalidades em favor de demandas de cunho popular. Na fala a seguir a advogada destaca o pessimismo dos advogados em relação ao Judiciário, mas ressalta a necessidade de se ocupar essa arena para uma construção gradual de pequenos êxitos.

Então, é um espaço [o Judiciário] que a gente leva muita porrada, que a gente já entra perdendo. E toda a estrutura dele já tá montada pra manter o *status quo*, né. Aí nosso entendimento do Judiciário é o seguinte: a gente tá em território inimigo, a gente precisa manipular as regras desse campo, que muitas vezes, muitas vezes não, na maioria das vezes, é de onde saem as principais decisões de opressão, né, que fortalece o sistema de opressão, e aí a gente tem que manipular as regras e achar as brechas dentro, e a gente tem conseguido em alguns casos. (PAULA, 05 de agosto de 2017).

A relação com o Poder Judiciário, porquanto, é citada pela totalidade dos advogados entrevistados como uma das principais dificuldades no desempenho da advocacia popular. O Judiciário é considerado machista, conservador e patriarcal e historicamente vinculado à

manutenção das desigualdades sociais. Os obstáculos e complexidades característicos desta relação diz respeito principalmente à estrutura e organização do Judiciário, marcado pela morosidade, burocratização e formalismo excessivo, que, por outro lado, contrasta com a urgência e essencialidade das causas defendidas pela advocacia popular. Salientam os advogados do CMA, como se vê na colocação abaixo, que o sistema de justiça não se compromete com as lutas populares, privilegiando estruturas econômicas e de poder pré-estabelecidas em detrimento das parcelas mais subalternizadas da população, que constantemente vêem seus direitos negados e violados.

[...] lidar com o Poder Judiciário é extremamente desgastante, né. Aqui em Minas nós temos um dos Judiciários mais conservadores, assim, do País, né, e que não tem... Não respeita mesmo as leis quando se trata de luta social, né, passa por cima da função social da propriedade, do direito à cidade, do direito à moradia, passa por cima desses direitos, ignora esses direitos solenemente, né. Então uma primeira dificuldade que a gente encontra é nessa própria atuação num espaço de poder, de privilégios extremamente conservador, né, machista, patriarcal, enfim, o Poder Judiciário traz todas essas características que vão de encontro à perspectiva que a gente defende, né, e sustenta. (MÁRIO, 09 de março de 2017).

Apesar de pautar sua atuação a partir do princípio “pé na terra” e da intimidade no trato com os movimentos assistidos, lidar com o Judiciário exige que o advogado popular se incorpore à lógica do sistema, seja por meio da linguagem, da vestimenta ou das formalidades que o ambiente requer, permanecendo em constante trânsito entre a informalidade dos territórios que atua, e as exigências do ambiente institucional. Tais elementos constituem os aspectos concretos que marcam os limites entre os distintos mundos dos quais os advogados querem se diferenciar, mas que também servem para diferenciá-los de outras formas de organização contestatória. Equalizar essas fronteiras de modo a dialogar esses dois “mundos” e realidades é um desafio a mais para a advocacia popular. O CMA procura aproximar a vivência dos assistidos ao sistema judicial a partir de diferentes performances, como por exemplo o requerimento de inspeção judicial⁴⁴ no local em litígio (é o caso da ocupação estudantil MOFUCE, objeto de disputa entre estudantes universitários e a UFMG, que foi inspecionada pessoalmente pelo juiz competente durante o processo judicial), e a juntada de

⁴⁴ Na inspeção judicial o magistrado emprega sua melhor percepção, de modo a que possa construir um raciocínio lógico e estruturado, capaz de formar seu convencimento e permitir que as partes ou qualquer do povo que venha a conhecer sua sentença ou sofrer seus efeitos possa também compreender o quanto decidido. O juiz vai ao local, observa coisas, inquire pessoas, enfim pratica atos sensoriais que possam lhe auxiliar no julgamento. A inspeção, contudo, não pode ser mero capricho ou curiosidade. Trata-se de ato excepcional, que somente deve ser praticado quando for verdadeiramente indispensável e ter nitidamente delimitado o que será seu objeto. Fonte: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=559>. Acesso em dezembro de 2017.

fotos, vídeos e cartas dos demandantes nas peças processuais. O objetivo dessas práticas é, segundo salienta um dos advogados, “humanizar o processo”, tornando-o menos insensível e mais tangível aos demandantes.

A relação com o Poder Judiciário busca ser construída de modo a dar voz aos destinatários da demanda, a fim de que os julgadores se tornem aptos a compreender a realidade, as vivências e as dificuldades das coletividades assessoradas. Para tal, é necessário que o discurso do assistido seja traduzido a uma linguagem de direitos, legitimada pelo Judiciário e reconhecida no âmbito das instituições legais. O trecho a seguir evidencia a forma como os advogados encaram a tarefa de transmitir um pleito social a partir de uma linguagem jurídico-legal. Tal atividade torna-se um desafio à medida que se corre o risco de desagregar a demanda judicial final dos verdadeiros interesses dos movimentos, a fim de enquadrá-los em formalidades excessivas e distantes de sua realidade.

Quando eu entrei como orgânico no Coletivo, eu lembro disso: em uma reunião com o movimento da população em situação de rua, eu perguntando pra galera, né, pessoas em situação de rua, numa ação que a gente tava fazendo, “que que vocês querem? Que que vocês querem que a gente peça, que a gente coloque? Fale com suas palavras, a gente vai, né, tentar transmitir ao máximo o desejo de vocês dentro desse instrumento jurídico”. E aí a galera: “a gente quer que acabe com a polícia, a gente quer que acabe a Polícia Militar”. Como é que eu vou pedir isso, sacou? Então é um puta desafio, assim. É tentar cuidar de anseios e desejos que o direito posto não dá conta, sabe. Tem tipo um mês que eu fui fazer uma sustentação oral, né, e nas peças a gente coloca tudo, né, tudo que a gente pode pensar de argumento. Aí eu fui me preparar pra sustentação e falei: cara, se eu falar desse direito à moradia aqui, embora ele esteja previsto na Constituição, embora ele seja uma corrente forte e tal, mas não é forte nos tribunais, não é forte na estrutura posta no Brasil, os caras vão rir da minha cara. Não é estratégico eu colocar isso, que é uma disputa que eu quero, né, eu quero que o direito aceite isso, mas se eu colocar isso eu vou perder, né, porque os caras vão olhar pra minha cara e falar: “[...] Você tá falando que nem um louco.” Então, assim, esse desafio de colocar desejos que o direito posto não dá conta, e eu não sei se algum direito dará conta, ou já deu, ou dá, é um desafio imenso da advocacia popular no formato que eu também gosto de fazer, porque tem vários formatos de advocacia popular, no formato que me encanta muito, assim, que é tentar aproximar ao máximo o direito dos anseios dos movimentos mesmo, assim, dos territórios. (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Outra percepção levantada pelos advogados do CMA acerca do Poder Judiciário diz respeito à formação e estruturação deste Poder, constituído primordialmente por grupos privilegiados da população, que acabam, no desempenho de suas funções, por preservar seus privilégios e resguardar a segurança do sistema posto. Tal característica tem efeitos diretos sobre a forma que se estabelece sua relação com esses atores institucionais, que contam com pouco ou quase nenhum conhecimento espontâneo acerca da realidade e dificuldades enfrentadas pela parcela pobre e vulnerável da sociedade brasileira. Nesse sentido:

[...] tem que entender também o que é o Judiciário, né, quem são essas pessoas, de onde vêm essas pessoas. São reis e rainhas, assim, noventa e nove reis e uma rainha. São homens, são brancos, não entendem. Se você chegar lá com uma reivindicação feminista ou contra o racismo, eles não entendem porque, antes mesmo do direito, socialmente elas não enxergam. Então é foda isso, assim, é muito foda, muito mais violador, sem dúvidas. São pessoas que, pra elas, elas não estão violando, pelo contrário, elas são garantidores, do quê? Do *status quo* delas. Então talvez também tenha essa importância em disputar o Judiciário, disputar com essas pessoas, disputar não só o Judiciário, mas com as pessoas que estão lá, com os donos do poder. Tentar fazer uma mudança efetiva no diálogo. (JORGE, 05 de agosto de 2017).

A relação de advogados populares com o Poder Judiciário geralmente ocorre de forma responsiva, ou seja, acontece quando estes profissionais se encaminham às Cortes para defender movimentos sociais e seus membros em ações de reintegração de posse ou ações criminais, por exemplo. Nessas situações, principalmente quando se está diante da questão da terra, as confrontações em âmbito judicial são ostensivas, haja vista estarem em disputa concepções individuais e coletivas de propriedade e direitos humanos. Por outro lado, em algumas ocasiões, quando estritamente necessário, o Judiciário é buscado como arena de atuação estratégica de luta. Isto ajuda a compreender, por exemplo, um dos aspectos mais relevantes extraídos das entrevistas: a dualidade do Poder Judiciário, ora visto como opositor, consistindo em um dos principais obstáculos à atuação destes profissionais, ora como aliado, a partir da atuação de atores específicos, dentro do sistema de justiça, comprometidos com uma interpretação e aplicação da lei que respeite e garanta os direitos das camadas populares. Carlet (2010), a partir de entrevistas realizadas com advogados populares chega à conclusão semelhante:

[...] primeiro, os advogados ao longo da sua prática vêm obtendo decisões judiciais favoráveis aos movimentos sociais; segundo, os advogados populares passaram a perceber que o trabalho técnico-processual que realizam, vem sendo capaz de influenciar positivamente uma parcela destas decisões. Seja por estas ou outras razões, o fato é que os advogados populares parecem estar cientes de que o Poder Judiciário é um espaço contraditório na luta jurídico-política, podendo tanto ser um entrave, quanto uma arena importante para fortalecer e efetivar direitos (CARLET, 2010, p. 92).

Diante destas considerações e tendo em vista a análise das relações dos advogados populares com os principais atores envolvidos no processo de confrontação política em que se localizam, passamos a abordar a seguir as conclusões acerca do papel desempenhado pelo CMA no cenário político, jurídico e social em que está inserido. A análise de tal estudo tem como pano de fundo o atual contexto de luta e resistência na cidade de Belo Horizonte contra os avanços do projeto neoliberal hegemônico, que se concretiza, por exemplo, nas investidas

contra as populações mais pobres, nas violências policiais e nas violações de direitos por grandes empreendimentos e empresas.

4.3 O COLETIVO MARGARIDA ALVES COMO ATOR HÍBRIDO: PERCEPÇÕES, AFETAÇÕES E ATIVAÇÃO DE FRONTEIRAS

Entender o advogado popular como um ator implicado num dado contexto de confronto político parte da compreensão da assessoria jurídica popular como uma prática jurídica, política e social. Partindo-se do caso típico selecionado no presente trabalho, buscaremos analisar como o CMA constitui-se e entende-se como ator nesse cenário, e quais as funções que desempenha em conjunto com os demais atores no processo de mobilização do direito. A partir da análise de suas relações e organização interna, realizada acima, foi possível apreender como ocorre a constituição de redes de aliados, as causas em que se envolvem majoritariamente, bem como alguns papéis que desempenham no contexto de confrontação na cidade de Belo Horizonte e região. Buscaremos, neste último tópico, pormenorizar esses papéis e funções, assimilando o CMA como ator específico neste processo a partir, principalmente, dos aspectos e percepções individuais abordadas pelos advogados entrevistados. Entende-se que, dessa forma, torna-se possível distinguir o CMA dos demais atores e compreender como os advogados projetam-se no cenário de confronto.

4.3.1 O CMA como ator em construção: afinidades e distinções internas

O CMA consiste em um grupo marcado pela heterogeneidade e pluralidade. A trajetória acadêmica e profissional dos advogados revela que os mesmos advêm de realidades distintas, dispõem de maior ou menor tempo para se dedicarem ao Coletivo, e têm vivências tanto duradouras quanto recentes com as lutas e trabalhos de base. Além disso, os profissionais possuem diferentes formas de encarar a advocacia popular e o emprego do direito. Assim, apesar de pautarem sua atuação a partir do entendimento mútuo e pensarem as estratégias em conjunto, os estímulos e fundamentos podem variar. Alguns advogados adotam um posicionamento marxista, entendendo o direito como um dos instrumentos de construção de uma política revolucionária; outros já preferem focar nas garantias e avanços alcançados pelas camadas populares a partir do direito, encarando-o como ferramenta disponível para garantia e reconhecimento de novos direitos.

A socialização política também é um ponto que diferencia os advogados entre si. Cada um dos entrevistados citou uma experiência específica que, segundo eles, foi fundamental em seu processo de construção pessoal e profissional, e na opção pela militância política e advocacia não tradicional. A socialização política ocorreu majoritariamente por meio da participação em grupos de pesquisa e extensão de Universidades (como por exemplo o Grupo Pólos de Cidadania e Programa Cidade e Alteridade, ambos da UFMG), envolvimento em movimento estudantil, na Igreja (a partir do contato com a Teologia da Libertação), na militância em movimentos sociais ou em estágios junto a órgãos voltados aos Direitos Humanos, com destaque para a Defensoria Pública. Foi nesses ambientes, segundo os advogados, que se tornou possível um repensar do direito a partir de uma prática profissional socialmente engajada.

O envolvimento direto em organizações políticas e movimentos sociais também pode ser apontado como um fator que difere os advogados entre si e assegura heterogeneidade ao CMA. Alguns advogados são diretamente e organicamente envolvidos na militância de movimentos sociais e organizações políticas, como as Brigadas Populares, e outros dedicam-se apenas ao trabalho no CMA, sendo que as relações com movimentos decorrem exclusivamente do desempenho da atividade de assessoria jurídica. A maioria dos advogados não são membros de movimentos, e ressaltam que mesmo que não se envolvam diretamente em sua estruturação e dia-a-dia, consideram-se militantes das causas para as quais advogam. O discurso das advogadas a seguir explicita que, para elas, o envolvimento afetivo e ativo nas causas está intrinsecamente relacionada à própria natureza da advocacia popular, diferenciando-a das demais práticas jurídicas, em que a relação ocorre entre advogado e cliente, e não entre advogado e causa.

Eu me considero militante. Acho que ser advogada popular é entrar nisso de corpo e alma, assim, é estar presente de vários jeitos, né, emocionalmente, fisicamente, epistemologicamente, de todos os jeitos possíveis. Então me considero. É estar junto, não é só estar de fora de jeito nenhum. (LUANA, 03 de agosto de 2017).

Eu não sou parte dos movimentos, eu não sou orgânica e tal. A gente atua muito na relação de parceria, assim. Tem várias margaridas que são orgânicas de movimento, tem inclusive fundadores de movimento, aí tem uma relação mais orgânica, assim, é um pouco diferente. Mas enquanto coletivo a gente tem pautado muito essa autonomia em relação aos movimentos, né, enquanto parceiros. (PAULA, 05 de agosto de 2017).

Apesar das distinções assinaladas, os advogados do CMA aproximam-se por terem tido experiências semelhantes durante a graduação, as quais, de algum modo, influenciaram-nos na escolha pela advocacia popular. A grande maioria dos advogados (dez) cursou a graduação em

Universidades Públicas (UFMG, UFOP e UFV), e quatro cursaram em faculdades particulares (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Escola Superior Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos). Alguns dos entrevistados afirmaram que a opção pelo curso de Direito ocorreu por pressão social e familiar ou por dúvida e falta de opção, enquanto outros disseram que já planejavam ingressar no curso desde a infância ou adolescência. Uma resposta recorrente, porém, diz respeito à frustração durante a graduação, constituída, segundo eles, por um ensino elitista, conservador e formalista. Ante a insatisfação com o curso, foi necessário buscar outras formas de se envolver com as questões acadêmicas e ideológicas que os atraíam, momento em que, cada um a seu tempo, buscou como refúgio acadêmico e político grupos de pesquisa, estudos em teorias críticas, envolvimento com movimentos e estágios profissionais em que poderiam ter contato com causas voltadas à defesa de minorias.

Em relação às motivações que impulsionam a prática da assessoria jurídica popular, pode-se afirmar que elas coincidem em torno de uma vontade comum de transformação social e militância política. Por não se entenderem como movimento social, os advogados destacam que o CMA não possui um projeto político, mas sua atuação tem como base uma crítica comum à prática e ao ensino jurídico. As motivações, assim, referem-se aos compromissos pessoais, políticos, ideológicos e profissionais desses atores. Conforme salienta Junqueira (2002), a questão da motivação perpassa a compreensão das razões e experiências que levaram advogados a optar pela luta social a partir do direito, os quais estão intrinsecamente relacionados às suas concepções de injustiça e ao estímulo para alterar a realidade de opressão. O trecho a seguir destaca a importância da motivação ideológica para ingressar e permanecer na prática da advocacia popular.

[...] as motivações [para a advocacia popular] são mais ideológicas mesmo. Eu não conseguiria trabalhar com alguma coisa que eu não acredito, assim, entendeu? Desde que eu comecei o curso de Direito, eu nunca...Acho que o único estágio que eu fiz que foi [diferente] foi tipo esse no INSS, né, que advogava pro Estado, pra União, e um outro estágio que fiz em gabinete...Eu sempre estive do lado oposto da força. Então, eu sempre advoguei pra sindicato, o próprio estágio na Defensoria... Às vezes que eu estive em escritório, eram escritórios que só pegavam causas populares, né, não eram escritórios de massa que defendiam grandes empresas. Eu não me imaginaria, eu não me imagino trabalhando com alguma coisa que seja pra defender uma grande empresa, ou dentro da própria estrutura mesmo do sistema de justiça, com um juiz ou um desembargador, que vou ter que seguir o posicionamento dele que não é meu posicionamento. (Larissa, 07 de agosto de 2017).

Percebe-se que o vínculo fundamental de conexão e união entre os advogados do CMA consiste justamente nas suas motivações comuns, que coincidem no sentido de realizar uma advocacia engajada em prol de coletividades em situação de vulnerabilidade. O envolvimento

político e as ideologias por trás dessa atuação, porém, variam e garantem uma heterogeneidade ao Coletivo. A impossibilidade de caracterizar os advogados de forma uniforme é um obstáculo, apontado inclusive pelos próprios advogados, no desígnio de classificar o CMA como ator político específico. Uma das advogadas (Luana) aponta que uma classificação do Coletivo enquanto ator político é uma tarefa ainda impensável aos advogados, ante a fluidez das funções por ele desempenhadas e os vários papéis assumidos por seus membros a depender do contexto e da causa em que se envolvem. Para ela, o CMA não poderia ser classificado como ONG, movimento social, grupo de interesse ou partido. Essas mesmas questões são levantadas na fala a seguir, e demonstram que, para os advogados, o CMA ainda é um ator em construção, que vem sendo concebido, pensado e planejado a medida que exerce seu trabalho e atua em campo.

O Coletivo Margarida Alves é uma organização política? O Coletivo Margarida Alves se aproxima por exemplo do terceiro setor? Ele vai se constituir como elemento ali próximo do terceiro setor? Ele tem uma atuação mais nessa linha? O Coletivo Margarida Alves vai ter uma atuação mais de mediação dos atores, entre as forças políticas e de uma certa neutralidade, e vai ter uma atuação mais técnica? Então, são questões que na realidade eu acho que não estão bem definidas ainda pro CMA, que estão em aberto (LUCAS, 03 de agosto de 2017)

Ao mesmo tempo em que apontam a impossibilidade de se reconhecerem ou classificarem como um ator específico no contexto de confrontação, essa categorização em aberto é citada como uma potencialidade por alguns dos membros do CMA. Não se enxerga uma preocupação dos advogados no sentido de conceituar ou rotular a atividade desenvolvida pelo Coletivo. Sua multiplicidade no que diz respeito aos membros, atividades, funções, relações e performances figura-se como uma possibilidade de abertura para novas oportunidades de atuação, para sua constante reinvenção e adaptação às novas causas e movimentos a serem assessorados. A fala a seguir evidencia como uma das advogadas encara a heterogeneidade do CMA e como esse fator é utilizado de modo a favorecer e fortalecer sua atuação.

Eu acho que é importante marcar, isso você já percebe, isso é constitutivo da gente, é principiológico, o Coletivo é múltiplo, assim, a gente não tem uma linha política super fechada, nem um referencial teórico unânime, nenhum jeito, protocolo de atuação específico, tipo, isso a gente acha que é importante, ser assim. E, enfim, é isso.[...]. Eu acho que isso é constitutivo, e importante, porque..., a princípio, de manter essa identidade não fixada. A gente tem essa pegada, desse trabalho que não tem um protocolo fixo, atores fixos e atuação em rede, e isso é imprescindível nas nossas vitórias. É muito a partir dessa multiplicidade, dessas possibilidades de multiplicidade que a gente consegue engrossar o caldo, crescer, ganhar força e alcançar vitória. Na Izidora, por exemplo, é uma rede de mais diversos atores, com as mais diversas pegadas, e foi só esse caldo, essa unidade muito bagunçada, que fez possível toda essa resistência, assim, então a gente entende isso como muito importante. Mas é isso,

assim, como... acho que não tem muita receita de como cada um chega na advocacia popular, são origens muito diferentes, e *clicks* muito distintos, mas acho que o que a gente têm mais em comum é essa vontade de construir um espaço contra-hegemônico, assim, e de construir essa narrativa contra-hegemônica, assim, produzir essa narrativa do direito contra-hegemônico, assim. Então todo mundo ali meio que não é da pegada tradicional do direito, ninguém gosta de... ninguém do Coletivo é “nossa, meu sonho é ser um advogado, uma advogada. Amo, adoro essas coisas burocráticas, quero estar na instituição”, enfim, ninguém do Coletivo pensa muito isso. Tá aí muito a partir dessa vontade de transformar pelo direito [...]. (NATÁLIA, 16 de outubro de 2017).

Ante as características apontadas, e as próprias percepções dos advogados membros acerca do CMA, seria possível classificá-lo como ator político específico no cenário de luta e resistência? Optamos por entender o Coletivo como um ator híbrido, o qual, no processo de formação e construção interna e externa em que se encontra, associa diferentes performances, aproximando-se ora da prática de um dado ator, ora de outro. Isso ocorre partir de um processo contínuo de transposição de barreiras e atravessamento de fronteiras, analisado a seguir.

4.3.2 Performances institucionais e não institucionais: ativação e dissolução de fronteiras

A assessoria jurídica popular realizada pelo CMA, como já restou demonstrado no capítulo anterior, é marcada pelo emprego de performances variadas, que conjugam afetividade e envolvimento íntimo e pessoal com as causas e com os indivíduos assistidos, e atuação técnica, voltada ao convencimento do Poder Judiciário, à discussão acadêmica e às relações com autoridades estatais. Observa-se, assim, um trânsito constante entre a institucionalidade e a não institucionalidade na construção de suas performances, a depender das oportunidades políticas e legais que se abrem, bem como dos enquadramentos significativos das ocorrências de seu espaço-mundo, que influenciam diretamente o processo de construção estratégica de mobilização coletiva, seja institucional ou não.

O processo de mobilização conduzido pelo CMA pode ser entendido, portanto, a partir de um mecanismo analítico específico: o mecanismo de ativação de fronteiras (*boundary activation*), intrinsecamente relacionado à forma como se estabelecem as relações entre o Coletivo e os demais atores. Mecanismos, na sociologia analítica proposta por McAdam, Tilly e Tarrow (2005), constituem-se como categorias menores capazes de explicar fenômenos sociais, ou seja, reduções analíticas aptas a desvendar processos sociais, rompendo com as macro-explicações. “Contemplamos mecanismos como tipos delimitados de acontecimentos que mudam as relações entre conjuntos específicos de elementos de maneiras idênticas ou muito

similares em toda uma diversidade de situações” (Idem, p. 27; tradução nossa)⁴⁵. O mecanismo chave no contexto ora em análise encontra-se justamente na posição dos sujeitos envolvidos no processo de mobilização do direito e na especificidade de sua atuação. Os advogados populares, como profissionais responsáveis por atuar juridicamente em favor de movimentos sociais, circulam entre o ativismo e a institucionalidade do Estado, empregando performances que variam entre o espaço institucional e não institucional, sempre carregadas pelo envolvimento político, emocional, ideológico e pessoal com a causa. Conforme salienta Losekann (2015, p. 14),

nos casos de mobilização do direito, por se tratar do confronto através de um campo constituído com relativa autonomia e acesso difícil é fundamental para a sua realização que os desafiadores e sujeitos estabeleçam vínculos e criem performances colaborativas que atravessarão as fronteiras da política institucional e não-institucional.

Quando Tilly e Tarrow (2015) referem-se à ativação de fronteiras, falam acerca do mecanismo responsável por criar novas fronteiras, ou cristalizar existentes, formando identidades políticas no processo de confronto político. Tal mecanismo, porém, pode ser interpretado de forma a se aplicar à posição dos advogados populares, os quais encontram-se em constante dinâmica entre a “fronteira” do ativismo e a “fronteira” da institucionalidade, movimentando-se entre elas de forma estratégica. Losekann (2013) chama esse movimento de “processo transinstitucional de contestação”.

A articulação entre a esfera jurídica e a política é marcada por constantes tensões que, conforme salienta Vértiz (2013), dizem respeito às regras de funcionamento específicas de cada um dos âmbitos em que estes profissionais atuam. Cada um dos espaços é marcado por atores bem definidos e por maneiras interiorizadas e específicas de atuar. O campo jurídico, mobilizado e articulado com frequência pelos advogados populares no desempenho de seu trabalho, é conceituado por Bourdieu como um “universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima” (1989, p. 211), a qual pertence ao Estado e pode revestir-se do exercício de força física. O campo social, em geral, consistiria em um espaço social específico onde se definem as relações sociais de acordo com um dado tipo de

⁴⁵ Versão original: “Contemplamos los mecanismos como tipos delimitados de acontecimientos que cambian las relaciones entre conjuntos especificados de elementos de maneras identicas o muy similares en toda una diversidad de situaciones”.

poder ou capital possuído pelos agentes que “lutam” ou “jogam” nesse espaço social. Para o autor (1989, p. 212):

O campo jurídico é o lugar da concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa do mundo social. É com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas.

O pertencimento do sujeito a um dado campo está diretamente relacionado ao conceito de *habitus*. O *habitus* consistiria em uma predisposição, uma tendência, uma propensão, que orienta as ações sociais conforme o “sentido do jogo” (Idem) sendo ao mesmo tempo produto das estruturas sociais (estrutura estruturada) e produtor social de práticas dos agentes (estruturas-estruturante).

O *habitus*, sendo o produto da incorporação da necessidade objetiva, da necessidade feita virtude, produz estratégias que estão objetivamente ajustadas à situação objetiva, ainda que estas estratégias não sejam nem o produto da intenção explícita sobre os objetos conscientemente perseguidos, nem o resultado de alguma determinação mecânica por causas externas. A ação social está orientada por um sentido prático, que poderíamos chamar de um “sentido do jogo”. (Idem, p. 81; tradução nossa)⁴⁶.

Enfim, o *habitus* possui sua própria lógica ou sistematicidade, fruto de sua durabilidade e transferibilidade dentro do campo. As categorias jurídicas empregadas pelos advogados tendem a reproduzir-se no tempo, e as mudanças potenciais no interior do campo jurídico encontram-se limitadas pelas categorias nele aplicadas. Trata-se de entrar no jogo, aceitar o direito como forma de resolver conflitos, e aceitar as decisões exaradas pelos juízes competentes “em dizer a verdade” (BOURDIEU, 1989).

Como um campo relativamente autônomo e dotado de lógica própria, o campo jurídico requer a observância de regras e formalidades específicas pelos atores que nele se inserem, revelando-se inacessível àqueles que não dominam tais diretrizes. Por tal motivo, cabe ao advogado popular atravessar e reatrasar, incessantemente, a linha tênue entre política e judicialidade de modo a possibilitar a efetividade do acesso à justiça àqueles com quem se aliam

⁴⁶ Versão original: “El *habitus*, siendo el producto de la incorporación de la necesidad objetiva, de la necesidad hecha virtud, produce estrategias que están objetivamente ajustadas a la situación objetiva, aunque estas estrategias no sean ni el producto de la intención explícita sobre objetivos conscientemente perseguidos, ni el resultado de alguna determinación mecánica por causas externas. La acción social e. está orientada por un sentido práctico, por lo cual podríamos llamar un “sentido del juego”.

no contexto de lutas. As diferentes performances empregadas e as relações desenvolvidas em cada uma das fronteiras (institucional e não institucional) acionam diversos mecanismos, entre eles a ativação de fronteira, que opera de modo a possibilitar a interação entre Poder Público e os movimentos sociais - realizada pelos advogados no processo de mobilização do direito -, com fins de possibilitar, segundo eles, um uso contra-hegemônico do direito, que além de sua institucionalidade inerente, leva à apreciação do Judiciário questões relacionadas à resistência e transformação de estruturas predominantes.

O mecanismo de ativação de fronteiras evidencia tanto as aproximações quanto os distanciamentos entre o CMA e os movimentos sociais assessorados. Ao se buscar classificar o CMA como ator político no contexto de confronto político, a conclusão mais evidente a que se poderia chegar, tendo em vista os objetivos perseguidos pelo CMA, seria classificá-lo como movimento social, dotado de repertório próprio e de uma campanha articulada em face de alguns alvos pré-determinados (como por exemplo autoridades estatais e grandes empreendimentos). Tendo como base a abordagem de Tilly, porém, que caracteriza um movimento social como “um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas” (2010, p. 142), que combinam campanha, repertório e demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento, torna-se uma tarefa árdua classificar o CMA como movimento social. Isto porque, configurando-se como uma prática em construção, formada por atores de diferentes linhas ideológicas e políticas, que atuam a favor de uma pluralidade de coletividades, não se torna possível visualizar uma identidade comum entre seus membros, necessária à configuração de um movimento social. Tilly (2010) sustenta que os movimentos sociais combinam três tipos de reivindicações: programa, posição e identidade. Ou seja, envolvem apoio a uma causa, afirmam laços e similaridades com outros atores políticos, e sustentam o “nós” (reivindicadores) como uma unidade a ser enfrentada.

A identidade coletiva, em específico, concebida como um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais, não pode ser claramente observada entre os membros do CMA. Conforme salienta Jasper e Polletta, a identidade coletiva seria “uma conexão cognitiva, moral e emocional de um indivíduo com uma comunidade, categoria, prática ou instituição. É a percepção de um *status* ou relação compartilhados, que deve ser imaginada mais que experienciado diretamente” (POLLETTA, JASPER 2001, p. 285; tradução nossa)⁴⁷. Como salientado, as diversas posições observadas no Coletivo impossibilitam a verificação de uma

⁴⁷ Versão original: “we have defined collective identity as an individual’s cognitive, moral, and emotional connection with a broader community, category, practice, or institution. It is a perception of a shared status or relation, which may be imagined rather than experienced directly [...]”

identidade comum entre seus membros. Não obstante o Coletivo seja formado atualmente apenas por advogados, ele permanece aberto à atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, todos os advogados entrevistados manifestaram-se no sentido de não considerar o Coletivo como um movimento social, afastando assim o elemento subjetivo e cognitivo necessário à verificação da unidade.

Como um dos atores envolvidos no contexto de confronto político, observa-se que o CMA opera segundo estruturas de oportunidades políticas, utilizando-se de canais de expressão e reivindicações que se abrem a partir de dinâmicas políticas, bem como mobiliza recursos materiais e humanos no desempenho de suas funções. Nesse ponto, percebe-se que o CMA em muito se assemelha à prática dos movimentos sociais. Meili (2006) e Shdaima (2006), tendo em vista tais características e com base na Teoria do Processo Político, defendem a possibilidade de identificação dos advogados de causa como movimento social. Para Shdaima, esses profissionais, geralmente marginalizados no exercício da profissão, possuem uma agenda compartilhada, obtêm satisfação profissional e pessoal com o trabalho que desempenham e identificam-se com as causas dos movimentos para os quais advogam. Meili, por sua vez, a partir da análise dos advogados em defesa dos direitos do consumidor nos Estados Unidos, afirma que por possuírem uma agenda comum, que se opõe a determinadas estruturas e atores, esses profissionais possuem um senso de identidade coletiva.

No caso do CMA, porém, não é possível observar, tanto nas práticas quanto nos discursos, um senso compartilhado de identidade coletiva. Conforme assinalam Jasper e Polletta (2001), a identidade coletiva de um grupo pode ser, em um primeiro momento, reconhecida por indivíduos externos (*outsiders*), mas depende, em certa medida, da aceitação daqueles a quem se aplica. Os membros do CMA enxergam-se muito mais como parceiros dos diferentes movimentos sociais que assessoram do que como um movimento social específico e autônomo. As falas a seguir exemplificam as percepções dos advogados acerca da questão:

O Coletivo não tem isso fechado, assim, mas o coletivo não se entende como uma organização política. Porque a gente não tem uma perspectiva de expansão, de projeto de poder definido, até porque a gente assessoria movimentos que tem projetos bem diversos, assim, óbvio que dentro de um campo que a gente acredita, né, obviamente. Então a gente... eu não sei, eu não sei, a gente ainda não tem isso fechado dentro do coletivo.

[...]

O método que eu acho que é diferente. Mas a gente não tem essa característica por exemplo de expansão territorial, de ter um fim com um projeto nacional, por exemplo, entende? Então nesse sentido a gente não é uma organização política. (PAULA, 05 de agosto de 2017).

Uma observação frequentemente apontada pelos advogados é o fato de o CMA não possuir, além de uma identidade compartilhada, objetivos concretos e claros de reforma política e um projeto político-social definido a ser implementado, o que os diferenciaria dos movimentos sociais. Além disso, diferenciariam-se dos movimentos por empregarem métodos, nas palavras da advogada, ou estratégias de ação distintas, que associam conhecimento técnico jurídico a trabalho de base. Nesse sentido, Tilly (2010) afirma que é comum que as análises sobre ação coletiva confundam as práticas de movimentos sociais com as organizações e redes que as apoiam. Dessa forma, o Coletivo poderia ser encarado muito mais como um ator apoiador, implicado em uma rede ampla de ação coletiva em um contexto de confronto político, do que necessariamente um movimento social.

Apesar de sua importância e alcance no contexto da cidade de Belo Horizonte, atingindo até mesmo relevância nacional e internacional na luta por direitos, o CMA constitui-se como um grupo pequeno, ainda em construção e em constante reinvenção e debate no que tange às suas funções e papéis. Classificá-lo como movimento social, portanto, demandaria um esforço precipitado, tendo em vista os dilemas internos observados, a heterogeneidade dos membros e a forma como se reelaboram a depender do movimento e da causa com que se relacionam. Não se sustenta, todavia, que os movimentos sociais sejam, por regra, homogêneos e invariáveis. Entretanto, possuem, em tese, uma pretensão de unicidade e uma raiz comum, estando organizados em torno de uma causa específica compartilhada por seus membros, característica que até o momento - alguns anos após sua criação -, não pôde ser observado na experiência do CMA. Mais razoável, portanto, compreender em que medida o CMA aciona seus diferentes perfis e atributos no processo de mobilização, a partir das várias performances empregadas.

É evidente que o CMA incorpora em seu repertório performances clássicas de movimentos sociais, evidenciadas nos trabalhos de base e ações diretas, como manifestações e ocupações, assembleias e reuniões com os poderes estatais. Essas atividades, porém, são sempre realizadas de forma conjunta com um movimento social, seja estabelecido ou em construção, e orientadas à defesa de diferentes causas, a depender do movimento assessorado naquele momento. Sua atuação, pode-se dizer, é fluida e intercambiante, e mobiliza o mecanismo de ativação ou dissolução de fronteiras, ora se expressando a partir de práticas típicas de movimentos, ora como profissionais parceiros na prestação de assessoria. Marshall (2006) afirma que, como especialistas na área do direito e informados sobre as elites, os advogados de causa podem ser concebidos como profissionais parceiros fundamentais que dirigem os movimentos sociais às arenas institucionais. Não cabe, para a autora, separar as estratégias institucionais das não institucionais, isso porque a litigância, estratégia, tida como institucional,

também é confrontativa, e aponta erros, responsabilidades e nomes. Portanto os advogados transitam entre a identidade de ativistas e de profissionais. À medida que se entendem como ativistas, reconhecem que poucos problemas podem ser integralmente resolvidos a partir de ações judiciais, apoiando, ao lado da litigância, ações diretas e outras estratégias políticas capazes de dar voz aos grupos marginalizados. O trecho a seguir evidencia esse posicionamento, uma vez que, para a advogada, a linha que separa o ativismo e a atividade profissional é tênue, e torna-se difícil separar as duas práticas completamente:

E a gente exerce papéis diferentes também nos processos, né. Apesar de que isso é muito tênue. Depende muito na verdade, né, do processo. Mas normalmente a gente ocupa mais um espaço de assessoria jurídica, junto com uma militância política. É confuso na verdade, porque depende do processo. Então tem processo que a gente é muito mais assessoria jurídica, e tem processo que a gente é muito... bem parecidos com movimentos. (PAULA, 05 de agosto de 2017).

Sendo mais bem caracterizada como uma atividade profissional técnica diretamente implicada no processo político, a advocacia popular realizada pelo CMA constrói um repertório de mobilização que guarda características tanto de (a) movimento social, ao atuar diretamente e afetivamente com os demandantes em favor de suas causas, realizar trabalho de base em territórios (mesmo que de forma esporádica), construir relações horizontais e colaborativas com os assistidos, militar em favor das causas para as quais atuam por meio de demonstrações políticas diretas; (b) aliado de movimentos, auxiliando-os em sua atuação a partir de redes de apoio ou de forma autônoma por meio de cursos de formação, oficinas e assessoria técnica; (c) e profissionais do direito, ao atuar perante as Cortes, em processos judiciais, seguindo as formalidades institucionais exigidas na atuação jurídico-legal.

Essas características evidenciam o caráter híbrido do CMA, que se diferencia dos escritórios de advocacia tradicionais, bem como da dinâmica de atuação das organizações políticas, das ONGs e dos movimentos sociais, e, por outro lado, aproxima-se de cada um desses atores em alguns pontos, a depender da performance empregada e das relações estabelecidas. Conforme salienta uma das advogadas entrevistadas (Paula), a espécie de advocacia realizada pelo CMA não tem um fim em si mesmo, ou seja, não se configura como uma atividade profissional estritamente voltada ao sustento financeiro dos advogados e ao resultado das ações judiciais. A forma como organizam sua atuação, escolhem suas estratégias, estruturam-se internamente e pautam suas relações com os demais atores está intrinsecamente relacionado ao viés de militância que perpassa todo seu trabalho, seja ele em vias institucionais ou não institucionais. A fala a seguir demonstra como os advogados enxergam-se em relação às causas

que assessoram. Por mais variadas que sejam as demandas em que se envolvem, os profissionais vêem a necessidade de se inserir como ativistas nas lutas, evidenciando o viés político e afetivo de sua atuação.

A linha de atuação que eu vou fazer, eu identifico ela como autônoma, tem autonomia, mas ela tem que ser identificada com a causa que eu vou pegar. Então ..., no movimento, sim, como ativista e como militante nessas causas, entendendo que a gente tem que buscar essas reivindicações, que também são reivindicações minhas. Então, por isso vale a pena a militância, por isso vale a pena a entrega ao ativismo, porque é meu também, né, não é pelo outro, não é numa lógica assistencialista. Tô inserido nisso, tô inserido nessa luta, como ativista e militante sim (JORGE, 05 de agosto de 2017).

Apesar da militância fortemente presente em seu trabalho, que conecta o advogado diretamente à causa, e não apenas ao “cliente” ou assistido, como na advocacia tradicional, o advogado popular não se evade da necessidade de comparecer diante das institucionalidades, de modo a exercer suas funções técnico-profissionais. A fluidez, mutabilidade e experimentação constante marcam sua prática, que transpassa fronteiras e atravessa a linha tênue entre militância e advocacia, política e judicialidade, institucionalidade e não institucionalidade. Nesse sentido, pode-se perceber que o CMA não produz um esforço a fim de se constituir enquanto um ator específico no processo de confrontação, confundindo-se e mesclando-se com os demais atores aliados no cenário de luta. Seu empenho é no sentido de diferenciar sua prática de outros tipos de advocacia, tidos como tradicionais, conformando suas performances segundo os objetivos de um contexto amplo de lutas e enfrentamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Coletivo Margarida Alves confunde-se com os rumos da cidade de Belo Horizonte nos últimos cinco anos. As movimentações internas, a formação de novas coletividades, os novos espaços urbanos e a autonomia socioespacial de indivíduos a partir das ocupações urbanas foram fatores contextuais essenciais à constituição de atores e redes mobilizados em prol dos novos arranjos formados. A resistência a um governo conservador e a uma Polícia Militar violadora serviram para unir forças a favor da defesa de direitos de grupos historicamente desamparados. O CMA surge a partir do esforço de dialogar o espaço público, ambiente de fluxos, passagens, informalidades e deslocamentos, com a institucionalidade e suas normatizações. Seu principal desafio é justamente equacionar estes dois ambientes, de forma que o Judiciário e suas ferramentas sejam utilizadas estrategicamente em benefício das lutas e demandas, a partir de um processo contínuo de dissolução e atravessamento de fronteiras.

Transportar a realidade e as demandas decorrentes das dinâmicas do espaço urbano às institucionalidades requer, todavia, um exercício de criatividade por parte dos advogados. A opção por um dado instrumento processual, a forma de organização e elaboração de provas, a aproximação do julgador à realidade dos movimentos e outras coletividades, as ações diretas coordenadas à contenda judicial e as próprias relações estabelecidas no decorrer do conflito são práticas criativas correntes na atividade desenvolvida pelo CMA. O que difere, entretanto, os advogados populares dos advogados tidos como tradicionais é justamente o fato de aliarem uma prática afetiva ao exercício da criatividade e inovação. Ou seja, percebe-se que a vinculação aos assistidos ocorre de forma íntima e solidária, uma vez que o êxito da causa que os une interessa a ambos, tanto materialmente quanto ideologicamente; enquanto na advocacia tradicional, ao advogado interessa, via de regra, tão somente o proveito econômico decorrente de sua atividade.

Apesar da posição contestadora acerca das estruturas político-econômicas estabelecidas, os advogados populares adotam ferramentas jurídicas hegemônicas, integrando-as a mobilizações políticas mais amplas. Dessa forma, o que se observa, na prática, é a apropriação de instrumentos postos e reconhecidos pelo Estado, com fins de legitimar demandas tidas pelos advogados como contra-hegemônicas, ou seja, que reagem e rechaçam o *status quo*. Na prática, a insuficiência da fundamentação jurídico-legal para alcançar mudanças sociais efetivas e um Poder Judiciário considerado parcial e conservador, porém, forçam a adoção de estratégias políticas que, segundo a abordagem da mobilização do direito, contribuem e agregam a luta pelo reconhecimento de direitos de movimentos sociais.

A teoria da mobilização do direito entende que o direito é um meio de controle social e dominação, já que é resultado de lutas históricas encabeçadas por uma classe dominante, mas chama atenção para as dinâmicas variáveis e mutáveis das convenções e práticas legais em diferentes contextos. McCann (2006a) enfatiza que se deve ter em mente que as diferentes normas legais e arenas institucionais oferecem variados graus de oportunidade e espaços para práticas criativas. Logo, ao mesmo tempo que sustenta a hierarquia social hegemônica, o direito concebe e garante estratégias potenciais de resistência, que variam em diferentes tempos e espaços.

Tendo isto em vista, o uso do direito como recurso de interação política e social consiste no fundamento basilar da prática da assessoria jurídica popular. As performances empregadas evidenciam uma preocupação no sentido de aproximar os assistidos da arena judicial, tornar o direito inteligível e palpável a estes cidadãos, integrar a luta dos movimentos de forma horizontal e colaborativa e fornecer apoio técnico e profissional em um dos vários espaços em que o confronto se desenrola: o campo jurídico.

O trabalho dos advogados observados organiza-se em torno da defesa de grupos subalternizados, que são constantemente violados em seus direitos e/ou demandados judicialmente. O confronto, portanto, constitui-se como uma elaboração de estratégias de dizer não, estratégias estas que envolvem interesses e emoções. Dizer não significa, assim, resistir contra o que se encontra posto e sustentar a inadmissibilidade da perpetuação de privilégios de uma parcela da sociedade a partir da violação de direitos dos demais. Dessa forma, a dimensão simbólica e afetiva do emprego do direito encontra-se justamente na persistência e constância em um processo voltado ao antagonismo, à objeção e à luta, em que as possibilidades de vencer são ínfimas, mas a necessidade de ocupar um espaço historicamente dominado prevalece.

Tendo em vista tais elucidações como ponto de partida, o trabalho aqui apresentado recaiu sobre um ator chave neste contexto: o advogado popular. Entende-se que a análise da advocacia popular possibilita a exploração de um repertório específico de ação coletiva, qual seja a mobilização do direito. Tal repertório compõe confrontos tanto transgressivos quanto contidos, reunindo e coordenando performances institucionais e padronizadas - com atores pré-estabelecidos -, e performances institucionais ou não marcadas pela inovação, constituição de novos atores e identidades coletivas e resistência à estrutura posta. Entendemos, assim, que a mobilização do direito, como um repertório específico marcado por diferentes performances jurídicas e políticas, consiste em uma medida de protesto, por meio do qual manifestam-se descontentamentos, e realiza-se um confronto (LOSEKANN, 2013).

Entendendo que a temática aqui trabalhada suscita uma pluralidade de abordagens tanto na Ciência Política quanto na Sociologia do Direito, buscamos no presente trabalho focar especificamente na prática da assessoria jurídica popular, tendo em vista sua organização e atuação em um cenário local de luta política e social. Para tal, procuramos realizar uma revisão de literatura sobre advocacia de interesse público a partir da perspectiva norte-americana e latino-americana, localizando e aproximando o CMA a cada uma dessas experiências a partir de suas performances coletivas e perspectivas individuais.

Durante a pesquisa de campo buscamos apreender como o CMA atua, relaciona-se e projeta-se no cenário de confronto político em um esforço para caracterizá-lo como um ator específico. A partir das performances empregadas pelo Coletivo, de forma cooperativa com outros atores, e das percepções pessoais de cada um dos advogados, foi possível compreender o modo como seus membros encaram o direito e o sistema de justiça, mobilizando-o em um repertório amplamente politizado em prol de movimentos sociais e outras coletividades subalternizadas.

A partir dos métodos qualitativos adotados verificamos que a prática da advocacia popular se encontra em permanente reinvenção e readaptação, sendo marcada por dilemas internos e por desafios nas relações com os demais atores. No que concerne ao aspecto da organização interna, foi possível notar que a questão financeira e a impossibilidade de se dedicar exclusivamente à atividade dificultam a realização do trabalho, motivo pelo qual o Coletivo tem buscado cada vez mais apoio externo de organismos fomentadores. Por outro lado, tais dificuldades não vêm impedindo a execução satisfatória da atividade, a qual ganha um viés de resistência e obstinação frente às adversidades do mercado e da advocacia tradicional. Quanto ao aspecto relacional, observamos que o CMA se encontra implicado em uma ampla rede de atuação, que envolve tanto movimentos sociais, quanto órgãos do sistema de justiça, com destaque para a Defensoria Pública e Ministério Público, fundações de amparo, ONGs, Universidades e organizações internacionais; além de mobilizar sua própria rede, formada por profissionais engajados de diversas áreas do conhecimento. Dentre estes atores, constatou-se que os advogados do CMA dão especial relevo aos movimentos sociais, tidos não apenas como assistidos, mas como principais aliados no cenário de enfrentamento. Esta relação, entretanto, é marcada por adversidades no que concerne à pretensão de horizontalidade, tendo em vista o risco constante de que uma das partes conduza a ação coletiva e a outra sujeite-se a seu controle.

As performances empregadas, portanto, estão intrinsecamente conectadas aos aspectos organizacionais e relacionais do CMA, o qual busca romper com as barreiras entre o direito e a política, conciliando estratégias políticas diretas de ação coletiva com o uso criativo e inovador

de instrumentos jurídicos, que ativam mecanismos emocionais e culturais nos atores envolvidos, ao mesmo tempo que elabora fundamentos legais, em âmbito institucional, necessários e suficientes ao convencimento do juiz. É justamente no processo de mobilização coletiva, elaboração de performances e escolha de estratégias que reside a especificidade da advocacia popular em relação à advocacia tradicional: o engajamento na causa, a relação próxima e horizontal com os assistidos, a construção de novas interpretações jurídicas com o fim de transformar as interpretações dominantes e o rompimento com o modelo individualista de advocacia aproximam os advogados populares da prática de alguns atores e afastam-nos de outros.

Por meio das observações em campo e das próprias percepções e vivências apontadas pelos entrevistados, pudemos verificar que no CMA predomina um fator contingencial no que concerne a sua atuação. Observa-se que o Coletivo se adequa, a partir das oportunidades políticas e legais disponíveis e dos processos de enquadramento, à dada dinâmica de atuação, a depender da estratégia em jogo e dos atores envolvidos. Sendo assim, o Coletivo constrói um repertório de mobilização que reúne características tanto de movimento social, quanto de aliado dos movimentos e simpatizante da causa, quanto de profissionais técnicos do direito. Testemunha-se, assim, um processo de modificação, complementação e mescla de repertórios que garante ao CMA um perfil híbrido.

Por fim, acreditamos que a análise aqui realizada se mostra útil à compreensão da advocacia popular como fenômeno hoje no Brasil. Apesar de termos adotado um estudo de caso, recaindo nossa análise sobre um grupo específico de advogados, a investigação realizada nos fornece importantes vestígios e caminhos para a compreensão e análise da advocacia popular. Tendo em vista a relevância do CMA no meio, e a abrangência e alcance dos casos em que atua, entendemos ser possível apreender, a partir de sua análise, como a prática da advocacia engajada vem sendo organizada e como se posiciona no cenário de confronto local e nacional. Sustentamos que a advocacia popular se encontra em processo de elaboração e desenvolvimento, ocupando cada vez mais espaços fundamentais, institucionais ou não, de luta e resistência, e exercendo papel essencial no fortalecimento dos movimentos sociais no interior de uma nova arena de confronto, cada vez mais politizada: a arena judicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKS, Judith. **Women's Rights in Native North America** : Legal Mobilization in the US and Canada. New York: LFB Scholarly Publishing LLC, 2004.

ALMEIDA, Frederico de; NORONHA, Rodolfo. Advogando nas ruas: advocacia em protestos urbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro (2013-2015). In: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. **Programa e Resumos - 39º Encontro Anual da ANPOCS**. 2015.

_____. Advogando nas ruas: a advocacia nos protestos urbanos no Rio de Janeiro e em São Paulo (2013–2015). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 4, n. 2, 2016, p. 5-28.

ALONSO, Angela. As teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009, p. 49-86.

_____. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 02-03, 2012, p. 21-41.

ANDERSEN, Ellen Ann. **Out of the Closets and into the Courts** . Michigan: The University of Michigan Press, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURSTEIN, Paul. Legal Mobilization as a Social Movement Tactic: The Struggle for Equal Employment Opportunity. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 96, n. 5, 1991, p. 1201-1225.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011

CAMPOS, Paola Rogedo; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Estrutura socioespacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro : Letra Capital , 2013. p. 67-92.

CARDOSO, Evorah; Fabiola, FANTI; MIOLA, Iagê Zendron. Mobilização jurídica e sociedade civil: um panorama das entidades de defesa de direitos no Brasil. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. **Programa e Resumos - 37º Encontro Anual da ANPOCS**. 2013.

CARLET, Flávia. **Advocacia Popular: Práticas Jurídicas e Sociais no Acesso ao Direito e à Justiça aos movimentos sociais de luta pela terra**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

CUMMINGS, Scott L. The Internationalization of Public Interest Law. **Duke Law Journal**, Durham, v. 57, 2008, p. 891-1036.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. Constructing Law out of Power: Investing in Human Rights as an Alternative Political Strategy. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Org.). **Cause Lawyering and the State in a Global Era**. New York: Oxford University Press, 2001, p. 354-381.

ELLMANN, Stephen. Cause Lawyering in the Third World. In SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart. **Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 349-430

ENGELMANN, Fabiano. Internacionalização e Ativismo Judicial: as Causas Coletivas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 123-146, 2006.

_____. Internacionalização e Ativismo Judicial: Causas Políticas e Causas Jurídicas nas décadas de 1990 e 2000. **Contexto Internacional** . Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2007, p. 39-62.

_____. Para uma Sociologia Política das Instituições Judiciais. In: ELGELMANN, Fabiano (Org.). **Sociologia Política das Instituições Judiciais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. p. 17-38.

HUNT, Alan. Rights and Social Movements: Counter-Hegemonic Strategies. In: MCCANN, Michael (Org.). **Law and Social Movements: Contemporary perspectives**. Aldershot: Ashgate, 2006, p. 455-474

HURTADO, Fernando Rojas. Comparação entre as tendências de Serviços Legais na América do Norte, Europa e América Latina (segunda parte). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 4, n. 2, pp. 118-170, 2016.

_____. Comparações entre as tendências dos serviços legais na América do Norte, Europa e América Latina - Primeira Parte. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 08, n. 1, 2017, p. 761-776.

ISRAËL, Liora. Resistir pelo direito? Advogados e magistrados na Resistência francesa (1940-1944). **Prisma Jurídico**, São Paulo v. 10, n. 1, 2011, p. 61-92.

JASPER, James. **The Art of Moral Protest : Culture, Biography and Creativity in Social Movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996a, p. 389-402.

_____. Naranjas y manzanas: dos modelos de servicios legales alternativos. **El otro Derecho**, Bogotá, n. 21, v. 7, nº 3, 1996b, p. 27-57.

_____. Los abogados populares: en busca de una identidad. In: **El otro Derecho**, Bogotá, n. 26-27, 2002, p. 193-227.

KRISHNAN, Jayanth K. Lawyering for a Cause and Experiences from Abroad. **California Law Review**, California, v. 94, iss. 2, 2006, p. 575-615.

LOPES, Marcela Silviano Brandão. Artesanias na Cidade Autoconstruída. In: NASCIMENTO, Denise Morado (org.). **Saberes [auto]Construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016. p. 31-44.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, p. 311 a 349.

_____. Oportunidades Legais e Performances Transinstitucionais na Realização do Confronto Político. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2015, Campinas. **Anais Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**, São Paulo, 2015.

_____. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, 2016, p. 121 a 144.

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria Jurídica Popular no Brasil : Marcos teóricos, formação histórica e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MACIEL, Débora. KOERNER, Andrei. Sentidos da Judicialização da Política: duas análises. **Lua Nova**, São Paulo, n. 57, 2002, p. 113-133.

_____. Ação Coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, 2011, p. 97-111.

_____. Mobilização de direitos no Brasil: grupos e repertórios. **LAPS – Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo, abril de 2015.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dinâmica de la Contienda Política**. Tradução de Joan Quesada. Barcelona: Hacer, 2005.

MCCANN, Michael; SILVERSTEIN, Helena. Rethinking Law's "Allurements": A Relational Analysis of Social Movement Lawyers in the United States. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Org.). **Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 261-292.

MCCANN, Michael. Legal Mobilization and Social Reform Movements: notes on the Theory and its application. In: MCCANN, Michael (Org.). **Law and Social Movements: Contemporary perspectives**. Aldershot: Ashgate, 2006a. p. 4-32

_____. Causal versus Constitutive Explanations (or, On the Difficulty of Being so Positive...). In: MCCANN, Michael (Org.). **Law and Social Movements: Contemporary perspectives**. Aldershot: Ashgate, 2006b. p. 55-80

_____. Law and Social Movements: Contemporary perspectives. **Annual Review of Law and Social Science**, Palo Alto, v. 2, 2006c, p. 17-38.

_____. DUDAS, Jeffrey. Retrenchment . . . and Resurgence? Mapping the Changing Context of Movement Lawyering in the United States In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. **Cause Lawyers and Social Movements**. Stanford: Stanford University Press, 2006d. p. 37-59.

_____. Poder Judiciário e Mobilização do Direito: uma perspectiva dos “usuários”. **Revista da Escola da Magistratura Regional Federal** - Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cadernos Temáticos - Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito, Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região, 2010, p. 175-196.

MARSHALL, Anna-Maria. Social Movement Strategies and the Participatory Potential of Litigation. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. (Org.). **Cause Lawyers and Social Movements**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 164-181.

MEILI, Stephen. Cause Lawyers and Social Movements: A Comparative Perspective on Democratic Change in Argentina and Brazil. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart. (Org.). **Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 487-522

_____. Latin American Cause-Lawyering Networks. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Org.). **Cause Lawyering and the State in a Global Era**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 307-333.

_____. Consumer Cause Lawyers in the United States: Lawyers for the Movement or a Movement unto Themselves? In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. (Org.). **Cause Lawyers and Social Movements**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 120-144.

NASCIMENTO, Denise Morado; BITTENCOURT, Rafael Reis. Invadir ou Ocupar? In: NASCIMENTO, Denise Morado (org.). **Saberes [auto]Construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016. p. 61-74

POLLETTA, Francesca. The Structural Context of Novel Rights Claims: Southern Civil Rights Organizing, 1961-1966. **Law & Society Review**, Salt Lake City, v. 34, n. 2, p. 367-406, 2000.

_____.; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. **Annu. Rev. Sociol. Annual Review of Law and Social Science**, Palo Alto, v. 27, 2001, p. 283-305.

RIBAS, Luiz Otávio. **Direito insurgente e pluralismo jurídico** : assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000). 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito). Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2009.

RODRIGUES, Guilherme de Abreu Basto Lima. **O Caso Izidora**: as Ocupações Urbanas e a reprodução do espaço em Belo Horizonte. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016.

ROSEMBERG, Gerald N. Positivism, Interpretivism, and the Study of Law. In: MCCANN, Michael (Org.). **Law and Social Movements: Contemporary perspectives** . Aldershot: Ashgate, 2006. p. 33-53

SÁ E SILVA, Fábio. É possível, mas agora não: a democratização da justiça no cotidiano dos advogados populares. **Estado, Instituições e Democracia: democracia**. Brasília: Ipea, v. 2, livro 9, 2010. p. 337-366.

_____. Hegemonia e contra-hegemonia na globalização do direito: a “advocacia de interesse público” nos Estados Unidos e na América Latina. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 06, n. 10, 2015, p. 310-376.

SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. State Transformation, Globalization, and the Possibilities of Cause Lawyering. An Introduction. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Org.). **Cause Lawyering and the State in a Global Era**. New York: Oxford University Press, 2001. p. 3-34.

_____. Cause Lawyering and the Reproduction of Professional Authority: An Introduction. In SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart. (Org.). **Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 3-30.

_____. What Cause Lawyers Do For, and To , Social Movements: An Introduction. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. (Org.). **Cause Lawyers and Social Movements**. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 1-36.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. Case Selection Techniques in Case Study Research. In: **Political Research Quarterly** , Utah, v. 61, n. 2, 2008, p. 294 - 308.

SCHEINGOLD, Stuart A. Cause Lawyering and Democracy in Transnational Perspective: A Postscript. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Org.). **Cause Lawyering and the State in a Global Era**. New York: Oxford University Press, 2001, p. 382-405.

SHDAIMA, Corey S. Intersecting Identities: Cause Lawyers as Legal Professionals and Social Movement Actors. In: SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart A. (Org.). **Cause Lawyers and Social Movements**. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 220-248.

TARROW, Sidney. **O poder em Movimento**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Power in movement: Social Movements and Contentious Politics**. New York: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, 2010, p. 133-160.

TILLY, Charles.; TARROW, Sidney. **Contentious Politics** . New York: Oxford University Press, 2015.

VANHALA, Lisa. **Making Rights a Reality? : Disability Rights Activists and Legal Mobilization** . Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VÉRTIZ, Francisco. Los abogados populares y sus prácticas profesionales. Hacia una aplicación práctica de la crítica jurídica. **Revista Crítica Jurídica**, Coyoacán, n. 35, 2013, p. 251-274.

ZANOTELLI, Ana Gabriela Camatta; LOSEKANN, Cristiana. A Assessoria Jurídica Popular e o Uso do Direito no Processo de Confronto Político. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu. **Programa e Resumos - 41º Encontro Anual da ANPOCS**, 2017.